

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

ANELISE CARLOS BECKER VIEIRA

**OS JOVENS RURAIS DO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: OS
MODOS DE VIDA E A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA A
PERMANÊNCIA NO CAMPO**

Porto Alegre

2016

ANELISE CARLOS BECKER VIEIRA

**OS JOVENS RURAIS DO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: OS
MODOS DE VIDA E A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA A
PERMANÊNCIA NO CAMPO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Dr. Guilherme F. Waterloo Radomsky

Coorientadora: Dra. Daniela Garcez Wives

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Vieira, Anelise Carlos Becker

Os jovens rurais do litoral norte do Rio Grande do Sul: os modos de vida e a construção de estratégias para a permanência no campo / Anelise Carlos Becker Vieira. -- 2016.
142 f.

Orientador: Guilherme F. Waterloo Radomsky.
Coorientadora: Daniela Garcez Wives.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Jovens rurais. 2. Permanência no campo. 3. Modos de vida. 4. Agroecologia. 5. Sistema de produção convencional. I. Radomsky, Guilherme F. Waterloo, orient. II. Wives, Daniela Garcez, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ANELISE CARLOS BECKER VIEIRA

**OS JOVENS RURAIS DO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: OS
MODOS DE VIDA E A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA A
PERMANÊNCIA NO CAMPO**

Dissertação Submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 29 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Guilherme F. Waterloo Radomsky – Orientador
UFRGS

Prof. Dra. Daniela Garcez Wives - Coorientadora
UFRGS

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel
UFRGS

Prof. Dra. Catia Grisa
UFRGS

Prof. Dra. Jaqueline Haas
UFRGS

Dedico este trabalho àqueles que contribuíram em minha formação, em especial meus pais, Rosimere e Izaias. O amor da Joana, minha mana. E a todo o amor e carinho de minha família, meu querido esposo Marcelo e meu amado filho Nicolas, que com a sabedoria e inocência de criança sempre me da força e coragem para seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

Neste processo de pesquisa, de esforço de escrita e análise sobre a realidade, foram muitas as pessoas e instituições que contribuíram com este trabalho. Não teria como não agradecer.

Aos jovens agricultores de Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul e Mampituba, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, que foram fundamentais em minha pesquisa. Muito ajudaram para compreender o desejo de ficar na roça. E ao Fabrício, uma espécie de “amigo-orientador”.

A FAPERGS, pelo apoio financeiro em forma de bolsa, possibilitando dedicação exclusiva ao mestrado.

Aos professores e funcionários, que com hospitalidade e respeito nos receberam no PGDR e IEPE. Foram muitos os momentos de aprendizado, de convívio e troca de experiências.

Aos colegas, que juntos fomos descobrindo as dificuldades, mas, sobretudo as belezas da vida acadêmica. Aos momentos de estudo coletivos, às conversas no bar depois das aulas, as viagens, e aos almoços no RU, que também rendiam grandes reflexões. Em especial a Bibiana, Tamara e Letícia.

Ao orientador Guilherme Radomsky, e a coorientadora Daniela Garcez Wives, que juntos contribuíram para que este trabalho tomasse forma. Muito aprendi com eles, e agradeço imensamente toda a paciência e confiança.

Aos professores participantes da banca: Catia, Jaqueline e Lovois. Por suas contribuições e análises críticas, que certamente contribuíram na qualificação deste trabalho.

Aos jovens da PJR, que juntos nos fortalecemos na mística da Mãe Terra, na luta pela dignidade humana, e em especial pela vida da juventude camponesa. São vocês que inspiram o sonho de um mundo melhor, pois sabemos que é possível.

A minha mãe Rosimere, ao meu pai Izaias e irmã Joana, que muito apoiaram, desde a ida para Porto Alegre, os cuidados com meu filho, para que eu pudesse estudar. Mas em especial por terem me ensinado que na vida vale a pena se desafiar a construir o novo, a lutar pelos sonhos e seguir em frente. E ao tio Jonas, que comigo dividiu seu apartamento em Porto Alegre.

E um agradecimento muito especial ao meu companheiro Marcelo, que certamente não fosse o apoio dado por ele, não teria chegado até aqui. Obrigada pelo

amor, carinho, paciência e confiança pelos dias de ausência, nos dias de muito estudo, e também pelas dificuldades que passamos. Ao meu menino, meu filho Nicolas, que soube esperar, amar e me cuidar. O sorriso e olhar de uma criança fazem as dificuldades parecerem “brincadeira”. Obrigada meu filho por nosso amor do tamanho do universo.

*“A argamassa fundamental de nossa obra é a juventude,
em quem depositamos nossa esperança e a quem preparamos
para tomar de nossas mãos a bandeira.”*

Che Guevara

RESUMO

Esta dissertação analisa a construção de estratégias, a partir dos modos de vida, para a permanência no campo dos jovens rurais no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. O tema de pesquisa parte do questionamento: Que fatores estão relacionados à construção de modos de vida, a partir das estratégias dos jovens em permanecer no meio rural, enquanto agricultores, inseridos em sistemas de produção agroecológico ou em sistemas de produção convencional? Analisar este tema a partir da abordagem dos modos de vida possibilita um olhar mais vasto sobre a heterogeneidade de estratégias, com as quais os jovens rurais constroem visando sua permanência no campo, resistindo e se reproduzindo socialmente. A pesquisa de campo foi realizada nos municípios de Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul e Mampituba, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Brasil. Teve como procedimento metodológico, a pesquisa qualitativa, com análise de dados primários, gerados por 24 entrevistas com roteiros semiestruturados e observação. Como procedimento, utilizou-se da análise de discurso. As descobertas desta pesquisa apontam para características dos diversos modos de vida dos jovens rurais, as quais são fruto de sua trajetória e de seus elementos (ativos, capacitações e atividades), estabelecendo as estratégias que são próprias e específicas de cada sistema de produção. Pode-se perceber, a partir da pesquisa de campo que os dois sistemas de produção que os jovens estão inseridos, apontam para diferentes estratégias, ou seja, sua forma de atuação e atividades desenvolvidas se difere. Alguns elementos como os diversos canais de comercialização adotados, a predisposição para o trabalho coletivo, a diversidade de alimentos produzidos e uma maior preocupação com o meio ambiente são algumas das características do sistema agroecológico. Neste sistema observa-se um portfólio de estratégias mais diversificado em relação ao sistema convencional. Por fim, o estudo mostrou que embora haja adversidades e o caminho que gera a saída do jovem do campo seja o mais comum, os jovens mostram a capacidade de construir modos de vida que garantam a sua permanência no campo, com acesso aos recursos necessários para o desenvolvimento da qualidade de vida no meio rural.

Palavras-chave: Jovens rurais. Permanência no campo. Modos de vida. Agroecologia. Sistema de produção convencional.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the construction of strategies, from the livelihoods, to stay in the field of rural youth in the North Coast of Rio Grande do Sul. The research topic comes from the question: What factors are related to the construction of livelihoods, from the strategies of young people to remain in rural areas, while farmers, inserted in agroecological systems or conventional production systems? To analyze this issue from the approach livelihoods enables a wider look at the diversity of strategies, with which rural youth build aiming their stay in the field, resisting and reproducing socially. The field research was conducted in the municipalities of Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul and Mampituba, in the North Coast of Rio Grande do Sul, Brazil. It had as a methodological procedure, qualitative research, with analysis of primary data generated by 24 semi-structured interviews and observation tours. As a procedure, we used the speech analysis. The findings of this research point to characteristics of the different livelihoods of rural youth, which are the result of its history and its elements (assets, capabilities and activities), establishing strategies that are unique and specific to each production system. It can be noticed from the field research that the two production systems that youth are inserted, point to different strategies, that is, their way of acting and developed activities differs. Some elements like the various marketing channels adopted, the predisposition for collective work, produced the diversity of food and a greater concern for the environment are some of the agroecological system features. In this system there has been a portfolio of diversified strategies in relation to the conventional system. Finally, the study showed that although there is adversity and the way that generates the young field output is the most common, young people show the ability to build livelihoods to ensure their stay in the country with access to the resources needed to the development of quality of life in rural areas.

Keywords: Rural youth. Stay on the field. Livelihoods. Agroecology. Conventional system.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Representação dos municípios pesquisados situados no Litoral Norte, na faixa leste do estado do Rio Grande do Sul	47
Figura 2 – Vista da zona limítrofe entre mar e Serra Geral em Mampituba RS.....	48
Figura 3 - Vista da zona limítrofe entre mar e Serra Geral em Três Cachoeiras RS.	48
Figura 4 - Representação da unidade de paisagem de Média e Baixa Encosta – Depósito Coluviais em Mampituba RS	50
Figura 5 - Representação da Unidade de paisagem de Média e Baixa Encosta – Depósito Coluviais em Três Cachoeiras RS.....	50
Figura 6 – Perfil esquemático da Vegetação - Floresta Ombrófila Densa	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Representação do tempo em anos que a família dos entrevistados possuiu a terra em que reside/trabalha	68
Gráfico 2 – Perfil do tamanho de área das propriedades que os entrevistados residem e trabalham	69
Gráfico 3 – Perfil das formas de ocupação da terra pelos jovens entrevistados	71
Gráfico 4 – Perfil das formas de aquisição da terra por parte dos jovens entrevistados e suas famílias	71
Gráfico 5 – Representação da infraestrutura e benfeitorias em relação a quantidade de jovens entrevistados que as acessam.....	75
Gráfico 6 – Formas de organização da mão de obra pelos jovens entrevistados, sendo mão de obra familiar, trocas de serviços e contratação de diaristas	78
Gráfico 7 - Grau de escolaridade dos jovens pesquisados	79
Gráfico 8 – Percentual da renda agrícola e da renda não agrícola dos jovens pesquisados e de suas famílias	82
Gráfico 9 – As diferentes formas de inserção social que os jovens entrevistados afirmaram participar, divididos entre jovens inseridos no sistema agroecológico e jovens inseridos ao sistema convencional de produção.....	87
Gráfico 10 – Representação da idade dos jovens entrevistados em Mampituba, Morrinhos do Sul e Três Cachoeiras	90
Gráfico 11 – Percentual de produção para o autoconsumo entre os entrevistados ..	92
Gráfico 12 – Representação dos canais de comercialização adotados pelos jovens inseridos no sistema de produção agroecológico e para os jovens inseridos no sistema de produção convencional	105
Gráfico 13 – As perspectivas para o futuro apresentadas pelos jovens entrevistados na questão de como imaginam suas vidas após 10 anos	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Períodos históricos no Litoral Norte do Rio Grande do Sul	54
Quadro 2 - População rural e urbana dos municípios de Mampituba, Morrinhos do Sul e Três Cachoeiras	64
Quadro 3 – População jovem de 15 a 29 anos dos municípios de Mampituba, Morrinhos do Sul e Três Cachoeiras	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACERT	- Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres
AGASA	- Açúcar Gaúcha AS
AP	- Antes do Presente
APEMSUL	- Associação dos Produtores Ecologistas de Morrinhos do Sul
CE	- Centro Ecológico
CEASA/RS	- Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul
COOPET	- Cooperativa de Consumidores de Produtos Orgânicos de Três Cachoeiras
CTG	- Centro de Tradições Gaúchas
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ECOTORRES	- Cooperativa de Consumidores de Produtos Orgânicos de Torres
FAO	- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FAPERGS	- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
hab.	- Habitantes
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPE	- Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	- Informante do sistema agroecológico
ISC	- Informante do sistema convencional
MPA	- Movimento dos Pequenos Agricultores
ONG	- Organização Não Governamental
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PGDR	- Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural
PJR	- Pastoral da Juventude Rural
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	- Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UPF	- Unidade de Produção Familiar
RS	- Rio Grande do Sul
SAF	- Sistema Agroflorestal

SC - Santa Catarina
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

LISTA DE SÍMBOLOS

- °C - Grau centígrado
- ha - Hectare
- km² - Quilômetro quadrado
- m - Metro
- mm - Milímetro
- mPa - Massa de Ar Polar Atlântico
- mTa - Massa Tropical Atlântica
- mTc - Massa Tropical Continental

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	ORIGENS TEÓRICAS	24
2.1	MODOS DE VIDA.....	24
2.2	O JOVEM RURAL: UMA CATEGORIA SOCIAL	31
2.3	AGRICULTURA FAMILIAR: ALGUNS APONTAMENTOS.....	34
2.4	OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO: AGROECOLOGIA E CONVENCIONAL.....	39
3	TRÊS CACHOEIRAS, MORRINHOS DO SUL E MAMPITUBA A PARTIR DA HISTORICIDADE	46
3.1	ESTRUTURAS NATURAIS DO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: UM OLHAR ATRAVÉS DA LEITURA DE PAISAGEM.....	47
3.1.1	<i>Unidades de paisagem</i>	49
3.1.2	<i>Vegetação</i>	50
3.1.3	<i>Geologia</i>	51
3.1.4	<i>Solos</i>	52
3.1.5	<i>Clima e hidrografia</i>	52
3.2	OS PERÍODOS HISTÓRICOS NO LITORAL NORTE GAÚCHO	53
3.2.1	<i>Período Histórico Indígena – caçadores e coletores</i>	55
3.2.2	<i>Período Histórico dos Tropeiros</i>	57
3.2.3	<i>Período Histórico Colonial</i>	58
3.2.4	<i>Período Histórico Moderno Contemporâneo</i>	61
3.3	CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS	64
4	O MODO DE VIDA DOS JOVENS RURAIS	66
4.1	OS ATIVOS	67
4.1.1	<i>Capital Natural</i>	67
4.1.2	<i>Capital Físico</i>	74
4.1.3	<i>Capital Humano</i>	76
4.1.4	<i>Capital Financeiro</i>	82

4.1.5	<i>Capital Social</i>	86
4.2	CAPACITAÇÕES	89
4.2.1	<i>A produção para o autoconsumo</i>	92
4.2.2	<i>Habilitações Formais</i>	94
4.2.3	<i>Os acessos, serviços e direitos dos jovens rurais</i>	95
4.3	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS: O “SABER FAZER”	97
5	A HETEROGENEIDADE DE ESTRATÉGIAS PARA A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO CAMPO E SUAS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO	103
5.1	AS RELAÇÕES MERCANTIS	104
5.2	A IDENTIDADE DO JOVEM: AS ESTRATÉGIAS ADAPTATIVAS, REATIVAS E DE DIVERSIFICAÇÃO EM SEUS MODOS DE VIDA	113
5.3	MOTIVAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO	115
5.4	O MODO DE VIDA DOS JOVENS RURAIS NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL	119
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS	129
	APÊNDICE A – Roteiro para entrevista semiestruturada	137
	ANEXO A – Notícia sobre a permanência dos jovens no campo, na região estudada	140
	ANEXO B – Notícia sobre a participação social dos jovens, na região estudada	142

1 INTRODUÇÃO

A região de Torres¹, no Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, é um espaço rico em experiências agroecológicas desde a década de 1980. Fruto de um processo de formação e organização que culminou na criação de diversos grupos, associações e cooperativas de agricultores que trabalham de forma agroecológica. Ao mesmo tempo, ainda há um número muito grande de agricultores vinculados a agricultura convencional, alicerçada no uso de insumos de origem fóssil. Constata-se que a presença de jovens rurais nesta região é um problema, assim como em outras pelo país. Porém, Wives (2013) observou um alto número de sucessores entre os agricultores agroecológicos nesta área. Assim, uma questão que emergiu busca desvelar as diferenças de fatores no processo de decisão de permanecer no campo, para os jovens que trabalham de forma convencional. Portanto, o artigo procura-se compreender as diferentes influências no processo de sucessão em ambos os sistemas, demonstrando a heterogeneidade de estratégias que os jovens utilizam para resistir no campo.

Desta forma a pesquisa tem como foco demonstrar quais são os fatores que influenciam no processo de sucessão familiar fazendo com que os jovens decidam permanecer na agricultura, tanto aqueles inseridos em unidades de produção familiares convencionais, ou agroecológicas.

O embasamento teórico fundamenta-se na abordagem dos modos de vida, de Ellis (2000), esta perspectiva possibilita observar capacidades que os jovens e suas famílias desenvolvem para planejar e diversificar suas atividades no meio rural, por meio da forma como acessam ou não os recursos dos modos de vida.

Torna-se relevante destacar que este trabalho se justifica por três fatores. O primeiro, pela relevância social do tema, através da preocupação da permanência da juventude no meio rural, a sucessão familiar. Segundo, porque o resultado poderá contribuir com diversos grupos, associações, organizações não governamentais e movimentos sociais, que vivenciam o problema da redução de jovens no campo.

¹ Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os municípios estudados fazem parte da microrregião de Osório, e mesorregião Metropolitana de Porto Alegre. Porém, nesta pesquisa, será usada a nomenclatura de região de Torres, entendendo a porção norte, como o conjunto de municípios que de Torres (emancipada a partir de Osório em 1876) se originaram, a saber: Arroio do Sal (1988), Três Cachoeiras (1988), Morrinhos do Sul (1992), Três Forquilhas (1992), Dom Pedro de Alcântara (1995) e Mampituba (1995).

Terceiro, porque embora muito discutido atualmente, pouca literatura é encontrada, considerando a discussão entre a agroecologia e a agricultura convencional. Desta forma, o trabalho tem não apenas o objetivo de sua realização em si, mas que possa de alguma forma cumprir uma função social, contribuir com jovens e agricultores das comunidades rurais em vista do desenvolvimento rural.

Além disso, existem outras razões pelas quais esta pesquisa tomou este rumo. A primeira razão é que também sou uma jovem do campo, participo desde muito cedo nos movimentos sociais, e em especial na Pastoral da Juventude Rural, que uma de suas principais bandeiras é a permanência da juventude no campo, com acesso a educação, terra, trabalho, qualidade de vida, etc. Segunda razão é porque cresci em meio à agroecologia. Minha família faz parte de uma associação de agricultores na agroecologia desde 1991, a Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres (ACERT).

Por fim, porque sinto a necessidade de pensar a vida da juventude rural também na universidade. Na graduação me aproximei desta temática, pesquisando a contribuição de uma associação, a ACERT, para a formação da consciência agroecológica da juventude camponesa. Pude perceber que a formação dos sujeitos acontece mediatizados por suas relações com o outro, com a sociedade e com a natureza. Os sujeitos se formam a partir dos espaços em que participam. A agroecologia pode ser um espaço formador porque é um lugar de vida e de trabalho, baseada em relações familiares, comunitárias, com a natureza e com a sociedade em geral.

O fato de ter cursado uma graduação multidisciplinar, Licenciatura em Educação do Campo, na formação para docência na área do conhecimento fez buscar também um curso de mestrado não apenas focado numa única questão, mas que abarcasse em seus objetivos e linhas de pesquisa o rural em seu sentido mais amplo, não apenas como lugar de trabalho, mas, sobretudo, como um lugar de vida.

Encontrei no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural um local de debate multidisciplinar, que procura compreender a complexidade da realidade agrária, visando elaborar instrumentos de intervenção para o desenvolvimento rural. Durante as disciplinas cursadas no programa fui me aproximando cada vez mais dos debates teóricos, e foi na teoria dos modos de vida que encontrei uma relevante possibilidade de pesquisa com juventude, buscando através da compreensão dos modos de vida, as estratégias de resistência no campo.

Nesta perspectiva é que apontamos a necessidade da pesquisa juntamente aos jovens das comunidades rurais para buscar os elementos que mais contribuem durante o processo de permanência dos jovens no meio rural. Grande parte das pesquisas realizadas no Brasil tem apontado às questões que contribuem para a saída dos jovens do campo, e a resposta geralmente aponta para a falta de renda, acesso à educação, terra, cultura, entre outros. Porém, nota-se um novo movimento, que é fruto de um novo olhar para o rural brasileiro, uma revalorização da cultura camponesa. Este fator foi motivador deste trabalho, que pretende apontar não as causas da saída dos jovens, mas sim, porque os jovens estão ficando no meio rural, quais suas motivações e projeções para o futuro.

Além disso, Brumer (2006) aponta a necessidade de estudos sobre a juventude, e não apenas porque os jovens saem do meio rural, mas também com aqueles que decidem ficar; e acrescenta.

Quando se focaliza a juventude rural, apesar de haver estudos sobre diferentes aspectos, dois temas são recorrentes: a tendência emigratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia; e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração (BRUMER, 2006, p. 2).

Desta forma, chegou-se a seguinte problemática de pesquisa: Que fatores estão relacionados à construção de modos de vida, a partir das estratégias de permanência no campo, pelos jovens inseridos em sistemas de produção agroecológico e pelos jovens inseridos em sistemas de produção convencional?

A pesquisa tem por objetivo geral investigar o processo de permanência no campo entre jovens agroecologistas e jovens convencionais no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Os objetivos específicos do estudo são os seguintes:

Primeiro: Caracterizar a área de estudo e sua dinâmica histórica. Sendo possível através da leitura de paisagem e do olhar para os períodos históricos da região. Reconstituindo sua trajetória partir do olhar ao longo da história, analisando em cada período a organização e divisão social do trabalho, a mão de obra, a organização social, os meios de produção, os sistemas de produção, como interagem com o meio, qual o papel do excedente agrícola, bem como quais os fatores e crises que tencionam a transição de um momento a outro.

Segundo: Descrever os processos de permanência dos jovens nas atividades agrícolas, tanto em Unidades de Produção Familiar – UPF que implementam o sistema de produção agroecológico, quanto em UPF que implementam o sistema de produção convencional. Para tal, a abordagem dos modos de vida, a partir dos ativos, capacitações e atividades desenvolvidas contribui para caracterizar os jovens rurais, e suas formas de resistência no meio rural.

Terceiro: Compreender as diferentes influências no processo de permanência no meio rural, por jovens inseridos em sistemas de produção, convencional e agroecológico, a partir das diversas estratégias, como as relações mercantis, sua identidade e seu modo de vida.

Buscando atender esta problemática esta pesquisa foi entendida como um estudo de caso, pois parte de uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo a ser estudado em profundidade (FRÖHLICH; FRÖHLICH, 2014). Além disso, segundo estes autores, o estudo de caso é caracterizado pela sua natureza holística, pois capta em sua totalidade o objeto estudado.

Portanto, para alcançar os objetivos e compreender a complexidade dos elementos, foi fundamental realizar uma pesquisa de abordagem qualitativa. Foi necessário estar presente e observar diversas atividades e ações dos pesquisados em sua totalidade, assim, possibilitou uma construção de elementos que apontaram os resultados da pesquisa.

Segundo Duarte (2002, p. 140), “a pesquisa qualitativa que, apesar dos riscos e dificuldades que impõe, revela-se sempre um empreendimento profundamente instigante, agradável e desafiador”.

A pesquisa foi realizada na microrregião de Osório, no Litoral Norte gaúcho, compreendendo três municípios, Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul e Mampituba, entre os meses de junho a novembro de 2015. Os atores da pesquisa são jovens, que trabalham na agricultura, tanto em propriedades com sistemas de produção agroecológico, quanto os sistemas convencionais de produção. Os municípios contêm características rurais muito semelhantes, com predominância de agricultura familiar, pequenas propriedades e com muitos jovens em suas áreas rurais.

A pesquisa, com caráter qualitativo, buscou não somente dados, mas a compreensão das reais motivações e valores que os jovens julgaram importantes para permanecer e trabalhar no meio rural. Além disso, esta abordagem possibilitou um

maior conhecimento da realidade, uma maior relação de proximidade e confiança com os pesquisados.

A observação, enquanto uma técnica de pesquisa se configurou como elemento fundamental, pois contribuiu tanto na geração, na análise e na interpretação dos dados, além disso, exige planejamento e sistematização (GIL, 1999). Foi utilizada a observação do tipo participante, ou também como é conhecida, por observação ativa. Esta técnica possibilitou uma participação real do conhecimento e da vida do grupo e da situação pesquisada e, permitiu compreender os elementos a partir do interior dos grupos (GIL, 1999).

Neste sentido, esteve-se presente com os jovens não apenas nos momentos de entrevista, mas também em momentos de reuniões, do trabalho das famílias, com a participação em feiras, nos seminários e atividades que aconteceram na região, envolvendo os jovens pesquisados durante o período de realização da pesquisa.

Outra importante técnica, e que foi fundamental na realização desta pesquisa, foi a entrevista. Para Gil (1999), a entrevista é uma forma de interação social, e até mesmo um diálogo assimétrico, pois uma das partes busca a coleta de dados relevantes ao seu trabalho, e a outra se apresenta como fonte de informação. Uma das vantagens na realização de entrevistas é que foi possível perceber as motivações, os desejos e anseios dos jovens em seus projetos de vida para permanecer e trabalhar no meio rural. A entrevista realizada foi semiestruturada, contou com um roteiro² de perguntas pré-estabelecidas, porém surgiram novas perguntas no desenvolver do diálogo. As entrevistas foram gravadas e transcritas.

Foi realizado um total de 24 entrevistas com jovens. Na medida em que foram realizadas as entrevistas houve uma saturação, sendo que o número de entrevistados foi considerado suficiente, pois captavam bem as atitudes e intenções dos atores locais. Ocorreram oito entrevistas em cada município, quatro de cada sistema de produção. A escolha dos jovens entrevistados obedeceu aos seguintes critérios: o jovem deveria ser filho de agricultor e trabalhar com a família na roça, e ou ter sua própria propriedade; ser um casal de jovens, filhos de agricultores, que continuaram com o trabalho na roça, na propriedade dos pais, ou em sua própria propriedade.

² O roteiro utilizado para aplicação das entrevistas pode ser consultado, no apêndice A, deste trabalho.

O Centro Ecológico (CE) Litoral Norte e a EMATER auxiliaram com a localização e indicação de jovens para a pesquisa. Da mesma forma, também ocorreu à indicação pelos entrevistados de outros jovens para realizar as entrevistas.

Observação e entrevistas foram complementares. A observação possibilitou perceber a realidade, da prática e ações cotidianas, que foram complementadas com as entrevistas. Algumas vezes a fala não deixou claro algum elemento, porém através da observação ficou mais evidente. Também ocorreram contradições, que na fala o entrevistado negou algo que na observação havia se percebido. Estes elementos foram todos levados em consideração no momento da análise dos dados.

No decorrer da pesquisa muitos dados foram gerados, sendo construído um banco de dados. Estes dados foram analisados e selecionados, tomando o devido cuidado, para não deixar que a complexidade do mundo social faça perder algum detalhe (DE GRANDE, 2007). Durante a escrita do trabalho, mantive a linguagem dos próprios jovens, com suas expressões e percepções sobre a configuração de seus modos de vida, desejos e os planos de permanecer no campo, como sucessores. Sempre que feita alguma citação a partir das entrevistas, não serão identificados pelo nome, mas por abreviaturas, considerando o sistema de produção, para que possa identificar o informante. Por exemplo, ISA 4 (Informante Sistema Agroecológico nº 4) ou ISC 6 (Informante Sistema Convencional nº 6).

Além disso, para realizar a análise a partir das entrevistas, foi utilizada a fundamentação teórica da análise de discurso, que trabalha com o sentido do discurso. Para Caregnato e Mutti (2006), o processo de análise discursiva vai além da análise do conteúdo apresentado pelo entrevistado, mas analisa o sentido estabelecido em diversas formas, podendo ser verbais e não verbais. Como fundadores deste estudo, Michel Pêcheux, da linha francesa, faz a articulação do linguístico, com o social e o histórico. Ou seja, para as autoras, “a linguagem é estudada não apenas enquanto forma linguística como também enquanto forma material da ideologia. [...] o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso.” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 680).

A dissertação está organizada em seis capítulos, incluindo esta introdução, que é o primeiro capítulo. O segundo capítulo é eminentemente teórico, cabendo nele apresentar as origens teóricas, bem como os elementos que justificam a escolha da teoria dos Modos de Vida. No terceiro capítulo, é caracterizada a área de estudo e sua dinâmica histórica, através da leitura de paisagem e do resgate histórico da região

estudada. O quarto capítulo descreve os processos de permanência no campo, pelos jovens inseridos ao sistema de produção agroecológico e ao sistema de produção convencional. Neste quarto capítulo são ainda apresentadas as ameaças e os choques, nos termos de Frank Ellis, e como os jovens superam as dificuldades do contexto de êxodo, principalmente para os grandes centros urbanos, utilizando estratégias de adaptação, reação e diversificação. No quinto capítulo procura-se compreender as diferentes influências deste processo, em ambos os sistemas, demonstrando a heterogeneidade de estratégias que os jovens utilizam para resistir no campo. Enfim, as considerações finais sendo o sexto e último capítulo, apresenta-se as principais conclusões obtidas neste estudo.

2 ORIGENS TEÓRICAS

Este segundo capítulo tem como objetivo principal justificar o uso da abordagem teórica dos modos de vida, considerando como uma ferramenta de análise das estratégias dos jovens agricultores familiares. Para isto, apresenta uma revisão crítica, dialogando com autores sobre as concepções de modos de vida, juventude e agricultura familiar (convencional e agroecológica). Portanto, estabelecer qual é o ponto de vista, ou melhor, com que concepção esta pesquisa foi desenvolvida. Neste caso uma pesquisa que contribua com a juventude e agricultores familiares em promoção ao desenvolvimento rural.

2.1 MODOS DE VIDA

A escolha teórica dos modos de vida, abordada principalmente por Ellis (2000), e demais pesquisadores como Hann (2000), Chambers e Conway (1992), tem como principal objetivo, nesta pesquisa, a compreensão das formas como os jovens constroem suas estratégias de permanência no meio rural, possibilitando um processo gradual de sucessão nas comunidades rurais. Sabe-se que atualmente, o modelo de agricultura edificado a partir dos mercados globais, das *commodities* agrícolas, é incapaz de incluir e construir alternativas frente à vulnerabilidade econômica e social que atinge o meio rural brasileiro, e principalmente a agricultura familiar e camponesa (NIEDERLE; GRISA, 2008). Pois, é em resposta a situações de vulnerabilidade, e até mesmo frente às dificuldades, que os atores locais se posicionam contrapondo a estas tendências e criam dinâmicas de desenvolvimento mais autônomas (LONG, 2001). Para Perondi (2007), o uso da abordagem dos meios de vida como ferramenta de análise se justifica pela construção da análise de estratégias de diversificação da agricultura familiar frente ao processo de mercantilização.

A abordagem, desenvolvida de Chambers e Conway (1992), no início da década de 1990, conhecida como *livelihoods*¹, tinha como foco principal a sustentabilidade social. Assim como podemos conferir em Niederle e Grisa (2008, p. 45):

¹ A tradução do termo “livelihoods” para o português não é bem definida. Alguns autores traduzem o termo para “meios de vida” (PERONDI, 2007; 2014), (NIEDERLE; GRISA, 2008), e outros para “modos de vida” (PEÑAFIEL, 2006), (RIBEIRO, 2009). Neste trabalho, será adotado Modos de Vida.

Em linhas gerais, o escopo deste enfoque volta-se ao modo como os pobres rurais podem construir estratégias que lhes permitam enfrentar “contextos de vulnerabilidade”, entendidos como ambientes de sujeição a situações de risco e instabilidade social, econômica e ambiental.

Para Perondi (2007), os autores Chambers e Conway defendiam que a sustentabilidade dos meios de vida poderia ser tanto uma perspectiva ambiental, como também social. E acrescenta ainda que a melhor contribuição desta interpretação é a possibilidade de ver a crise como uma dimensão positiva, como o agricultor “pode ser capaz de se adaptar e explorar as mudanças físico, social e econômica, transformando uma ameaça em oportunidade” (PERONDI, 2007, p. 57).

Outra contribuição para esta abordagem foi de Scoones (1998) que lista cinco indicadores de sustentabilidade, três sociais e dois ambientais. Segundo Perondi, pode se concluir, a partir de Scoones, que um meio de vida sustentável:

(a) cria ocupações produtivas; (b) reduz a pobreza; (c) capacita e promove o bem estar (melhora o capital humano); (d) adapta os meios de vida reduzindo sua vulnerabilidade e elevando sua resiliência, promovendo maior resistência a uma crise e; (e) promove a sustentabilidade dos recursos naturais, ou seja, equaliza a velocidade de depredação com a capacidade de recuperação do sistema produtivo/extratativo (PERONDI, 2007, p. 59).

A discussão das estratégias de diversificação dos modos de vida e, o acesso aos ativos, tem no desenvolvimento rural, sua própria finalidade. Para Ellis (2000), as famílias rurais constroem um leque de atividades para sobreviver e melhorar a qualidade de vida, a partir dos ativos (capitais) que possuem. Com esta abordagem, compreendem-se as estratégias dos jovens e suas famílias como superação dos obstáculos causados pelo êxodo rural, e todas as formas que geram a expulsão de jovens do campo, causas de grande parte da falta de processos sucessórios no meio rural, como as estratégias de transformação e construção de meios de vida, que os possibilitem permanecer e levar adiante um projeto de vida na agricultura, com dignidade, qualidade de vida e bem estar.

Neste sentido, para Ellis (2000), é através das relações sociais, a partir de suas organizações e instituições, que fazem a mediação das capacidades das famílias atingirem suas necessidades, e são por estas relações que ampliam o acesso a um portfólio de atividades. E para isso, é importante definir, que o uso da abordagem dos modos de vida, é geralmente aplicado a pequenas unidades de análise, sendo os indivíduos e ou suas famílias. Ellis faz a seguinte definição.

Um modo de vida compreende os ativos (natural, físico, humano, financeiro e social), as atividades, e os acessos a estas (mediados por instituições e relações sociais) que em conjunto determinam o meio de vida de um indivíduo ou de um grupo doméstico. (ELLIS, 2000, p. 10, tradução nossa).

O grupo doméstico (*household*) tem sido discutido no Brasil, conforme Niederle e Grisa (2008, p. 51), enquanto unidade de análise a “unidade familiar²”. O que para Peñafiel (2006, p. 29), é traduzido como “unidades de produção doméstica - UPD³”. E segundo a autora, Ellis afirma ainda que, a unidade de produção doméstica, apesar de ter várias definições, “salienta a capacidade dos membros que a compõem de agir, e poder optar por distintas estratégias como a diversificação” (PEÑAFIEL, 2006, p. 29). Ellis (2000) caracteriza as UPD como, o conjunto de indivíduos que vivem no mesmo espaço e compartilham das mesmas experiências, decisões, e recursos para gerar seus meios de vida.

No estudo desta dissertação, é tomado como unidade de análise o jovem, enquanto indivíduo, mas que se relaciona com a família, sendo aqueles que residem na mesma casa, ou até mesmo na mesma propriedade. Relacionam-se também, com o ambiente social, e cultural, e para tal, busca-se definir, então, o que são os modos de vida.

Esta abordagem teve reconhecimento acadêmico após a década de 1980, com um novo olhar das ciências sociais, com uma perspectiva mais focada sobre os atores sociais, bem como na emergência de arenas de debate com caráter emancipatório (NIEDERLE; GRISA, 2008). Esta nova guinada das ciências sociais também se associa com a emergência de diversos movimentos sociais e populares, que tinham como pauta uma maior participação social, empoderamento, organização de agricultores, consumidores, feministas, ambientalistas, etc.

A diversidade dos modos de vida também passou a interessar os pesquisadores, pois viram que as estruturas econômicas não transformavam os agricultores em grupos homogêneos, ou seja, a diversidade de estratégias possibilita a construção de alternativas de fontes variadas, se integrar ao mercado, não os transformava em capitalistas. Peñafiel (2006, p. 37) afirma que “ainda que a agricultura familiar tenha se desenvolvido como uma profissão, suas particularidades

² Conforme Niederle e Grisa (2008), para autores como Carneiro (2000), Schneider (2009) e Mattei (2014), a unidade familiar se distingue da unidade de produção, pois possibilita o estudo de relações e força entre os agentes, independentemente das relações de parentesco ou da produção.

³ Para compreensão maior sobre o termo “Unidade de Produção doméstica” ver autores como Ellis (2000), Ploeg (1994), Chayanov (1981) e Abramovay (2012).

residem no fato de que a agricultura gera meios para reproduzir um modo de vida, não apenas uma atividade”.

Dentro de uma perspectiva teórica mais ampla, no mesmo período, Amartya Sen (2010) trabalha com a perspectiva de desenvolvimento como expansão das liberdades. O que foi rapidamente incorporada às políticas e programas de desenvolvimento, principalmente ligadas às questões de superação da pobreza, fome e visando o desenvolvimento humano.

Neste sentido, para Ellis (2000, p. 7, tradução nossa) “a definição popular é fornecida por Chambers e Conway (1992) que um modo de vida compreende as capacidades, ativos (história, recursos, reivindicações e acesso) e atividades necessárias para um modo de vida”. Desta forma, os componentes dos modos de vida são as capacitações, os ativos e as atividades.

Sen (2010) propõe o desenvolvimento a partir de um processo de expansão das liberdades. Para Sen (2010), é a liberdade que permite que os sujeitos executem plenamente todas suas capacitações. Sendo assim, as capacitações podem ser entendidas como habilidades que as pessoas têm para realizar, ou não, todo o seu potencial enquanto seres humanos (RIBEIRO, 2009).

Considera as liberdades dos indivíduos os elementos constitutivos básicos. Assim, atenta-se, particularmente para a expansão das “capacidades” [*capabilities*] das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam – e com razão. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo capacidades participativas do povo. (SEN, 2010, p. 33)

De acordo com Chambers e Conway (1992, p. 4), dentro da generalidade do uso da capacidade de Sen, há um conjunto de recursos de subsistência, que incluem a capacidade de lidar com os choques e estresses, da capacidade de encontrar e aproveitar as oportunidades. Consideram que as capacidades são reativas, sendo capaz de responder às mudanças adversas, mas também adaptativas, conforme a dinâmica em que se encontram. Incluem também, neste conjunto, os acessos, e a capacidade do uso de serviços e informações, das inovações, competindo, mas também colaborando com os outros, bem como explorando novas condições e recursos.

Contudo, Peñafiel (2006) afirma que o modo de vida é uma combinação de ativos, capacitações e atividades, que permitem aos indivíduos gerar meios de vida,

no qual possam garantir a sua reprodução social. Para autores como Ellis (2000), Hann (2000), Chambers e Conway (1992) e Peñafiel (2006), ativos são compreendidos como tangíveis e não tangíveis. Os tangíveis são os recursos essenciais para a vida, tanto naturais, físicos e financeiros, que trabalhados geram a possibilidade de sobreviver. Já os ativos intangíveis são as oportunidades de acesso, que permite aos sujeitos buscar e por em práticas os recursos tangíveis para obtenção de seus meios de vida. Juntos, compreendem um portfólio de recursos, que são transformados em atividades, visando o desenvolvimento e reprodução dos indivíduos e suas famílias.

Cabe ainda salientar, que nesta abordagem, o componente mais importante é a plataforma de ativos, compreendidos pelos recursos específicos acessados para a construção das estratégias. Bebbington (1999) afirma que “os ativos são a própria base de poder que dá capacidade (*capability*) ao agente para ser e agir”. A operacionalização da pesquisa sobre os meios de vida no mundo rural tem caráter eminentemente qualitativo, e se apoia em instrumentos que traduzem a capacidade de mobilização e acesso aos recursos dos modos de vida, traduzidos na figura de um pentágono de capitais: financeiro, humano, físico, natural e social (PERONDI, 2014). Além disso, esta abordagem possibilita aos atores sociais uma atuação de forma mais politizada e consciente no mundo, tendo o poder de transformação social, bem como se tornando agentes de mudanças agrícolas (PERONDI, 2014).

De acordo com Ellis (2000), Ellis e Freeman (2004), na abordagem dos modos de vida, os recursos são os ativos (conjunto de diferentes capitais), categorizados por: capital humano (habilidades, educação, saúde), capital físico (bens produzidos, maquinários, ferramentas), capital financeiro (renda, poupança, acesso a empréstimo/crédito), capital natural (terra, água, pastagens, etc.) e capital social (redes e associações).

- a) capital natural – o mesmo está ligado ao estoque de recursos naturais, como terra, fontes de água, o ar, recursos biológicos que são usados pelas pessoas para gerar seus meios de sobrevivência. Ellis (2000), ainda afirma que o capital natural não é estático, e não é apenas a ação de coleta de vegetais, ou o uso de animais que geram a sobrevivência, mas sim quando é trazido para o controle humano, em sua capacidade de aumento de produtividade, como tem ocorrido desde a agricultura sedentária, com a evolução dos sistemas de

produção. Importante pensar também no capital natural como um gradiente de altos e baixos níveis de potencial agroecológico, e na sua capacidade de integração e adaptação conforme a realidade da região em que se situa, como por exemplo, em regiões montanhosas, planícies, semiárido (ELLIS, 2000). Vale ressaltar também, que os recursos podem ser renováveis e não renováveis, e que os mesmos podem influenciar o modo de vida das pessoas;

- b) capital físico – Para Ellis (2000, p. 32-33) o capital físico está relacionado aos bens gerados através de processos de produção econômica, como é o caso das benfeitorias de infraestrutura na propriedade como, casas e galpões, os maquinários, ferramentas, os canais de irrigação, estradas, energia elétrica, entre outros. O acesso a estes capitais possibilita uma gama de possibilidades, que os agricultores podem ou não acessar, mas a falta deste capital impossibilita a geração de novas estratégias. Como, por exemplo, a falta ou deficiência de estradas, é um empecilho no acesso a mercados, ou a falta de energia elétrica impede também o acesso à internet, a construção de agroindústrias, a implementação do turismo rural, entre outros;
- c) capital humano – este capital refere-se ao acesso à saúde, educação, a experiência, habilidades, a criatividade e aos conhecimentos que os indivíduos têm para desenvolver as diferentes estratégias de seus modos de vida. O trabalho, enquanto parte do capital humano, é visto por Ellis (2000, p. 33) como o chefe de ativos, principalmente aos mais pobres. Pois são donos de sua própria força de trabalho, mas para isso, precisam garantir também boas condições de saúde e habilidades para realizá-lo. Para Ellis (2000), o desenvolvimento e avanço nas políticas de educação, saúde, trabalho nas áreas rurais, possibilitará também o desenvolvimento rural sustentável mais amplo;
- d) capital financeiro – Ellis (2000, p. 34) aponta que o “capital financeiro refere-se ao estoque de dinheiro que a unidade doméstica tem acesso”. Ou seja, o estoque financeiro que as pessoas possuem, como a poupança. Mas também as diferentes formas de crédito e financiamento, e até mesmo a entrada de outras rendas, externas as

atividades agrícolas. O acesso a este pode se converter em outras formas de capital, quando o mesmo é aplicado na propriedade (melhoria na infraestrutura, compra de terra, etc.) ou até mesmo no investimento na educação dos membros da família;

- e) capital social –segundo Ellis (2000, p. 36) “o termo capital social está relacionados às reivindicações sociais mais amplas que os indivíduos e suas famílias podem desenhar em virtude de sua pertença a grupos sociais de diferentes graus de inclusão na sociedade”. Em geral, a família é o primeiro grupo social, no qual os indivíduos se relacionam, cabem aí relações de reciprocidade e um conjunto de valores e confiança, baseados em laços sociais (ELLIS, 2000). Além disso, a comunidade, grupos, associações, redes, todos estes são espaços que possibilitam as relações sociais entre sujeitos. Ellis (2000) ressalta também que estas relações podem ser verticais (baseadas na autoridade) ou horizontais (por formas voluntárias).

Para Ellis (2000), o capital social é o mais complexo e difícil para ser analisado, pois nem sempre as relações são desvendadas, ou até mesmo, precisam de momentos de crise para ficar mais evidente. Além disso, alguns processos resultam na exclusão social de indivíduos e até mesmo de grupos.

O importante, segundo Ellis (2000), é o acesso pelas pessoas aos diferentes capitais. Bem como, o que fazem para acessar e como acessam. O modo como acessam é determinado por um conjunto de valores e até mesmo habilidades, para dominar, controlar, reivindicar e fazer uso dos recursos. A partir destes capitais, os indivíduos realizam ações, compostas por atividades, através das estratégias de sobrevivência e reprodução social.

Estas atividades podem ser divididas entre a utilização de recursos naturais (coleta de lenha, os cultivos, artesanato) ou naquelas baseadas em recursos não naturais (negócios rurais, serviços e manufaturas rurais, recebimento de recursos externos, como aposentadoria). Ellis (2000) considera as atividades importantes, pois refletem nas estratégias para gerar os diferentes modos de vida.

Enfim, modo de vida é composto por um conjunto de alternativas de ações e estratégias. A decisão de optar por diferentes combinações, na busca da sua reprodução social, econômica e cultural, é feita pelos agricultores e suas famílias e resultam em uma maior ou em uma menor diversificação. (RIBEIRO, 2009, p. 80).

A diversificação passa a ser uma alternativa concreta para garantir estabilidade e autonomia frente ao contexto de vulnerabilidade caracterizada por crises e choques externos (ELLIS, 2000). Além disso, quanto maior e mais diversas são as possibilidades por parte dos atores sociais, maior o grau de autonomia para construir as trajetórias de vida que consideram significativas (NIEDERLE; GRISA, 2008).

Para Peñafiel (2006), a utilização da abordagem dos modos de vida permite compreender que conforme a configuração do ambiente social, econômico e cultural, existem diferentes recursos e formas de acesso, no qual os indivíduos irão recorrer para superar as crises. No entanto, a autora acrescenta que “deve-se considerar as particularidades de cada unidade de produção familiar que, ao longo dos anos, têm desenvolvido um repertório cultural que dirige as suas práticas, suas interpretações e suas ações” (PEÑAFIEL, 2006, p. 43).

Como processos metodológicos, o esquema proposto por Ellis (2000) foi usado para caracterizar as informações advindas da pesquisa de campo, primeiro para reconhecer quais são as ameaças que os jovens sofrem, segundo os ativos, e o conjunto de capitais que ampliam as possibilidades dos atores construir estratégias de reprodução social e, por fim pelos fatores de acessos às capacidades dos jovens em construir suas estratégias e seus modos de vida.

2.2 O JOVEM RURAL: UMA CATEGORIA SOCIAL

Na seção anterior, foram apresentados conceitos da abordagem dos modos de vida. Após esta discussão, o ponto de partida são os jovens rurais, assim, faz-se importante examinar categorias e conceitos sobre juventude. É fundamental compreender quem são os jovens, não apenas as características locais da região estudada, mas alguns pressupostos que nos ajudam a compreender quem é a atual juventude no Brasil, bem como seu local de atuação, o mundo rural.

O meio rural, enquanto espaço físico diferenciado não pode ser considerado apenas como um local de residência ou de trabalho, o campo é um lugar de vida, onde se constroem as particularidades e os modos de vida, forjando sua referência de identidade. Desta forma, a compreensão do rural passa a integrar novas dinâmicas relacionadas não apenas ao mercado de trabalho (atividades agrícola e não agrícolas), “mas também a aspectos sociológicos e etnográficos ligados as formas de

construção e redefinição das identidades sociais, assim como a cultura, a sociabilidade e os modos de vida” (BLUME; SCHNEIDER, 2014, p. 186).

Para fazer uma análise da juventude rural, faz-se necessário compreender como a juventude brasileira está organizada. Há números que referem a quantidade desta juventude, porém geralmente considerando a juventude apenas pela faixa etária, como comumente os organismos internacionais e governamentais consideram, compreendendo entre os 15 a 29 anos. Assim, são 49 milhões (ou 27% do total da população) de brasileiros. Sendo que desse total, 4,5% estão no meio rural, ou seja, oito milhões de jovens camponeses (Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2004).

Outras fontes consideram a juventude pelo período de transição ou ciclo de vida. Muitos afirmam que ser jovem é estar na fase de escolhas e mudança de vida. Com isso, o ganho de maturidade, independência financeira através do trabalho e a formulação de uma família com o casamento faz com que termine a etapa da juventude. Porém estas duas formas de considerar a juventude não podem ser precisas, devido a variações de acordo com cada contexto social e cultural. Há diferenças entre idade biológica e idade social. Desta forma, irei considerar juventude como uma categoria social. Pode ser conferida em Groppo (2000, p. 7) esta afirmação.

Podemos definir a juventude como uma categoria social. Tal definição faz da juventude algo mais do que uma faixa etária ou uma “classe de idade”, no sentido de limites etários restritos – 13 a 20 anos, 17 a 25 anos, 15 a 21anos etc. [...] Ao ser definida como categoria social, a juventude torna-se, ao mesmo tempo, uma representação sócio-cultural e uma situação social.

Não existe apenas uma caracterização para o jovem; estas diferenças, podendo ser entre o meio urbano ou até mesmo no meio rural, faz com que muitos pesquisadores começassem a utilizar o termo juventudes, no plural, por não ser uma categoria homogênea. Cada região, cada contexto social faz com que as juventudes tenham características diferentes. Podemos conferir em Weisheimer (2005, p. 26), por exemplo:

As interpretações sobre a condição juvenil demonstram que esta é uma construção social, cultural e histórica altamente dinâmica e diversificada, o que implica considerá-la uma realidade múltipla, visto que os jovens não formam um todo homogêneo.

A juventude rural, enquanto categoria social é dinâmica e diversificada, caracterizada e influenciada pelo contexto social de cada realidade e dessa em relação com a sociedade em geral.

Entendemos que a especificidade de cada categoria juvenil pode ser aprendida por meio dos processos de socialização vividos pelos jovens. Ao considerarmos as diferenças de classe social, de etnia e de gênero, percebemos distinções relativas às posições ocupadas nos espaços sociais e conseqüentemente de processos de socialização respectivos. Tal posicionamento permite superar a invisibilidade social, a que diversas categoriais juvenis se encontram submetidas. (WEISHEIMER, 2010, p. 128)

O ser jovem parece se modificar de acordo com os diferentes espaços e contextos sociais, os jovens urbanos e jovens rurais são a prova disto. Pois existem as diferenças de classe, gênero, religião, etnia, a procedência sócio geográfica, o que implica na existência de diversos tipos de “juventudes” dentro de um mesmo grupo social (LIMA, et al. 2006). Podemos perceber a juventude como uma construção sócio histórica e também sócio cultural.

Os jovens do campo constituem especificidades juvenis. Elas e eles vivem no campo, tem como forma de subsistência e identificação a agricultura e constituem suas experiências em diversos espaços e relações socioculturais: na família, na comunidade, no trabalho da roça, na escola, no desejo de continuar os estudos, no grupo de jovens; na necessidade da independência financeira e nos movimentos e organizações do campo (SILVA, et al. 2006, p. 77).

Ainda hoje a juventude do campo sofre preconceitos por sua identidade, porém, se desde cedo os jovens aprendem a valorizar o campo, e se inserem nas atividades agrícolas, esta visão pode ser diferente, assim como afirmam Lima et al.: (2006, p. 106) “[...] são envolvidos nas atividades de subsistência, o que reflete a valorização do trabalho e a aceitação dessa experiência nesse momento da vida”.

Para muitos autores, para que a juventude valorize o campo é importante estar inserido em grupos e coletivos sociais, tal como afirma Silva (2006, p. 91):

A participação dos jovens em coletivos com discussão política pode reforçar sua opção pelo campo, à medida que passam a entender a situação da agricultura e se envolvem nos debates sobre reforma agrária, sementes transgênicas, área de livre comércio, modelo agrícola do país. Este tipo de questões acaba fazendo estes jovens pensar sobre sua própria vida, e sobre que compromissos sociais devem ser assumidos. Em muitos casos, isso significa a consolidação da sua identidade de trabalhador do campo e de jovem inserido em movimentos sociais. (SILVA, et al. 2006, p. 91)

Desta forma, é importante discutir a presença dos jovens no campo, como possibilidade dos jovens terem trabalho e renda no meio rural, trabalhando juntamente com a família, participando da vida em comunidade, de espaços de troca de conhecimentos. E para tal, foi importante a escolha da abordagem teórica dos meios de vida, para contribuir na análise e interpretação da realidade estudada.

A diversificação dos meios de vida parece ser um caminho seguro para o desenvolvimento rural, contribuindo na melhoria da distribuição da renda e das fontes de rendimentos. Resultando também no: (1) aumento da produção rural devido à melhoria da capacidade de custeio das atividades agrícolas; (2) redução substancial da sobre-exploração dos recursos naturais; (3) na melhoria da distribuição da renda entre os membros da família, atenuando as relações de dominação; e, por fim, (4) proporcionando maior segurança em relação ao mercado e suas variações de preço. (PERONDI, 2014, p. 112-3)

Sendo assim, os estudos sobre juventude são importantes não apenas para os membros das famílias que terão seus sucessores e garantirão sua reprodução social, mas para, além disso, ao longo do tempo garantir a continuidade das comunidades rurais, bem como se todo o setor agrícola, especialmente da agricultura familiar (BRUMER, 2006).

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR: ALGUNS APONTAMENTOS

A compreensão da agricultura familiar do ponto de vista teórico, passa pelo reconhecimento de que a agricultura familiar, enquanto agente de interação com a sociedade, não é um debate novo. As sociedades camponesas há muito tempo são temas de estudo, assim como para Chayanov (1974) e Shanin (1980). Da mesma forma, para Abramovay (2012), o agricultor familiar é visto como participante das estratégias de viabilização de suas atividades produtivas.

A partir da reflexão dada por estes autores, é possível compreender a agricultura familiar, enquanto capaz de desenvolver habilidades e manter relações mais vastas e diversificadas, no escopo da construção de um desenvolvimento mais amplo.

Neste contexto, em que a agricultura familiar é entendida como um espaço em construção e aberto ao diálogo, autores como Marsden (1992; 1998), Ploeg (1997; 2009) e Wanderley (2000) apontam para uma nova caracterização dos espaços rurais. Visto que o rural não é apenas um lugar de produção, desta forma, não deve ser

estudado apenas a partir de uma perspectiva econômica e produtiva, por ser um espaço formado por uma complexidade de interações, é preciso compreender as relações sociais, culturais, econômicas, bem como sua interação com os agentes urbanos.

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. (WANDERLEY, 2001, p. 21).

Esta diversidade da agricultura familiar vem sendo retratada como uma característica pertinente do desenvolvimento rural. Da mesma forma, a partir da abordagem dos modos de vida, que orienta esta pesquisa, dá suporte para compreender a agricultura familiar, enquanto um conjunto de atividades e estratégias para se reproduzir socialmente. As condições de vida, no qual os agricultores familiares se estruturam, estão ligadas também, a forma como gerenciam e organizam seus modos de vida.

Para tal, é importante que a agricultura familiar, além de tema de estudo, possa ser pensada como demandante de políticas agrícolas, ambientais e sociais. Para a FAO⁴, “a agricultura familiar tem um importante papel socioeconômico, ambiental e cultural”. Além disso, torna-se importante por estar vinculada a agricultura de pequena escala e à segurança alimentar mundial, bem como representa uma possibilidade de estimular as economias locais, principalmente quando combinada com políticas destinadas na promoção social e o bem-estar das comunidades.

Contudo, é preciso conhecer as vertentes do termo Agricultura Familiar (*Family Farming*), onde é possível perceber a partir de dois momentos, ambos no período contemporâneo. A primeira vertente, norte-americana entre os anos de 1950 até meados de 1980. A outra, de origem europeia, que se consolida a partir dos anos 80 (NAVARRO, 2010). Os principais autores a utilizar o termo na academia são Harriet Friedmann e Henry Bernstein. Deste modo, o debate sobre agricultura familiar no Brasil se alimenta da discussão a partir dos Estados Unidos e da Europa.

Enquanto isso, no Brasil, o mundo rural passava por diversas mudanças, principalmente pós anos 1960 com a proposta de intensificação e modernização

⁴ Estes elementos estão disponíveis no site da FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organizações das Nações Unidas para a agricultura e alimentação), em virtude do Ano Internacional da Agricultura Familiar em 2014.

conservadora da agricultura (DELGADO, 2012). Neste processo, nem todos se adaptam, seja por questões de dificuldade de acesso, seja pelas formas de resistência, frente ao novo modelo de agricultura. O que vai se configurando na diversidade do mundo rural agrícola, desde o camponês, que luta dia a dia pela sua sobrevivência, até o grande latifundiário, ou até mesmo, utilizando as ideias de Ploeg (2008), o “agricultor empresarial” ou “capitalista de grande escala”.

Os anos 1980 foram marcados por grandes mobilizações por parte dos pequenos agricultores organizados em sindicatos e o surgimento de diversos movimentos sociais, que colocam em pauta a questão agrária, o acesso a terra, e uma maior valorização dos pequenos produtores. Ainda não se falava em agricultura familiar, em cada canto do Brasil tinha-se uma nomenclatura, como por exemplo, os colonos, caboclos, ribeirinhos, extrativistas, povos da floresta, etc. (SCHNEIDER; ESCHER, 2012).

O fato de a agricultura familiar ter passado por um período de modernização, com muitas transformações, resulta no processo onde muitos incorporaram tecnologias, outros se voltaram a *commodities* e muitas famílias resistiram a esse processo de modernização, e criaram novas formas de organização e resistência no campo. Porém, muitas famílias de agricultores abandonaram a agricultura e o campo, pois não tiveram condições de abarcar todas estas novas tecnologias.

[...] a agricultura atravessou um processo radical de transformação em vista de sua integração à dinâmica industrial de produção e da constituição do complexo agroindustrial. Foi alterada a base técnica, desenvolvida a indústria fornecedora de meios de produção para a agricultura e ampliada, em linhas modernas, a indústria processadora de alimentos e matérias-primas. Deste modo, a base tecnológica da produção agrícola foi alterada profundamente, assim como a composição das culturas e os processos de produção. Tanto a mudança na escala de produção trazida pelo novo pacote tecnológico como a tendência especulativa desencadeada pelo processo de modernização serviram para acentuar ainda mais a concentração de propriedade da terra, afetando também as relações de produção no campo. (MARTINE, 1991, p. 54)

No período dos anos 1990, uma pesquisa realizada pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que tinha como objetivo formar diretrizes para um “modelo de desenvolvimento sustentável” propôs a classificação dos estabelecimentos agrícolas brasileiros como “patronais” e “familiares”. No estudo, esta primeira classificação compreenderia os estabelecimentos, onde havia separação

entre gestão e trabalho, uma organização descentralizada e especializada. Os estabelecimentos familiares eram entendidos por uma íntima relação entre trabalho e gestão, em que o processo produtivo é conduzido pelos próprios proprietários, ênfase na produção diversificada, na qualidade de vida, tomada de decisão imediata e, na utilização de trabalho assalariado complementar (FAO/INCRA, 1994).

A incorporação do termo no cenário político nos anos 1990, especialmente com o papel do Estado, enquanto o formulador de políticas públicas veio através da criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995, consagrando a expressão no país. Além disso, como uma política de financiamento e crédito rural, teve que delimitar o grupo a ser atendido, criando assim algumas características para o agricultor familiar. Para Mattei (2014), o PRONAF representa legitimação, por parte do Estado, de uma nova categoria social – a agricultura familiar. Após esta efervescência nos anos 1990, na década seguinte observou-se um avanço de políticas e também novas referências, tais como o do Censo de 2006.

A partir da criação do PRONAF, outras políticas públicas foram construídas. Porém, para Schneider, Ferreira e Alves (2014), o real entendimento deste universo só se conheceu com a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que permitiu a definição legal de “agricultor familiar”.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Delimita-se assim também, o público a ser atendido pelas políticas públicas de fomento a agricultura familiar. No mesmo ano da elaboração da lei, que reconhece legalmente este setor, é realizado o Censo Agropecuário, com o corte entre “familiares” e “não familiares”. A pesquisa trouxe resultados e diversos elementos que reforçam a importância da agricultura familiar no Brasil.

Os dados do Censo Agropecuário, realizado em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Brasil, mostram que agricultura familiar representa 84,4% dos estabelecimentos agropecuários, sendo 4.367. 902 estabelecimentos de agricultores familiares (IBGE, 2009). Além disso, é responsável por grande parte da produção de alimentos que vão à mesa dos brasileiros, mesmo ocupando apenas 24,3% da área do território nacional.

Estes resultados mostram uma estrutura agrária concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 ha, e a dos não familiares, de 309,18 ha. (FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2009, p. 20)

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, os principais alimentos são produzidos em maior parte nos estabelecimentos da agricultura familiar. Como por exemplo, 70% do feijão, 87% da mandioca, 46% do milho, 59% e 50% do plantel, de suínos e aves respectivamente. Entre tantos outros alimentos. A soja, que representa a cultura do agronegócio, é aquela que menos tem participação da agricultura familiar, somando um total de 16% da produção total no país.

Ao contrário do que se pensava, a agricultura familiar não é a manutenção, ou até mesmo o retorno a práticas arcaicas. Ploeg (2014) vê na agricultura familiar um “fenômeno complexo e multidimensional”, baseado na “forma como as pessoas cultivam e vivem”. Ou seja, não é apenas a produção, mas um modo de vida.

Segundo Ploeg (2014), as qualidades da agricultura familiar são: 1) o controle sobre seus principais recursos; 2) força de trabalho familiar; 3) ligação entre família e o estabelecimento; 4) totalidade ou parte da renda; 5) não é somente lugar de produção, mas de vida, um lar; 6) a propriedade e a produção são motivos de orgulho, representa a memória e a cultura familiar; 7) Valorização da cultura local; 8) Acúmulo de experiências entre gerações; 9) Fortalecimento da economia rural local; 10) o

estabelecimento familiar faz parte da paisagem rural, e trabalha com a natureza e preserva a biodiversidade.

Além disso, a agricultura familiar representa um espaço de luta constante por autonomia, pela busca diária de sua própria subsistência (PLOEG, 2008), ao mesmo tempo, embora com todas as promessas potenciais, sofrem ameaças por esta sociedade capitalista e, são pressionadas por todos os lados, ficando cada vez mais empobrecidas (PLOEG, 2014). Neste sentido, utilizando a abordagem dos modos de vida de Ellis (2000), a luta por autonomia é entendida como o conjunto de estratégias, de capacidades, habilidades e ativos, que são utilizados pelos indivíduos, ou pelo grupo familiar, visando à superação da vulnerabilidade, criando assim condições de gerar bem estar e reprodução social.

Segundo Ploeg (2014), as dificuldades são diversas, desde formas de opressão externas, como o baixo preço dos alimentos e o alto custo de produção, as terras e água cada vez mais controladas por grandes grupos do capital e volatilidade dos mercados agrícolas. Mas também ameaças internas, com o risco de que também a agricultura familiar busque apenas o lucro e tornem-se negócios.

Desta forma, considerando todas as qualidades da agricultura familiar, bem como suas limitações, é possível perceber que ela não é um tema isolado, mas sim parte de um sistema complexo, atrelada a tantas outras relações, desde o social, ambiental e o econômico. Para tanto é fundamental perceber que frente a tantas pressões, há formas de tornar a agricultura cada vez mais promissora e conservando seus princípios.

2.4 OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO: AGROECOLOGIA E CONVENCIONAL

Com base no debate sobre os aspectos teóricos e históricos da agricultura familiar, esta sessão tem a pretensão de abordar, dentro da pluralidade deste setor, dois sistemas de produção, o convencional e o agroecológico. A análise torna-se relevante para este estudo, pois tem como base empírica os jovens agricultores familiares da região de Torres, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, que se organizam a partir destes dois sistemas.

Primeiramente, cabe retomar o que já foi afirmado na sessão anterior deste capítulo, que a agricultura passou por diversas transformações, tanto no Brasil, como em diversos outros países. Na segunda metade do século XX, como afirmam Mazoyer

e Roudart (2010, p. 27), a “revolução agrícola contemporânea” (motorização-mecanização, seleção genética de plantas e animais, uso elevado de fertilizantes, etc.) teve uma progressão vigorosa nos países desenvolvidos e em alguns setores limitados dos países em desenvolvimento.

Porém, como afirmam os autores, não foram todos os agricultores que conseguiram se desenvolver neste processo, até mesmo pelas quedas dos preços agrícolas reais.

Consequentemente, durante este período, mais de 90% dos estabelecimentos agrícolas menos favorecidos tiveram seu desenvolvimento bloqueado e empobreceram em virtude dessa baixa dos preços a tal ponto que, umas após outras, deixaram de existir e alimentaram com mão de obra a indústria e o setor de serviços em expansão. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 28)

Deste processo, muitos empresários agrícolas, principalmente da América Latina, do Oriente Médio e África do Sul, donos de grandes propriedades de terra, com assalariados com mão de obra barata, aproveitaram da inflação e dos baixos preços agrícolas internacionais e até mesmo das vantagens dos créditos agrícolas, para equiparar-se (MAZOYER; ROUDART, 2010). O que resulta hoje na grande desigualdade no meio rural.

Ligado a isso, também a partir da década de 1960, nos países em desenvolvimento, a “revolução verde”, entendida como uma variante da revolução agrícola contemporânea, porém desprovida da motorização-mecanização, foi amplamente disseminada, chegando a um número maior de agricultores, capazes de adquirir os novos meios de produção. (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Mazoyer e Roudart (2010) descrevem algumas características da revolução verde: seleção de variedades como arroz, milho, trigo, soja e outras grandes culturas para exportação, ampla utilização de fertilizantes químicos, controle da água de irrigação e drenagem. Além disso, cabe ressaltar, que em muitos países o Estado favoreceu a difusão desta revolução com a criação de políticas, em especial de preços agrícolas, subvenção aos insumos, bonificação de juros e investimento em infraestrutura.

Em resumo, para Altieri (2004), é uma cadeia articulada de processos e atividades que foi conhecida como o “pacote tecnológico” da agricultura contemporânea. No que se pode chamar de “pacote” da revolução verde, estava à ideia de aumentar a produção e esverdear a terra com produção de alimentos e acabar

com a fome do planeta (GÖRGEN, 2004). Sendo assim, tem como resultado não o avanço dos países em desenvolvimento, mas sim, um crescente declínio e dependência aos países desenvolvidos, bem como pode ser analisado na visão de autores como Redclift e Goodman, citados por Altieri (2004).

A miséria, escassez de alimentos, a desnutrição, o declínio nas condições de saúde, e a degradação ambiental continuam sendo problemas no mundo em desenvolvimento. Em muitas regiões, a modernização da agricultura, com a utilização de tecnologias intensivas em insumos, aconteceu sem a distribuição da terra. Os benefícios dessas medidas – geralmente chamadas de “Revolução Verde” – foram extremamente desiguais em termos de sua distribuição, com os maiores e mais ricos agricultores, que controlam o capital e as terras férteis, sendo privilegiados, em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos. A Revolução Verde também contribuiu para disseminar problemas ambientais, como erosão do solo, desertificação, poluição por agrotóxicos e perda de biodiversidade. (REDCLIFT; GOODMAN, 1991⁵apud ALTIERI, 2004, p. 15)

Neste contexto, foi se desenhando diferentes formas de fazer agricultura, de um lado, os agricultores que acessaram as tecnologias impostas pela revolução verde, e por outro lado, aqueles que mantiveram suas práticas baseadas na herança do sistema tradicional de cultivo, herdado das gerações anteriores. Além disso, este processo não acontece de forma linear, tampouco homogêneo.

Para aqueles que se adaptaram às novas tecnologias, é possível chamá-los de “convencionais”. Segundo Gliessman (2008, p. 36), o sistema de produção convencional está construído sobre dois objetivos, como afirma “a maximização da produção e a do lucro”. E sem considerar a dinâmica ecológica dos agroecossistemas, desenvolveram ao longo do tempo “seis práticas básicas – cultivo intensivo do solo, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizantes sintéticos, controle químico de pragas e manipulação genética de plantas cultivadas”.

Contudo, não é possível afirmar, que os agricultores, ao qual optaram por este sistema de produção, desenvolvem todas estas práticas concomitantemente. Desta forma, poderia se afirmar que existe uma adaptação parcial ao modelo convencional, que pode variar conforme a área de terra ocupada, a capacidade de recursos financeiros, ou até mesmo a região ocupada. Há uma variação nesta integração, entre os que aderiram o sistema convencional de maneira mais expressiva, àqueles que se

⁵ REDCLIFT, M.; GOODMAN, D. The machinery of hunger: the crisis os Latin America food systems. In: GOODMAN, D.; REDCLIFT, M. (ed.). **Enviroment na Development in Latin America**. Manchester: Univesity Press, 1991.

inseriram em partes, e até mesmo aqueles que ainda preservam alguns costumes da agricultura tradicional, embora façam o uso de insumos químicos.

Mazoyer e Roudart (2010), afirmam que este tipo de desenvolvimento não foi aceito por parte da opinião pública, além de gerar alguns inconvenientes, como por exemplo, as desigualdades entre estabelecimentos e entre regiões tornaram-se mais evidentes. Os autores apresentam outras limitações, como a repartição desigual dos frutos do trabalho agrícola, poluição, desertificação e desemprego.

Segundo Gliessman (2008), a crise ambiental e socioeconômica do modelo convencional tem determinado uma mudança de paradigmas, e tem se direcionado a um processo de transição agroecológica e para um desenvolvimento rural sustentável, tendo como base a agroecologia.

Ao mesmo tempo em que as grandes indústrias incentivavam a produção convencional (agrotóxicos, alta mecanização, etc.) para tornar a agricultura, como um todo, cada vez mais dependente do capital internacional, antes mesmo há um movimento que procura desenvolver uma agricultura diferenciada. Este processo acontece de maneira mundial e recebe diferenciados conceitos, surgem então, as escolas em agricultura ecológica, junto com a expansão econômica da Europa e dos Estados Unidos.

Em 1924, na Alemanha, surge a *Biodinâmica*; na Inglaterra temos a agricultura *Orgânica*, que logo chega aos Estados Unidos; entre 1930 a 1940, no Japão surge a agricultura *Natural*, com um caráter filosófico-religioso; na França, surge como *Biológica*, já nos anos de 1960, como uma crítica aos produtos pós-guerra; em 1970, nos Estados Unidos, com a crise do petróleo, surge a Agricultura *Alternativa*; na década de 1980, a América Latina, no bojo das preocupações relacionadas à qualidade de vida, bem como os impactos ambientais do pacote da Revolução Verde, aderem à *Agroecologia*, que tem como foco a preservação ambiental e a promoção socioeconômica dos pequenos agricultores, Neste viés surgem muitas organizações não governamentais – ONG, que auxiliam na assessoria técnica, e também no processo de formação dos agricultores e, na Austrália, no ano de 1972, aderem a Permacultura (KHATOUNIAN, 2001).

Os movimentos foram crescendo, ganhando número e qualidade, assim como o mercado para estes produtos sem agroquímicos. Desta forma, houve a necessidade de se ter uma organização internacional, tanto para intercâmbio, como para estabelecer padrões mínimos aos produtos.

Decide-se pelo termo “agricultura orgânica” para designar o conjunto das propostas alternativas, fundando-se em 1972 a *International Federation of Organic Agriculture Movements*- IFOAM. A IFOAM passa a estabelecer as normas para que os produtos pudessem ser vendidos com o seu selo “orgânico”. Tais normas, além de proibirem os agrotóxicos, restringem a utilização dos adubos químicos e incluem ações de conservação dos recursos naturais. Incluem ainda aspectos éticos nas relações sociais internas da propriedade e no trato com os animais. A partir desse momento, as várias escolas surgidas no processo vão sendo coletivamente chamadas de agricultura orgânica, e sua definição fica claramente expressa em normas. [...] No final dos anos 1980, a agricultura orgânica não é mais um movimento rebelde. Por um lado, as premissas em que se baseava a contestação do método convencional haviam se mostrado verdadeiras. Os danos causados à saúde do homem e do ambiente eram muito evidentes. Não havia mais como escondê-los ou negá-los. Por outro lado, o crescimento do mercado orgânico e a necessidade de proteção do consumidor levaram muitos países a criar legislações específicas. Na virada do século, a contestação havia sido incorporada pelo mercado, tornando-se o setor de maior crescimento no mercado de alimentos e obrigando a se repensar oficialmente os rumos da agricultura mundial. (KHATOUNIAN, 2001, p. 29-30).

E por entender que a agroecologia deve ser viável, não deve ser vista com romantismo e até mesmo como uma agricultura que reproduz o modelo ancestral. “Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos, e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, 2004, p. 18). E por isso não deixa de ser uma produção sustentável que há equilíbrio entre as plantas, solo e todo o conjunto de seres vivos na natureza, compreendendo o homem como parte dela. Mas não é apenas isto, segundo Altieri (2004) há uma questão social, uma preocupação que vai além, que leva em conta a vida de cada pessoa, a cultura, a luta dos povos, para que os camponeses sejam realmente sujeitos, que não fiquem dependentes do agronegócio, mas que consigam viver no campo com dignidade e qualidade de vida. Este é o principal objetivo da agroecologia, não somente produzir e consumir alimentos saudáveis, cuidado com o meio ambiente, com o agroecossistema⁶, mas proporcionar as pessoas uma vida mais humana.

Só uma compreensão mais profunda da ecologia humana dos sistemas agrícolas pode levar a medidas coerentes com uma agricultura realmente sustentável. Assim, a emergência da agroecologia como uma nova e dinâmica ciência representa um enorme salto na direção certa. A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e

⁶ Para Gliessman (2008, p. 63): “Agroecossistema é um local de produção agrícola – uma propriedade agrícola, por exemplo – compreendido como um ecossistema. O conceito de agroecossistema proporciona uma estrutura com a qual podemos analisar os sistemas de produção de alimentos como um todo, incluindo seus conjuntos complexos de insumos e produção e as interconexões entre as partes que os compõe”.

tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis. (ALTIERI, 1987⁷, apud ALTIERI, 2004, p. 17)

E assim, também não basta que um agricultor trabalhe isoladamente, a agroecologia se baseia na organização social, na formação de grupos, associações, cooperativas, ligadas ou não a Movimentos Sociais do Campo.

A produção estável somente pode acontecer no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente. A agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento. O objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento (CHABERS, 1983⁸, apud ALTIERI, 2004, p. 21)

O papel da agroecologia é ter uma nova abordagem em relação ao desenvolvimento agrícola, que construa sobre aspectos de conservação de recursos da agricultura tradicional local, e ao mesmo tempo em que explora conhecimento e métodos ecológicos modernos (ALTIERI, 2012). Esta abordagem é configurada na ciência da agroecologia, que é definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. Assim, a agroecologia desenvolve uma agricultura que é ambientalmente consciente, altamente produtiva e economicamente viável. Valorizando os conhecimentos locais, os saberes empíricos dos agricultores, a socialização desses conhecimentos e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade (GLIESSMAN, 2008).

Isso acontece porque os agricultores passam a ser preparados para trabalhar com formas alternativas de produção e comercialização, pois percebem que a produção em massa não é viável. Iniciam assim, outro modelo de produção, baseada na agricultura orgânica, circuitos curtos, entre outras redes de alternativas (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

Contudo, cabe a ressalva de que este movimento não é hegemônico, ainda que seja significativo, não é possível entendê-lo como um processo que se sobrepõem ao sistema convencional de produção, esses movimentos coexistem. Em síntese, pode-se dizer que existem vários caminhos possíveis, e que os mesmos dependem da forma como os atores sociais se organizam, bem como de como ocorre o apoio

⁷ ALTIERI, M. **Agroecology**: the scientific bases of agriculture. Boulder: Westview Press, 1987.

⁸ CHAMBERS, R. **Rural Development**: putting the last first. London: Longman, 1983.

governamental. E é por isso que, mesmo dentro da agricultura familiar, há diversas formas de desenvolver a agricultura, porque segundo Abramovay (2012), as famílias tem a capacidade de se organizar, dependendo do contexto em que se inserem.

A própria racionalidade da organização familiar não depende [...] da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve. (ABRAMOVAY, 2012, p. 33)

Neste sentido, será possível perceber, que mesmo dentro da categoria da agricultura familiar há modos de vida diferentes, o que neste trabalho será tratado como o modo de vida baseado no sistema convencional de produção, e por outro lado o modo de vida do sistema de produção agroecológico.

3 TRÊS CACHOEIRAS, MORRINHOS DO SUL E MAMPITUBA A PARTIR DA HISTORICIDADE

No capítulo anterior a abordagem teórica foi a principal ênfase, tendo como finalidade um maior entendimento sobre as estratégias de reprodução social, ou seja, como uma combinação de ativos, capacitações e atividades permitem ao indivíduo gerar seus meios de vida, o bem estar e garantindo assim sua reprodução social.

Assim como a abordagem dos modos de vida contribui para a interpretação do contexto social no qual os jovens estão inseridos, a partir do olhar sobre o conjunto de estratégias, um olhar mais abrangente deste espaço também auxilia nesta busca de interpretações de como ocorre o processo de permanência no campo pelos jovens no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Isso porque compreender o processo histórico é fundamental para entendermos as relações que hoje se estabelece, tanto no interior das unidades familiares, quanto no entorno delas, através da interação social.

Sendo assim, o objetivo deste terceiro capítulo é mostrar as mudanças que foram ocorrendo ao longo da história, e como estas influenciam atualmente, tanto no processo de adaptação, reação, e superação das crises encontradas, na busca de criação de modos de vida, de geração de bem estar no meio rural. Na sequência será apresentada uma leitura de paisagem, considerando conceitos e características de clima, relevo, vegetação, hidrologia, geomorfologia, solo, entre outras características que constituem a paisagem local.

Além da descrição da paisagem do local estudado, foi realizado um apanhado histórico da região, das diferenças que ocorreram no espaço ao longo do tempo. Para tal foram consideradas variáveis socioeconômicas e produtivas. Desta forma, foi possível visualizar quatro grandes momentos na reconstituição histórica do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Foi possível perceber as causas e fatores que desencadearam em um declínio de um momento, que conseqüentemente resultou no surgimento de um novo período.

3.1 ESTRUTURAIS NATURAIS DO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: UM OLHAR ATRAVÉS DA LEITURA DE PAISAGEM

Um passo importante é conhecer e descrever a área de estudo, as características do local e da sua paisagem. Sendo assim, foi realizado o zoneamento do local pesquisado, bem como a descrição de suas características.

Entender a paisagem, é compreender o pano de fundo onde a agricultura irá evoluir, por isso torna se fundamental compreender elementos que interagem nesta paisagem, como características de solo, vegetação, clima, hidrografia. Pois o homem, como ser que interage com o meio, não é passivo dele, mas irá desenvolver agricultura de acordo com a paisagem e o espaço que ocupa (WIVES, 2013). “Além disso, na leitura de paisagem, é possível definir as formas resultantes da associação do ser humano com os demais elementos da natureza” (VERDUM; FONTOURA, 2009, p.10).

O estudo foi realizado em uma parcela da grande região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Considerando três municípios do extremo norte, Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul e Mampituba, representados na Figura 1.

Figura 1- Representação dos municípios pesquisados situados no Litoral Norte, na faixa leste do estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Imagem adaptada de IBAMA (2016).

Embora realizado um recorte em apenas três municípios, consideramos importante, apresentar as características da paisagem da região do Litoral Norte como um todo, pois mesmo delimitando uma dada região, é fundamental conhecer o todo, pois ocorrem interações, e até mesmo a configuração geográfica possibilita diferentes formas de desenvolvimento.

A região do Litoral Norte gaúcho apresenta uma grande complexidade, pois está situada em uma zona limítrofe entre o Mar e a Serra Geral, como se pode perceber nas Figuras 2 e 3. Tem uma formação histórica muito rica, onde os grupos sociais foram se formando, aproveitando as vantagens da paisagem para sua reprodução social (WIVES, 2008).

Figura 2–Vista da zona limítrofe entre mar e Serra Geral em Mampituba RS



Fonte: Fotografia capturada por Marcelo Nunes Vieira(2015).

Figura 3 - Vista da zona limítrofe entre mar e Serra Geral em Três Cachoeiras RS



Fonte: Fotografia capturada por Marcelo Nunes Vieira (2015).

3.1.1 Unidades de paisagem

Wives (2013) construiu, para o litoral norte, quatro unidades de paisagens, para tanto tomou como base (referência) a altimetria:

- a) *platô* - Campos de Cima da Serra: Formada por derrames vulcânicos de 190 mil anos. Composta por uma floresta ombrófila mista, com mata de galeria. Vegetação de campo, com solos rasos e pedregosos. Uma paisagem que propicia a criação de gado;
- b) *alta encosta* – escarpa: onde a Mata Atlântica ainda é mais preservada, caracteriza-se pela formação da Serra Geral pelo derrame e escorregamento de basalto;
- c) *média e baixa encosta* – Depósitos Coluviais: os solos são mais férteis, nos vales se concentra a produção de banana e nas baixadas à produção é na sua grande maioria de arroz, fumo, cana-de-açúcar e olerícolas;
- d) *planície de barreiras*: formada por sedimentos de origem marinha, formação de lagunas e lagoas, com vegetação de banhado, restinga e campo, utilizado para a criação de gado, pesca artesanal e produção de arroz irrigado.

Olhando as delimitações dos municípios escolhidos, podemos observar as três últimas unidades de paisagem citadas acima. Porém, os jovens pesquisados, desenvolvem atividades agrícolas apenas na unidade de paisagem considerada “média e baixa encosta”, ilustradas nas Figuras 4 e 5. Sendo assim, não serão consideradas, para fim de zoneamento as delimitações municipais, mas sim de paisagem.

Figura 4 - Representação da unidade de paisagem de Média e Baixa Encosta – Depósito Coluviais em Mampituba RS



Fonte: Fotografia capturada por Marcelo Nunes Vieira (2015).

Figura 5- Representação da Unidade de paisagem de Média e Baixa Encosta – Depósito Coluviais em Três Cachoeiras RS



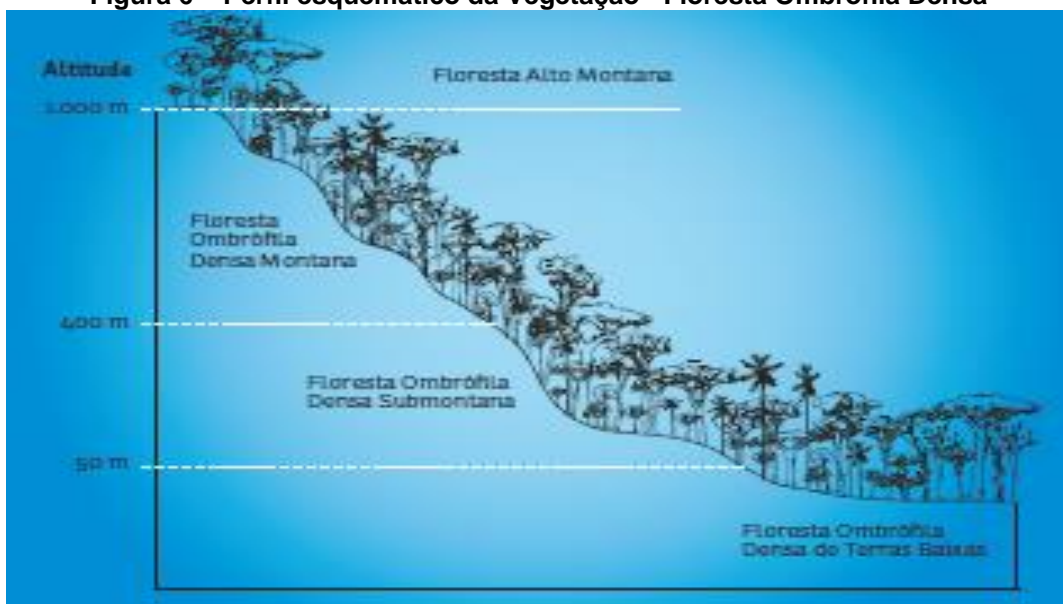
Fonte: Fotografia capturada por Marcelo Nunes Vieira(2015).

3.1.2 *Vegetação*

A unidade de paisagem da baixa e média encosta, ou também como é conhecida, a Encosta da Serra Geral, é reconhecida, em sua vegetação como

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, mas também da Reserva Biológica Estadual da Serra Geral e da Área de Preservação Ambiental da Rota do Sol (BRACK, 2006; WIVES, 2008; CASTRO;MELLO, 2013). Contém fortes declividades, e é composta por uma Floresta Ombrófila Densa, podendo ser subdividida em quatro grupos: Floresta Auto Montana (1000m de altitude) ou Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila Densa Montana (400 a 1000m), Floresta Ombrófila Densa Submontana (50 a 400m) e Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas (menos de 50m). Podendo ser conferido na Figura 6.

Figura 6 – Perfil esquemático da Vegetação - Floresta Ombrófila Densa



Fonte: Atlas Ambiental da Bacia do Rio Tramandaí (CASTRO; MELLO, 2013, p.88)

3.1.3 Geologia

Na Bacia do Paraná, as areias desérticas da formação Botucatu encobriam as paisagens que se estendiam por quase todo o Rio Grande do Sul (HOLZ, 2003). Mas devido a um intenso processo de vulcanismo iniciado por volta de 190 milhões de anos atrás, que cobriu com efusivas basálticas praticamente todo o deserto. Assim, a formação Botucatu ficou submersa por uma sequência muito espessa de rochas basálticas, transformando o estrato norte do estado em uma ampla e relativamente plana formação, denominada de Serra Geral.

3.1.4 Solos

Os solos encontrados na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul são compostos pelos derrames basálticos da Bacia do Paraná. Nas encostas são encontrados dois tipos de solos, os Neossolos Litólico Eutrófico e os Chernossolos. Na planície costeira são os Gleissolos, que podem interagir com as encostas pela proximidade (CASTRO; MELLO, 2013). Nas encostas são geralmente encontrados solos argilosos, “provenientes de processos de intemperismo das rochas basálticas, gerando solos de alta concentração de nutrientes chamados Chernossolos” (WIVES, 2013, p. 52). Os Neossolos são solos mais recentes, sendo solos rasos em regiões da Serra Geral mais íngreme (WIVES, 2013).

3.1.5 Clima e hidrografia

Quanto ao clima, a região sofre influências da Massa Tropical Atlântica (mTa), originada na borda anticiclone subtropical localizado no Oceano Atlântico, sendo assim é quente, úmido e instável. Com ventos de nordeste a leste, chuvas intensas e passageiras. Estas características ocorrem especialmente entre os meses de setembro a março (CASTRO; MELLO, 2013).

Outra influência é a Massa Tropical Continental (mTc) quente e seca, com o deslocamento do anticiclone subtropical para o norte. No outono e inverno há os ciclones migratórios polares, gerando instabilidade da frente polar, provocando ventos frequentes dos quadrantes sul e sudoeste. Após a passagem da frente, a atmosfera se estabiliza, provocando assim, as quedas de temperatura (CASTRO; MELLO, 2013).

Há também a invasão da Massa de Ar Polar Atlântico (mPa), que com grande rapidez se processa pelo sudoeste do Estado, podendo ocorrer a formação de nevoeiros e geadas localizadas (CASTRO; MELLO, 2013).

A umidade relativa do ar é alta, sob influência de massas de ar úmidas, geralmente entre 83%. Com clima subtropical úmido, os verões são quentes, com temperaturas acima de 22°C, e invernos rigorosos, com temperatura entre -3°C a 18°C. A precipitação anual de chuvas é de 1200 a 1400 mm (CASTRO; MELLO, 2013).

A região faz parte das bacias Hidrográficas do Rio Mampituba e também da Bacia do Rio Tramandaí. Há grande quantidade de rios e lagoas, o que influencia na umidade do ar, além da proximidade com o mar.

3.2 OS PERÍODOS HISTÓRICOS NO LITORAL NORTE GAÚCHO

Os períodos históricos que caracterizam a região foram elaborados a partir da perspectiva da “Teoria Geral dos Sistemas, de mudança da visão cartesiana, disciplinar e reducionista para a holística e multidisciplinar” (PINHEIRO; SCHMIDT, 2001, p. 3). É com esta perspectiva, que se propõe usar uma abordagem sistêmica ao estudar os grandes momentos da evolução da agricultura no mundo. É necessário compreender o ambiente, a localização, a paisagem, a história, os grandes momentos que tencionaram a realidade, alterando assim, a trajetória e caminhos da sociedade, em especial, os modos de fazer agricultura em cada período histórico. Da mesma forma, Mazoyer (1985¹, apud MIGUEL, 2009, p. 23) compreende sistemas agrários², no âmbito das ciências agrárias como “um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um conjunto de forças de produção adaptado às condições bioclimáticas de um espaço definido e que responde às condições e às necessidades sociais do momento”.

Tendo conhecimento do espaço estudado, na sequência será apresentado o detalhamento dos diversos fatores que caracterizam cada grande momento, e também as crises que resultaram nas características atuais desse espaço. Já podemos perceber que a paisagem é um condicionante do desenvolvimento de um tipo de agricultura, sendo assim, como a região estudada situa-se na unidade de paisagem “Média e Baixa encosta – Depósitos Coluviais” serão apresentados com mais intensidade as dinâmicas deste local, mas considerando também elementos de outras unidades de paisagem que se relacionam, pois contribuem tanto na organização do período, quanto no tencionamento do mesmo.

Para analisar cada período histórico alguns fatores comuns foram considerados, como os seguintes: período; exploração do ecossistema; mão-de-obra;

¹ MAZOYER, M. **Dynamique des systèmes agraires**. Paris: Ministère de la Recherche et de l'Enseignement Supérieur, 1985. Rapport de Synthèse.

² Para a Teoria Geral dos Sistemas, bem como a metodologia dos sistemas agrários ver em Miguel (2009), Mazoyer e Roudart (2010), Pinheiro e Schmidt (2001). Nesta dissertação, usar-se-á o termo período histórico.

divisão social do trabalho; organização social; meios de produção e infraestrutura; sistemas de produção; Artificialização do meio; excedentes agrícolas e, crises e fatores de transição. Em forma de síntese foi produzido um quadro com todos os elementos e que a seguir será mais bem detalhado.

Quadro 1–Períodos históricos no Litoral Norte do Rio Grande do Sul

	Período Histórico Indígena	Período Histórico dos Tropeiros	Período Histórico Colonial	Período Histórico Moderno Contemporâneo
Período (ano)	3.400 AP até 1680	1680 até 1826	1826 – 1950	1950 – Hoje
Exploração do Ecossistema	Caçadores e Coletores; Agricultura nas encostas;	Abertura de trilhas; Pequena agricultura nas encostas;	Grande desmatamento da Mata Atlântica para agricultura.	Avanço de plantio de banana nas encostas e arroz nas várzeas...
Mão de obra	Livre	Escrava (negros) e Livre (índios nas encostas)	Familiar e mutirões comunitários.	Familiar; diaristas; empresarial.
Divisão social do trabalho	<u>Homens:</u> derrubada e roçada, caça e coleta; <u>Mulheres:</u> plantio, colheita, cuidados com a moradia, coleta e a confecção de cerâmicas.	Trabalho escravo (negros) e de tropeiros; trabalho coletivo e livre de índios nas encostas.	Trabalho familiar, e às mulheres cabia também o cuidado com a casa e filhos; Introdução de outros serviços (pedreiros, operários, tecelões, serralheiros, sapateiros, alfaiates, etc.)	Trabalho familiar; introdução de renda não agrícola; contratação de mão-de-obra; Saída de muitas pessoas, principalmente os jovens para as grandes cidades.
Organização Social	Índios Carijós (origem Tupi-Guarani); Relações de troca entre grupos sociais;	Índios nas encostas e constituição de Sesmarias nas partes mais planas.	Criação das comunidades no interior, divididas entre protestantes e católicos; Início de pequenos centros “urbanos”	Articulação de grupos de agricultores, cooperativas, associações, movimentos sociais; Forte influência da Igreja Católica na organização social;
Meios de Produção e Infraestrutura	Instrumentos com pedra lascada, osso, madeira, cestas de fibras naturais e cerâmica.	Produção de instrumentos (couro, madeira); transporte por mulas e barcas.	<u>Ferramentas:</u> de ferro e cabo de madeira, tração animal leve; <u>Transporte:</u> Carroças, Carros de boi e transporte lacustre.	Pacote da Revolução Verde: sistema de produção tecnificado; Transporte rodoviário (crescente uso de caminhões);
Sistemas de produção	<u>Caça e coleta:</u> folhas, raízes e frutas; <u>Agricultura de subsistência:</u> mandioca, milho, algodão, fumo, batata doce, favas,	Cana-de-açúcar (cachaça e açúcar), mandioca, feijão, milho, fumo, etc...	<u>Agricultura:</u> cana-de-açúcar (Engenhos de cachaça e açúcar), fumo, arroz, banana, batata, mandioca, abóbora, café,	Principal: Banana e arroz; Criação de para subsistência; Demais cultivos (feijão, abóbora, mandioca, milho, etc.) são para

	Período Histórico Indígena	Período Histórico dos Tropeiros	Período Histórico Colonial	Período Histórico Moderno Contemporâneo
	aipim, feijão, abóbora e amendoim.		algodão, feijão, hortaliças e milho; <u>Animais</u> : criação de bovinos e suínos; Corte e venda da Madeira.	autoconsumo e ou pequenos comércios; Anos 80/90 início da agricultura ecológica.
Artificialização do meio	Derrubadas e queimadas para agricultura.	Início de pequenas estâncias	Derrubada-queimada; estradas; construção de casas, olarias, serralherias, comércios e Igrejas.	Maior ocupação do espaço natural pela agricultura, moradias, fábricas, comércios, etc.
Excedente agrícola	Não havia excedentes.	Gado em pé pela Trilha dos Tropeiros para São Francisco de Paula; Nas encostas plantio para subsistência pelos poucos índios.	Pequenos excedentes: cana-de-açúcar e fumo para Porto Alegre (lacustre) e para Serra Gaúcha via trilha dos tropeiros e estrada	Central: banana e arroz e demais produtos hortigranjeiros para CEASA; Produção ecológica é comercializada em feiras, cooperativas, PAA, PNAE.
Crises e fatores de transição	Chegada dos bandeirantes e tropeiros; extermínio e expulsão dos índios pelas expedições portuguesas; Poucos Guaranis permanecem.	Chegada dos imigrantes alemães e após os italianos; Extermínios e expulsão dos indígenas; Surgimento de caboclos...	Fortalecimento da indústria; Criação da BR 101; Revolução Verde; Chegada da energia elétrica.	Aumento de uma população "urbana"; Capitalização dos agricultores de maneira heterogênea; Maior êxodo rural pela juventude;

Fonte: Elaborada pela autora, a partir dos dados da pesquisa (2015).

3.2.1 *Período Histórico Indígena – caçadores e coletores*

Na Região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, assim como também em outras regiões do Brasil, e inclusive outros países, os primeiros habitantes foram os indígenas. Os mesmos desenvolviam atividades diferentes em virtude das características locais, como campos e florestas. Mas as atividades principais eram de caça e coleta. Nas proximidades do litoral e lagoas, ainda desenvolviam atividades de pesca.

Muitos arqueólogos, historiadores e demais pesquisadores, ao longo de anos desenvolveram pesquisas relacionadas às populações e grupos indígenas no Rio Grande do Sul. Há evidências que são 12000 anos de ocupação indígena no estado.

Já no Litoral Norte, vestígios encontrados, os sambaquis, apontam 3400 anos Antes do Presente – AP (UFRGS, 2013).

Grande parte da literatura aponta a presença de índios Guaranis no Litoral Norte, porém algumas pesquisas em sítios arqueológicos apontam vestígios de outras tradições indígenas. Como é o caso da Tradição Humaitá, Tradição Umbú, Tradição de Caçadores-coletores do sambaqui Raso, Tradição Taquara e por fim a Tradição Tupiguarani. São resquícios de instrumentos líticos, cerâmicas, restos de conchas, ossos, abrigo sobre rochas, casas subterrâneas, entre outros (LOUZADA BECKER, 2007). Estes sítios arqueológicos estão situados desde Torres a Tramandaí pelo Litoral e demais municípios, como por exemplo, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Santo Antônio da Patrulha, Osório, Caraá.

No Litoral Norte, o grupo é identificado como Arachanes e Carijós, este último tem como origem Guarani. Ocupavam muito mais a parte litorânea, e nas proximidades das lagoas (WIVES, 2008). Somente 2000 anos AP é que há indícios de uma agricultura ainda iniciante, agora não na faixa litorânea, mas aproximando das encostas. Como salienta Wives (2008), estes grupos iniciaram os cultivos de mandioca, feijões e milho, mas também de fava, algodão, batata doce, abóbora, amendoim e fumo. A agricultura era baseada no processo de derrubada e queimada da mata densa para início de pequenas roças.

O padrão de subsistência deste grupo [tradição Tupiguarani] tinha na mandioca o principal produto da horticultura indígena, plantada no modo costumeiro desde – a coivara (derrubada e queimada) no interior da floresta subtropical, em pequenos trechos para o plantio em rodízio. (LOUZADA BECKER, 2007, p. 79)

Em relação à divisão social do trabalho, aos homens cabia a tarefa da caça, coleta, derrubada e queimada para agricultura. Às mulheres eram as cuidadoras da moradia, crianças, coleta, fabricação de cerâmicas, ao plantio e colheita. Entre os diferentes grupos, existia relação de troca, principalmente entre o litoral e encostas pela diferença de alimentos que possuíam. Mas também entre grupos indígenas Arachanes e Carijós das encostas da Serra com populações indígenas dos Campos em Cima da Serra (GERHARDT, 2002³, apud Wives, 2008).

³ GERHARDT, C. **Agricultores familiares, mediadores sociais e meio ambiente**: a construção da “problemática ambiental” em agro-eco-sistemas. 2002. 548 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – PGDR, UFRGS, Porto Alegre, 2002.

Os equipamentos que possuíam eram fabricados pelo grupo a partir da pedra lascada e madeira, ossos de animais, fibras naturais e cerâmicas. Entre eles, machado, facas, flechas, raspadores e furadores, lanças, cestas e redes de pesca (WIVES, 2008).

É importante salientar, que este período histórico é o mais longo, e que cada transformação ocorre em um longo período. Este modo de vida dos indígenas ocupantes do Litoral Norte se estende até a chegada de colonizadores portugueses, bandeirantes e tropeiros que iniciaram a tentativa de colonização do sul do país. Da mesma forma, com o início de um novo período, não indica a exclusão do anterior. Mesmo em meados dos anos 1600 e 1700, podemos ver parcelas de grupos indígenas que ainda resistem e mantêm suas tradições.

3.2.2 Período Histórico dos Tropeiros

Este novo período, nomeado como Período Histórico dos Tropeiros, é datado em 1680, o que não significa que a partir deste momento é feito um corte na história, mas indica transformações na dinâmica local. A região do Litoral Norte foi por muitos anos Rota entre o sudeste do Brasil com a Colônia de Sacramento, na Argentina. A passagem destes tropeiros por esta região, bem como o extermínio e expulsão dos índios pelas expedições portuguesas realizadas no sul do Brasil, desarticularam o sistema agrário anterior (WIVES, 2008).

A região agora passa ser rota de passagem de tropeiros e também pelas tropas do exército. São abertas trilhas e “picadas” na mata para facilitar a passagem (SCHAEFFER, 1985). A presença de grandes rios, como o rio Mampituba e rio Tramandaí, também facilitava a passagem destes. O local também servia para descanso das tropas, as chamadas invernadas. Com o tempo, estas invernadas passaram a ser não somente temporárias, mas permanentes. Os donos legitimam posse da terra e transferem suas famílias, escravos e tropeiros (WIVES, 2008; SCHAEFFER, 1985). O que inicia um movimento de criação de um novo povoado.

É importante salientar, que esta dinâmica, do estabelecimento de invernadas, ocorrem em sua grande maioria na planície costeira, as margens de lagoas. E que o foco principal deste estudo é as transformações ocorridas nas Encostas da Serra Geral. Embora a constituição de invernadas ocorra na planície e campos, altera também a dinâmica das encostas. Isso se dá pelo fato da expulsão dos grupos

indígenas que estavam nos campos, às margens de lagoas e do mar, a ocupar também a porção das encostas, onde já havia outros grupos. Estas mudanças fazem com que estes precisam se adaptar a uma nova realidade, aprendendo práticas agrícolas, não mais somente a pesca, caça e coleta.

A primeira relação entre estancieiros e indígenas foi à tentativa de escravidão. O que não foi fácil, pois o mesmo já estava acostumado a uma vida livre adaptado as características da região, conhecendo também esconderijos e locais para fuga. Mas com o tempo, começam a existir relações de troca entre os distintos grupos. Trocas de utensílios de couro e madeira por alimentos que os índios produziam (SCHAEFFER, 1985).

O cultivo que mais bem se desenvolveu neste período foi a da cana-de-açúcar, a mesma era destinada a engenhos, para a fabricação de açúcar, cachaça, melado, entre outras finalidades (BECKER; VIEIRA, 2011).

Ao passar do tempo, com a presença de vários grupos diferentes (índios, escravos negros e brancos), inicia um processo (talvez não muito pacífico) de mestiçagem. Principalmente entre negros e índios, os chamados caboclos. Já em outras localidades do litoral norte, ocorreram outros tipos de ocupações, como por exemplo, por açorianos em meados de 1750 em Osório e Santo Antônio da Patrulha.

Este modo de organização que ocorria na região será dominante até o início do século XIX, quando inicia um processo de ação imigratória de alguns países da Europa para o Brasil. No Rio Grande do Sul, chegarão primeiramente os alemães e posteriormente os italianos. Esta nova ocupação dos territórios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul mudará radicalmente a região. Transformando a paisagem, relações sociais, econômicas, culturais e produtivas locais. É o que veremos a seguir.

3.2.3 Período Histórico Colonial

Este terceiro Período Histórico, denominado Colonial, caracteriza-se pelo processo de migração de países da Europa para colonização do Brasil, muitos alemães vieram ao Rio Grande do Sul, primeiramente em São Leopoldo, e após para o Litoral Norte do Rio Grande do Sul, na grande região de Torres. Chegaram à região no ano de 1826, e se fixaram em Torres, Dom Pedro de Alcântara e Três Forquilhas, principalmente nas áreas de encostas, pois os campos já estavam ocupados por estancieiros.

Esta primeira distribuição dos colonizadores foi pela religião, dividindo-os entre católicos em Dom Pedro de Alcântara e protestantes em Três Forquilhas. Para cada família eram lhes dado um pedaço de terra, em torno de setenta hectares, animais, ferramentas, panelas e uma quantia de 160 mil réis por mês. Estes colonos tinham o compromisso de ocupar este terreno por no mínimo dez anos (SILVA, 1985⁴ apud WIVES, 2008). Sobre este aspecto, Schaeffer também acrescenta:

Os católicos ficaram estabelecidos na colônia de São Pedro, ocupando os terrenos entre a Lagoa do Morro do Forno e a Lagoa do Jacaré. O local escolhido, inicialmente foi junto ao Rio Mampituba, porém, devido a uma grande inundação, a Colônia foi transferida para locais mais elevados. [...] Os protestantes foram para Três Forquilhas, distante de Torres, mais ou menos oito léguas. Entretanto, ambos os grupos enfrentaram grandes dificuldades pois, a ajuda que recebiam do Governo era pequena e sofriam privações de toda a espécie. Faltava até comida, uma vez que, teriam que esperar quase um ano para a próxima colheita. Faltavam recursos médicos. As crianças e adultos adoeciam e, se os chás não fizessem efeito, a morte era certa porque não havia hospital, nem médico. (SCHAEFFER, 1985: p. 79-80)

Com o tempo, estes colonos foram ocupando outros locais, formando pequenas comunidades, e até mesmo impulsionaram o surgimento de povoados urbanos. Chegaram à região, no final do século XIX, imigrantes italianos. Estes já estavam em Caxias do Sul, e chegaram ao Litoral pela Trilha dos Tropeiros, nas Encostas da Serra Geral e fixaram colônia onde hoje é a comunidade de Morro Azul, em Três Cachoeiras (BECKER; VIEIRA, 2011).

Tanto para construção de novas moradias, como para o desenvolvimento da agricultura, houve um aceleração do processo de desmatamento da Mata Atlântica. Seus meios de produção eram basicamente tração animal leve (arados), ferramentas de ferro e cabos de madeira (enxada, pá, machado, foice, etc.), para o transporte, utilizavam carroças, carros de boi, barcas de madeira para o transporte lacustre, mas principalmente utilizavam mulas.

A mão de obra é familiar, incluindo o trabalho de mulheres e crianças nas lavouras. Os cuidados com a casa e criação dos filhos eram de responsabilidade da mulher. Os mutirões eram muito comuns, principalmente no período de colheita, onde as famílias das comunidades se reuniam, contribuía durante o dia nos trabalhos da roça e no fim do dia era realizada uma confraternização.

⁴ SILVA, M. **Navegação lacustre Osório – Torres**. Porto Alegre: Luzzatto Editora LTDA., 1985.

A produção de alimentos basicamente para subsistência, composta por mandioca, feijão, milho, batata, arroz, café, hortaliças, banana e a cana-de-açúcar. Esta última como detalhamos no sistema agrário anterior (Tropeiros), já era processada em pequenos engenhos da região, para produção da cachaça, melado, rapadura e açúcar. Além do consumo familiar, a cana é um importante produto que garantia a segurança econômica das famílias, juntamente com a produção do fumo eram os dois principais produtos para comercialização.

Com o tempo a produção agrícola cresceu muito, gerando uma grande produção de excedentes, gerando assim uma riqueza regional (WIVES, 2008). Da mesma forma, foi fundamental a criação de outros setores, não somente ligados a agricultura. Foi assim, que se estabeleceram na região ferreiros, madeiras, olarias, moinhos, alfaiatarias, comerciantes, entre outros. Na faixa litorânea, se desenvolveu a atividade da pesca, tanto em água doce, como em água salgada.

Ao passo que a região foi se desenvolvendo, crescendo a produção agrícola e também as atividades industriais, também encontravam limitantes. Um dos maiores limites do período eram os pontos de acesso e escoamento desta produção. Pois o comércio era basicamente interno entre a própria região. O que facilitou e reduziu o isolamento da região foi a instalação de um porto, em 1926, ligando Torres e Osório. Para que os produtos chegassem a Porto Alegre, a capital gaúcha, deveriam ir de Torres a Osório via transporte lacustre, após até Palmares do Sul via estrada férrea e de lá a Porto Alegre via Lagoa dos Patos (SCHAEFFER, 1985; WIVES, 2008).

Outro ponto de escoação da produção agrícola era São Francisco de Paula, município localizado nos Campos de Cima da Serra, onde eram transportados por mulas na Rota dos Tropeiros. O que veio a facilitar foi a construção de uma estrada em 1911, ligando o litoral e a serra (SCHAEFFER, 1985; WIVES 2008; BECKER VIEIRA, 2011). Estes dois meios, transporte lacustre e rodoviário foi o que durante anos possibilitou não somente o escoamento da produção, mas também para a circulação de pessoas.

Com o aumento populacional, foi necessário as novas famílias ocuparem novos espaços. O que não era fácil, pois a região já estava povoada nos campos, áreas litorâneas e também nas encostas da Serra Geral. Esse fator causou inúmeros problemas, mas são dois os principais. Primeiro o desgaste da terra pelo uso intensivo na agricultura e, segundo a falta de terra para os muitos filhos que as famílias possuíam. Estes fatores contribuíram, para que na década de 1950, muitos jovens, e

até mesmo família migrassem para outras regiões, em especial a região metropolitana de Porto Alegre, Caxias do Sul, e também outros estados. Sobre o fator da degradação da terra, a Revolução Verde, que tratarei a seguir será mais um fator de tencionamento que mudará a dinâmica produtiva local.

Outro elemento que teve grande influência, no final deste terceiro período histórico, foi a construção da BR 101, uma rodovia asfaltada, ligando Porto Alegre a São Paulo, via Litoral Norte. Extinguindo assim o transporte lacustre e possibilitando maior escoamento da produção agrícola.

Estes elementos contribuíram para mais uma alteração na dinâmica local, passando de um período colonial para o quarto e último período, o moderno contemporâneo. No qual ainda nos situamos.

3.2.4 Período Histórico Moderno Contemporâneo

Após quase 4000 anos de retrospectiva na história local, abordando elementos que ajudam na identificação dos grandes momentos, caracterizando as trajetórias da agricultura ao longo dos anos no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, mais especificamente na microrregião de Torres, chegamos mais perto dos dias atuais. Este quarto e último período tem início na metade do século XX, em torno dos anos 1950.

Como mencionado anteriormente, neste período ocorreram muitas mudanças, entre elas na estrutura de transportes, da produção, mas também na dinâmica social desta região. A construção da BR 101 não somente tirou a região do isolamento, facilitando o transporte de produtos e a movimentação de pessoas, mas também fez com que muitos trabalhadores rurais, que construíram a estrada, saíssem de suas propriedades a fixarem moradia às margens da rodovia, criando assim vários povoados urbanos em toda sua faixa. Da mesma forma, aumentou significativamente o número de caminhoneiros, fazendo com que Três Cachoeiras fosse conhecida como a Capital dos Caminhoneiros (BECKER VIEIRA, 2011).

Contudo, outra influência da BR 101 foi a facilidade ao acesso à faixa litorânea, ocorrendo assim especulação imobiliária, criando balneários para turismo no verão (WIVES, 2008). Muitos agricultores deixam suas propriedades no verão para trabalhar nas praias, como garçons, camareiras, vendedores, entre outros.

A chegada da energia elétrica nos anos 1960 teve grande influência, principalmente nas atividades agrícolas e na rotina das famílias.

No que diz respeito ao modo de produção, com a degradação do solo, pelo seu uso excessivo, bem como grande parte de floresta nativa (Mata Atlântica) estava sendo fortemente ameaçada pelo desmatamento para transformação da área em unidades produtivas, mas também para comércio da madeira. É neste período que surge a Revolução Verde, como afirma Mazoyer (2010), um pacote tecnológico, iniciado nos anos 1960, que propunha mecanização, produtos químicos, adubação, seleção e melhoramento de sementes e irrigação. O mesmo autor ainda acrescenta:

Os poderes públicos favoreceram intensamente a difusão dessa revolução comandando políticas públicas de incentivo aos preços agrícolas, de subvenções aos insumos, de bonificação dos juros de empréstimo e de investimentos em infraestrutura de irrigação, drenagem e transporte. (MAZOYER, 2010, p. 28-29)

Na região do Litoral Norte, segundo Wives (2008) a revolução verde teve mais força inicialmente, no que tange a adubação e utilização de agrotóxicos nos cultivos de banana, fumo e olericultura. A irrigação ocorreu nos cultivos de arroz, nas várzeas e terrenos planos. Como os terrenos dobrados, nas encostas da Serra Geral, há dificuldades de utilização de equipamentos motomecanizados, geralmente são as tobatas (micro tratores) os mais utilizados pelos agricultores.

Conforme Wives (2008), a banana se adaptou muito bem às características locais, aos terrenos acidentados das encostas da Serra Geral, e nas várzeas o arroz irrigado, bem como as olerícolas. É importante ressaltar a mudança na dinâmica produtiva, onde os principais cultivos no período anterior eram a cana-de-açúcar, fumo e mandioca. Destacando ainda a produção para a subsistência, sendo diversa e vista como fundamental para quase todos os agricultores. Neste novo sistema Contemporâneo, a banana passa a ser central, ao lado do cultivo do arroz irrigado. E a tecnificação passa ser cada vez mais importante.

Em grande parte das propriedades, a mão-de-obra é fundamentalmente familiar, mas começam a surgir diaristas para o trabalho na roça, e até mesmo trabalho assalariado. Às famílias começam a contar com rendas não agrícolas, o que contribui no investimento e melhoria de condições da propriedade, moradia e qualidade de vida. Estas rendas não agrícolas são oriundas primeiramente da aposentadoria rural, mas

também de atividades extras no verão, do turismo rural, das vendas de artesanato, entre outros.

Todas estas mudanças que ocorreram na região contribuíram para o desenvolvimento e avanço na produção agrícola. Porém, este crescimento e capitalização por parte dos agricultores não ocorreu de maneira homogênea. Alguns agricultores tiveram maior acesso aos meios de produção, terra, acesso ao mercado. Desta forma isso não ocorreu para todos, gerando assim, o empobrecimento de muitas famílias, que foram obrigadas a vender suas terras, ou até mesmo trabalhar de diaristas (WIVES, 2008).

As leis de preservação ambiental, das últimas décadas contribuíram no controle da degradação ambiental e do desmatamento da mata para abertura de novas unidades de produção agrícola. Porém impossibilitou a muitos agricultores o trabalho, pois as propriedades são pequenas e muitas delas localizadas em áreas de preservação ambiental, em morros de elevadas declividades. Sendo assim, a banana, como é considerada uma espécie de cultivo permanente, tornou-se uma alternativa para muitos agricultores (WIVES, 2008).

Para Wives (2008), outro fator que contribuiu para que a cana-de-açúcar deixasse de ser um dos principais cultivos na região, foi o fechamento da AGASA – Açúcar Gaúcho SA, pela crise do petróleo no fim dos anos 70, e a elevação dos custos de transportes. O fechamento desta indústria deixou muitos agricultores endividados e provocando a eliminação da cana-de-açúcar entre os produtos mais cultivados no Litoral Norte. Alguns agricultores preservam esta cultura, e mantem engenhos artesanais, mas na sua maioria apenas de cachaça. O açúcar mascavo, melado e rapaduras são apenas para autoconsumo.

Sobre a organização social, neste período surgem cooperativas e associações de agricultores. Na década de 80, é forte a influência dos movimentos sociais que surgem através da organização dos mais empobrecidos e excluídos pelo arranjo da sociedade. Na Região de Torres a Igreja Católica impulsionou a mobilização social, incentivando a participação em movimentos sociais e a criação de associações de agricultores, mas principalmente, contribuindo na criação de grupos de agricultores ecologistas. Como por exemplo, a ACERT – Associação dos Colonos Ecologistas da região de Torres, criada em 1991, para produzir e comercializar alimentos agroecológicos, com a preocupação da saúde dos agricultores, consumidores e do planeta (BECKER VIEIRA, 2011).

Além disso, a ACERT também surge como uma alternativa de continuidade e permanência dos jovens no meio rural, pois atravessaram por um período de descapitalização dos agricultores, da falta de terra, e pelos baixos preços que os produtos agrícolas enfrentavam. Criar uma associação facilitou o acesso à comercialização, criando pontos de venda direta aos consumidores (feiras ecológicas), e também participando de cursos de formação para aperfeiçoamento das práticas agrícolas, em especial a agroecologia.

Igualmente, a agroecologia também é considerada mais uma opção em relação às leis ambientais, pois grande parte dos bananais agroecológicos é realizada a partir da técnica dos Sistemas Agroflorestais – SAFs. Baseado no consórcio das bananeiras com plantas frutíferas e nativas, como é o caso do louro, ipê, canela e da Palmeira Juçara (*Euterpe edulis*) (WIVES, 2008). É a partir deste contexto contemporâneo que no próximo capítulo serão examinados os modos de vida dos jovens rurais.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Inseridos numa região de colonização europeia (basicamente alemães e italianos) do início do século XIX, os jovens do meio rural compõem fundamentalmente unidades familiares de produção. O local estudado é composto por três pequenos municípios, como se pode perceber no Quadro 2. Os dados são separados por áreas rurais e urbanas, homens e mulheres.

Quadro 2 - População rural e urbana dos municípios de Mampituba, Morrinhos do Sul e Três Cachoeiras

		Mampituba		Morrinhos do Sul		Três Cachoeiras	
		N	%	N	%	N	%
Rural	Homens	1.271	42%	984	31%	1.401	14%
	Mulheres	1.164	39%	898	28%	1.315	13%
	Total	2.435	81%	1.882	59%	2.716	27%
Urbano	Homens	280	9%	633	20%	3.755	37%
	Mulheres	288	10%	667	21%	3.746	37%
	Total	568	19%	1.300	41%	7.501	73%
População residente total		3.003		3.182		10.217	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010).

O Censo Demográfico de 2010 também aponta a quantidade de jovens em cada município, assim como aponta o Quadro 3, considerando a idade entre 15 a 29 anos, porém sem distinção da área ocupada, urbana ou rural.

Quadro 3 – População jovem de 15 a 29 anos dos municípios de Mampituba, Morrinhos do Sul e Três Cachoeiras

		15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos	Total	%
Mampituba	Homens	147	124	113	384	719 – 24%
	Mulheres	114	113	108	335	
Morrinhos do Sul	Homens	121	137	105	363	729 – 23%
	Mulheres	144	107	115	366	
Três Cachoeiras	Homens	480	426	392	1.298	2.530 – 25%
	Mulheres	397	436	399	1.232	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010).

Nos dados apresentados acima, percebe-se um grande número da população rural, sendo o município de Mampituba o maior com 81% de sua população pertencente a áreas rurais. Se comparado com os dados do estado do Rio Grande do Sul, os três municípios pesquisados estão acima da média estadual na área rural, sendo 14,89%, ou seja, foram 1.593.090 habitantes declarados rurais no último Censo Demográfico de 2010.

Analisando os números da população total, os jovens de 15 aos 29 anos, representam 24,8%, ou em números reais, 2.640.339 de jovens gaúchos. Já nas áreas rurais, foram identificados apenas 336.060 jovens, com 15 a 29 anos. O que demonstra 3,15% (jovens rurais) do total da população gaúcha, e 21,09% da população rural no estado. No Brasil, são 51.340.473 jovens, totalizando 26,8%, estando os três municípios próximos da média nacional.

4 O MODO DE VIDA DOS JOVENS RURAIS

No capítulo anterior apresentaram-se elementos históricos da região estudada a partir do olhar sistêmico, fazendo a evolução histórica, desde o período onde os indígenas povoavam a região (3400 AP até 1680), após pelos tropeiros (1680-1826), os colonizadores europeus (1826-1950) e por fim, o período contemporâneo, compreendido dos anos de 1950 até os dias atuais.

A microrregião de Torres, parte do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, por ser limítrofe entre mar e serra geral é rica em suas características, tanto de forma de paisagem, mas também por sua história. Foi possível perceber que, mesmo estando muito próxima à planície costeira, teve uma dinâmica própria nas áreas de encostas, e que esta paisagem e estrutura foram fundamentais na configuração de colonização da mesma.

Os quatro grandes momentos, encontrados através da reconstituição dos períodos históricos, da leitura de paisagem e diálogo com lideranças, se configuram como um grande cenário, com as principais características, eventos e tensões que constituíram, ao longo do tempo, a história da agricultura nesta região. Este exercício contribui também para através da história, compreender questões atuais. E assim, ajudar na resolução destes problemas, como o êxodo da juventude, as crises socioambientais, a pobreza rural, e assim por diante.

Chegando aos dias atuais, há alguns elementos que tencionam e provocam crises, como por exemplo, o êxodo rural principalmente de jovens, a aproximação cada vez maior dos centros urbanos, ou seja, a urbanização dos pequenos municípios rurais e por fim a capitalização heterogênea dos agricultores. É a partir destas tensões que se propôs um estudo sobre a permanência dos jovens nesta região, pois embora ainda exista um movimento de saída do campo para a cidade, nota-se grande presença de jovens sucessores nas propriedades agrícolas, e até mesmo jovens que demonstram interesse em permanecer no meio rural.

Portanto, este quarto capítulo tem o objetivo de descrever a realidade da juventude nesta região, tanto nas UPF que desenvolvem o sistema de produção agroecológico, quanto as UPF que desenvolvem o sistema de produção convencional. A partir dos ativos e capacitações, que possibilitam superar as dificuldades do contexto atual, e continuam a se reproduzir, estabelecendo estratégias de permanência e sucessão no meio rural, construindo assim, seus modos de vida.

Modos de vida podem ser compreendidos como um conjunto de estratégias, que os jovens utilizam durante suas trajetórias (CHAMBERS; CONWAY, 1992; SCOONES, 1998; ELLIS, 1998). Tem como objetivo atender a suas necessidades de reprodução, como também de seus anseios e vontades, a partir do contexto onde estão inseridos e recursos que dispõem. Ainda conforme Chambers e Conway (1992), os modos de vida são compostos pelos ativos, pelas capacitações e atividades mediadoras, que serão analisados e discutidos neste capítulo.

4.1 OS ATIVOS

Um importante componente na abordagem dos modos de vida é a plataforma de ativos. São os recursos específicos acessados para a construção de estratégias, é a base de poder que gera capacidade ao agente de ser e agir, a desafiar as estruturas de dominação e coerção, bem como permite atuar de forma consciente e a transformar sua realidade (BEBBINGTON, 1999).

Autores como Ellis (2000, p. 8, tradução nossa), Chambers e Conway (1992) e Scoones (1998) “tenderam a identificar cinco categorias principais de capital, contribuindo para o ativo na definição de modos de vida, e estes são capital natural, capital físico, capital humano, capital financeiro e capital social”.

Para os jovens do meio rural, que são diariamente pressionados para sua saída do meio em que vivem, as formas de resistência e as estratégias adotadas fazem parte de um portfólio de ativos visando sua permanência no campo e reprodução social. A seguir, serão trabalhados os capitais, a partir dos dados da pesquisa de campo.

4.1.1 *Capital Natural*

Para Ellis (2000, p.32, tradução nossa) o “[...] capital natural compreende a terra, água e recursos biológicos que são utilizados pelas pessoas para gerar os meios de sobrevivência”. Neste trabalho, será aprofundada somente a questão da terra, a origem, a forma de ocupação e de acesso à terra. Neste tópico, será também desenvolvida a questão de gênero.

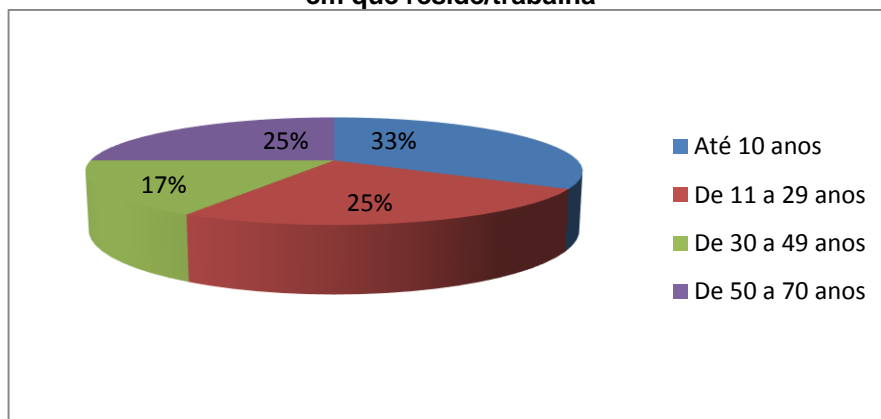
4.1.1.1 A origem do acesso à terra

Conforme já mencionado no capítulo 3, nos períodos históricos, a região estudada teve um processo histórico de colonização europeia a partir do início do século XIX. Aos colonizadores era dada área de terra, em torno de 70 hectares, para que se fixassem no local e iniciassem os primeiros povoados (SILVA, 1985 apud WIVES, 2008). Com o tempo, mais colonizadores chegaram à região, continuando o processo de ocupação das terras.

Como as famílias eram numerosas e não tinham grandes extensões de terra, quando precisavam repartir com os filhos em forma de herança, as propriedades cada vez mais reduziam de tamanho. Para continuar desenvolvendo atividades agrícolas era necessária a compra de mais terra, mas na ausência de recursos financeiros o que resultava era à saída de muitas famílias do campo para a cidade.

O que foi possível perceber, através da pesquisa de campo, que na grande parte dos jovens entrevistados, as terras estão na família há pouco tempo. É possível compreender que a terra não seja o principal fator de sucessão, mas sim o trabalho. Os jovens têm como herança o que aprenderam com seus pais, é o que sabem fazer (as habilidades). Porém, quanto a terra ser um meio de permanência no campo, as famílias precisaram adquiri-las para que seus filhos pudessem dar continuidade ao “legado da família”.

Gráfico 1–Representação do tempo em anos que a família dos entrevistados possuiu a terra em que reside/trabalha



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Com os dados expressos no Gráfico 1, é possível concluir que o maior percentual representa os oito entrevistados que responderam que a terra pertence à

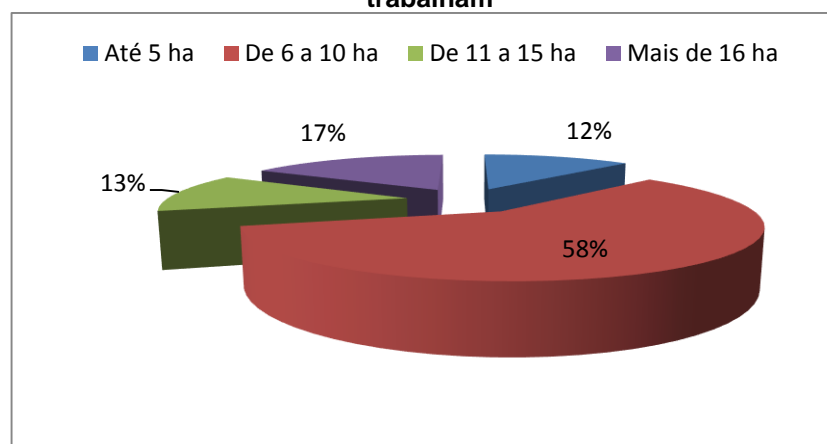
família até dez anos, ou seja, foram os próprios jovens que adquiriram suas terras. Seguidos de seis jovens em que a terra está na família entre os 11 a 29 anos, neste caso grande parte foram às famílias que compraram as propriedades. Outros seis jovens responderam que a terra está na família a mais de 50 anos, onde ocorreu herança e ou compra dos demais herdeiros. E por fim, apenas quatro jovens identificaram que suas terras pertencem à família entre 30 a 49 anos.

Cabe aqui ressaltar, a importância de a terra permanecer na família por gerações. Embora o maior percentual seja até 10 anos, se somarmos os demais percentuais, de 11 a 70 anos, representam juntos 67%. Notou-se nas entrevistas, que embora a forma de aquisição fosse a compra, era priorizado adquirir terras que já fossem da família, ou seja, de irmãos, tios, sogro e demais familiares. Assim, a terra representa não apenas uma posse da família, mas um valor de pertença, de cuidado para com aquilo que a família preservou durante anos.

4.1.1.2 A área das propriedades

Conforme dados obtidos na pesquisa de campo, a área (em hectares) das propriedades, em que os jovens entrevistados estão inseridos, pode-se perceber que são pequenas propriedades, sendo a menor 3 ha, e a maior 30 ha. Uma área total de 255,25 ha, sendo a média de 10,63 ha/propriedade. A grande maioria, 58% das propriedades, tem entre 6 a 10 ha, como ilustrado no Gráfico 2.

Gráfico 2–Perfil do tamanho de área das propriedades que os entrevistados residem e trabalham



Fonte: Pesquisa de Campo(2015).

Como a principal atividade agrícola comercial da região estudada é a produção de banana, não é tão demandante em extensão de terra, permitindo o desenvolvimento das atividades agrícolas mesmo em pequenas propriedades. Na região, especialmente nas áreas planas, existe o cultivo do arroz irrigado, porém, nenhum dos jovens entrevistados faz o plantio de arroz para a comercialização. Grande maioria dos jovens possui propriedade nas encostas dos morros, o que privilegia a plantação de bananeiras. (WIVES, 2008).

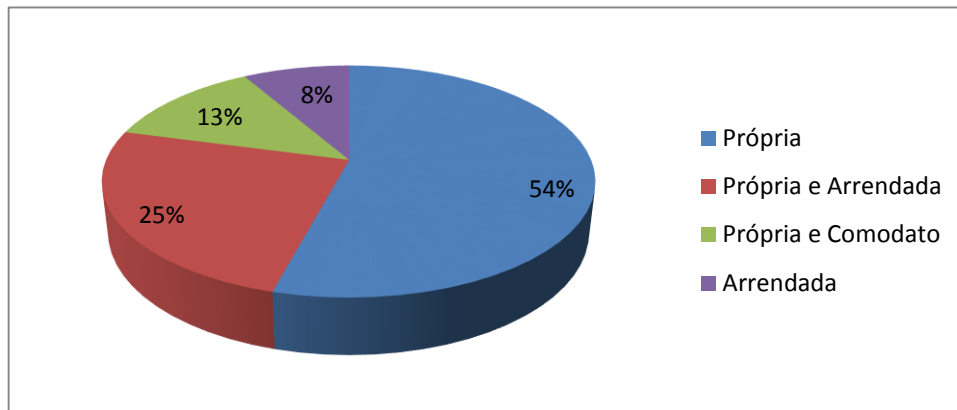
Estes dois aspectos associados, a origem do acesso e o tamanho das propriedades rurais, indica que os jovens estão tendo que comprar terras para reproduzir seu modo de vida e que a compra, em geral, é de áreas pequenas. Apesar disto, observa-se que os processos de sucessão estão ocorrendo e que estes jovens agricultores elaboram estratégias para permanecerem na agricultura.

4.1.1.3 Formas de ocupação e acesso à terra

A posse da terra, enquanto um meio de permanecer no campo e desenvolver suas atividades agrícolas é fundamental, neste sentido, ter terra própria é parte das estratégias das famílias. Segundo Ellis (2000) a propriedade da terra é um ativo altamente procurado. Isso porque, para o agricultor, a terra é seu principal meio de trabalho, de onde tira seu sustento e garante a reprodução de sua família, sendo assim, a aquisição de terras tem grande importância.

Nos dados obtidos através da pesquisa de campo, ilustrado no Gráfico 5, constatou-se que 92% dos entrevistados (22 jovens) possuem terra própria e ou de suas famílias. Sendo que entre estes, 13 indicaram estar apenas em terras próprias, seis jovens, além de ter uma área própria, também arrendam outra área (pagam uma renda pelo uso da terra), e três também tem outras áreas em regime de comodato (com familiares e não pagam pelo uso da mesma). Apenas dois jovens não possuem terras, estão em regime de comodato.

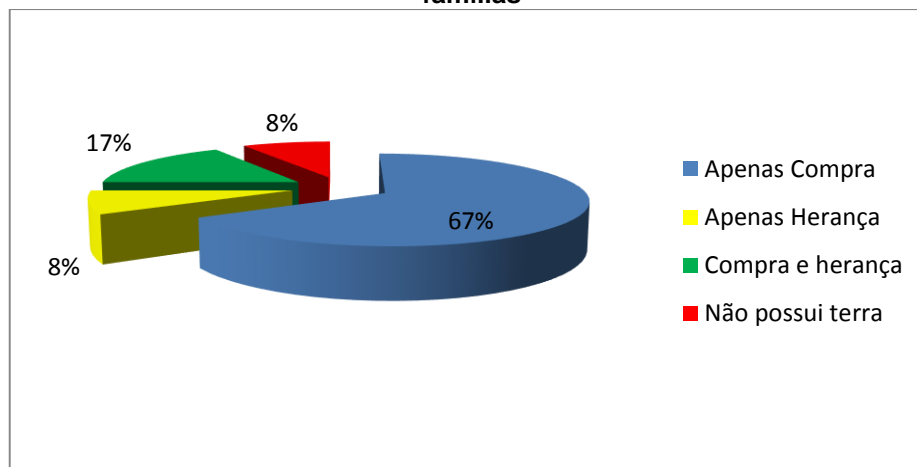
Gráfico 3– Perfil das formas de ocupação da terra pelos jovens entrevistados



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Verificou-se na pesquisa de campo, conforme já bordado anteriormente, que a maioria dos jovens entrevistados possui suas terras a partir da compra. O Gráfico 4 mostra as formas de aquisição da propriedade.

Gráfico 4–Perfil das formas de aquisição da terra por parte dos jovens entrevistados e suas famílias



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Do total da amostra, apenas dois indicaram ter apenas herdado a propriedade. Foram quatro jovens que manifestaram ter adquirido parte da propriedade por herança e o restante por compra. Já aqueles que possuem terra apenas por meio de compra, foram 16 entrevistados, o maior percentual encontrado. Com relação aos dois jovens que não possuem terra, os mesmos residem em propriedade dos pais, e arrendam terra para poder trabalhar.

Não obstante, para ficar no meio rural, é fundamental a posse de terra. O termo sucessão supõe o ato de suceder, dar sequência, continuação. No meio rural, os pais

poderão dar a oportunidade a seus filhos de dar sequência em seus trabalhos agrícolas caso tenham a posse da terra. O que foi possível perceber é que somente por herança a quantidade de área de terra seria insuficiente para possibilitar um nível de satisfação e sobrevivência das famílias, o que estimulou esforços para aquisição de mais áreas de terra. Um dos entrevistados pondera:

Inicialmente, por um período a gente não teve terra, a gente ficou com um pedaço de terra bem reduzido, não tinha terra para lavoura, era tudo arrendado. Nessa época a minha ideia não era ficar no campo, porque eu não via uma forma de permanência, não via uma oportunidade. A partir do momento que a gente conseguiu adquirir áreas para trabalhar, pra empregar a mão de obra da família, é que eu comecei a então pensar em realmente permanecer, mesmo antes com vontade de permanecer, mas não tinha uma perspectiva. Agora sim, eu vejo que se eu continuar, eu vou ter trabalho, eu vou ter renda, vou conseguir tocar minha vida aqui. (ISA 8)

Para os jovens, a terra não é vista apenas com a finalidade de produção, ela está para além disso, pois fica diretamente ligada ao processo de identidade do jovem, de seu modo de vida. Ou seja, a terra é vista também como um “patrimônio familiar” (PEÑAFIEL, 2006), que deve ser preservada, assegurando este valor, também para as futuras gerações.

4.1.1.4 Gênero

Conforme Ellis (2000), as relações de gênero são construções sociais a partir dos papéis e das relações entre homens e mulheres numa sociedade. Segundo o autor (ELLIS, 2000, p. 147, tradução nossa), “estes papéis, socialmente construídos, são geralmente desiguais em termos de poder, de tomada de decisão, o controle sobre os eventos, da liberdade de opção, da propriedade dos recursos e assim por diante”.

O debate sobre gênero é amplo, porém, vamos considerar aqui, para fins desta pesquisa, a participação da mulher na agricultura, e, sobretudo, nos processos sucessórios no meio rural¹. Durante a pesquisa realizada, contatou-se que embora haja relativamente o mesmo número de homens e mulheres no campo, o número de

¹ A escolha de debater a questão de gênero nesta sessão, reservada ao capital natural, referente ao uso, posse e forma de acesso à terra, deriva de elementos observados no início da realização da pesquisa de campo, em que se encontravam poucas jovens agricultoras, de que na maioria dos casos, são os filhos homens quem herdaram, e ou assumem a responsabilidade de cuidar da propriedade.

mulheres jovens que desenvolvem atividades agrícolas é menor do que os homens. Geralmente as mulheres assumem outras atividades diferentes da agricultura, como por exemplo, o magistério, na área de serviços, etc.

A pesquisa foi desenvolvida apenas com uma pequena parcela de jovens em cada município, desta forma não se pode afirmar que existe uma diferenciação, por parte da família, na escolha do sucessor. Porém, notou-se, nesta parcela de jovens pesquisados, que existe uma tendência de que o sucessor seja um homem. Como pode ser observado neste testemunho.

O pai sempre deixou para mim a escolha. Como eu tenho mais duas irmãs, então se fosse para alguém pra ficar cuidando [da propriedade], ia ser eu. No momento que eu decidi ficar, ele me deu todo o apoio e trabalhou junto comigo. (ISC 2)

Notou-se que quando a entrevista era realizada com um jovem do sexo masculino, e que o mesmo teria irmãs mulheres, a maioria delas havia saído da propriedade para estudar, ou pelo casamento, indo residir na propriedade do cônjuge. Nas entrevistas realizadas com mulheres casadas, sendo cinco no total, todas elas, quando casaram, saíram da propriedade de sua família, indo morar na propriedade da família do marido, ou para uma propriedade adquirida por ambos.

O fato das mulheres trocarem de propriedade e até mesmo de comunidade, exige uma nova pertença ao ambiente e uma nova ressignificação de valores, desde o reconhecimento com o ambiente natural, quanto nas relações sociais, de parentesco, vizinhança e da vida em comunidade.

Além disso, observou-se, que as jovens solteiras, que ainda estão na propriedade da família, tem maior autonomia, participação nas discussões e poder de tomada de decisão, o que não ocorre no caso das jovens casadas (com ressalva da jovem viúva, que exerce todos os processos produtivos sozinha). Embora alguns casais tenham afirmado que é feito um diálogo em torno da decisão referente ao trabalho agrícola, a ideia de sucessão masculina ainda sobressai, assim como neste relato do jovem casal (Homem: ISC 2; Mulher: ISC 11)

Homem: Nós dois conversemos. Sentamos, um quer fazer um negócio, um quer comprar uma coisa, nós dois conversemos. Há tudo um diálogo entre nós. É tudo conversado.

Mulher: é tudo conversado.

Homem: Tudo no casal. Só claro, a palavra final, sempre é do homem. Pelo menos comigo aqui é.

Mulher: É, faz parte...

Ou até mesmo na fala deste jovem, quando questionado sobre a forma de decisão familiar.

Sim, eu converso muito com minha esposa, às vezes ela diz que não dá certo, que não dá. Mas daí eu digo, tu cuida aí das tuas panelinhas, e se der errado daí eu vejo. Mas a maior parte é eu que decido (ISA 9).

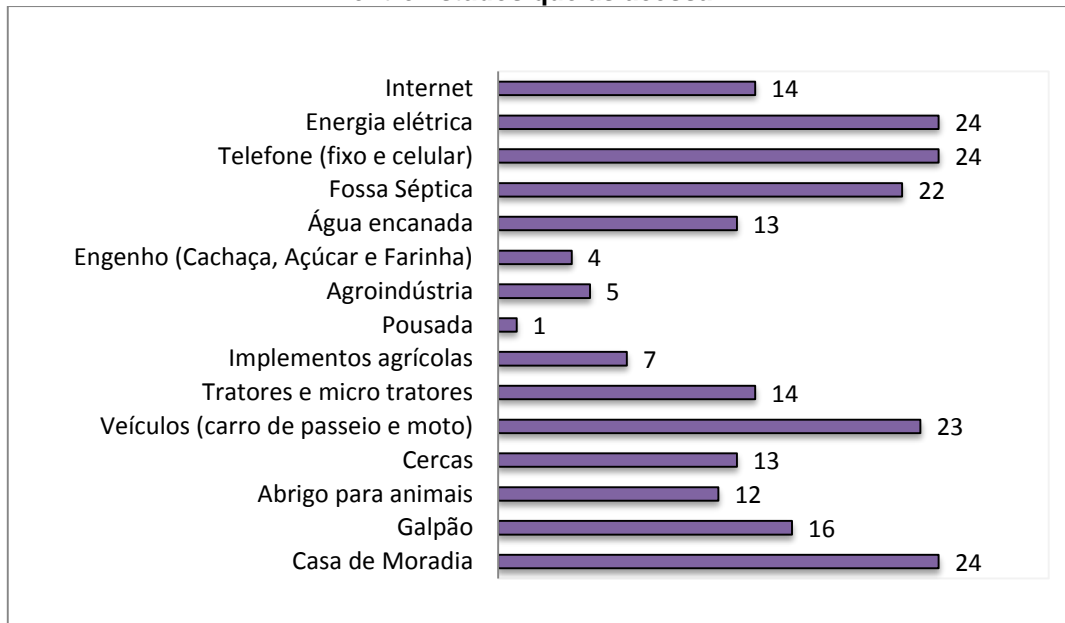
Repensar as relações de gênero, é rever as relações de poder, de subordinação e desigualdade, mas, além disso, é como alterar estas relações para garantir uma maior igualdade em todas as manifestações sociais (ELLIS, 2000). Reconhece-se que a grande diversidade das relações entre homens e mulheres em todos os ambientes e culturas, mas, no entanto, segundo Ellis (2000, p. 147, tradução nossa), “afirmar a diminuição das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres é um excesso”.

4.1.2 *Capital Físico*

Ellis (2000, p.8, tradução nossa) identifica como “capital Físico bens gerados por meio de processos de produção econômicos, por exemplo, ferramentas, máquinas e melhoramentos de terrenos, como terraços ou canais de irrigação”. E até mesmo o acesso a estradas e energia elétrica.

Para fins desta pesquisa, foi considerada a infraestrutura da propriedade enquanto um conjunto de bens que a família foi construindo ao longo do tempo. Da mesma forma foram consideradas as instalações, maquinários, implementos agrícolas, o acesso à energia elétrica, condições sanitárias, internet e telefonia. O Gráfico 5 indica a quantidade de jovens que possuem tais benfeitorias, e até mesmo se tem o acesso a estes serviços.

Gráfico 5—Representação da infraestrutura e benfeitorias em relação a quantidade de jovens entrevistados que as acessam



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Além disso, apenas cinco jovens indicaram que o estado de conservação da infraestrutura está entre péssimo, ruim ou regular, enquanto 19 jovens indicaram que as instalações estão entre boas a ótimas. O que mostra também que quanto melhor são as estruturas disponíveis na propriedade, maiores serão as chances do jovem mostrar interesse em permanecer no campo, desenvolvendo atividades agrícolas.

Outro ponto importante, que chama a atenção, é que a propriedade de micro tratores e implementos agrícolas (rotativa, arado, grade, gancho, roçadeira) em alguns casos são compartilhados, tanto entre famílias, e até mesmo entre os sócios de uma associação. O que possibilita a algumas famílias com menor renda, o acesso a maquinários, o que facilita o trabalho e amplia a produção, resultando assim, num maior aumento de suas rendas.

Pode-se constatar que os jovens mais bem estruturados, possuem um portfólio maior de estratégias a fim de permanecer no meio rural. De forma geral, quanto maior é seu acesso a este capital, maior será a influência para o jovem decidir seguir na agricultura. Muitos jovens afirmam que ter uma casa boa, veículo, tanto para trabalhar, quanto para passear, ter estradas de qualidade, acesso a telefonia, internet, etc., estes elementos favorecem sua permanência no campo. Um dos jovens afirma que o que mais o motivou é o gosto pelo campo, mas que a infraestrutura da propriedade

também influencia esta decisão, pois como diz o jovem “a gente tem que evoluir, não dá para andar para traz” (ISA 1).

4.1.3 *Capital Humano*

O Capital humano, segundo Ellis (2000, p. 8, tradução nossa) “Refere-se ao estado do nível de educação e saúde de indivíduos e populações”. Para o autor, faz parte do capital humano, as experiências, as habilidades, criatividade, o conhecimento e o trabalho. Nesta pesquisa, avaliamos dos elementos deste capital o trabalho, a escolaridade e formação humana, que será apresentado a seguir.

4.1.3.1 O trabalho

O trabalho, como parte do capital humano, é considerado por Ellis (2000) um dos ativos-chave, principalmente aos mais pobres, pois é compreendido enquanto a propriedade dos meios de produção. Os dados obtidos na pesquisa de campo mostram que a sucessão rural vai além da herança deixada dos pais para os filhos em forma de terra. Para os jovens a maior herança é o trabalho enquanto um valor herdado da família, um aprendizado carregado por gerações.

Este sentimento de pertença ao trabalho na agricultura é demonstrado pelos jovens em muitos momentos ao longo das entrevistas, desde as motivações, os valores herdados e a sabedoria dos mais antigos, assim como representa esta fala:

Eu acho que, a agente aprende várias coisas, aqui em casa a gente valoriza muito o nosso trabalho. O trabalho do agricultor sempre foi muito valorizado, tanto é que o pai quis continuar aqui, ele já chegou a trabalhar em outro lugar. Mas toda vida ficam falando que meu vô plantava isso, meu vô fazia aquilo, e a gente sempre trabalhou com isso, é bem valorizado isso. Tem gente que é filho de agricultor, e não dá bolas, sai e vai fazer outra coisa, acha que não é importante, só porque mora na roça. (ISA 12)

Este fato justifica a afirmação, de que a sucessão rural é um processo amplo, e por isso discutir a permanência dos jovens no campo, por esta ser carregada de valores, que perpassa a transmissão de bens ou direitos para os herdeiros, como por exemplo, a propriedade. Está relacionada a uma tradição familiar, que está no sangue, e que os saberes precisam ser preservados para as próximas gerações.

Desde que eu me conheço por gente foi assim, o pai, o pai do meu pai que é meu vô, sempre foram agricultor, é de família né. É de natureza. Está no sangue. (ISC 2)

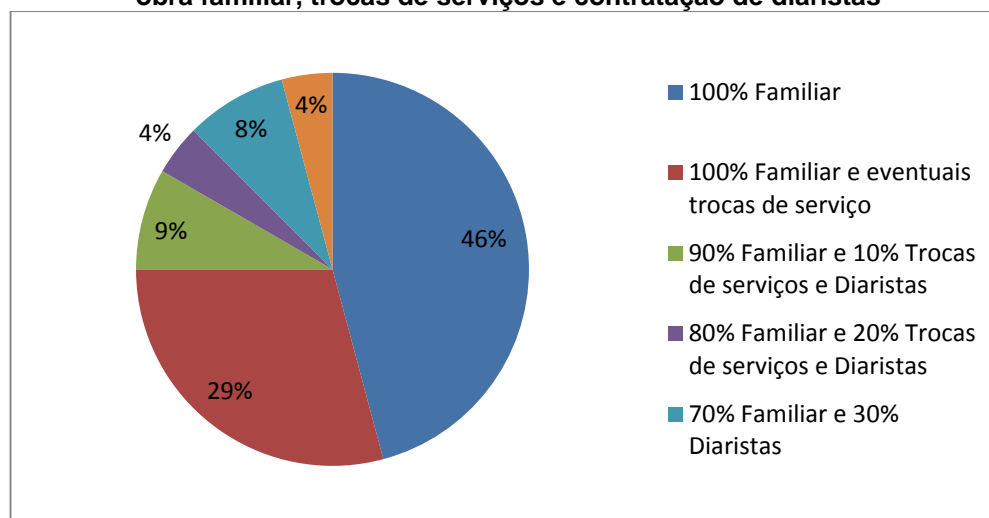
Além disso, o trabalho familiar é compreendido enquanto uma tarefa coletiva, onde cada um tem suas tarefas, mas que se complementam, os mesmo afirmam que tudo é debatido, sendo que as decisões são tomadas de forma com que todos possam dar a sua opinião, desde questões mais ligadas ao plantio e colheita, até a possibilidade de investimentos na propriedade. Schneider e colaboradores (2009), afirmam que para compreender as relações de funcionamento do trabalho familiar é preciso investigar o modo como a família soluciona os seus problemas, e assim faz uma referência a Shayanov:

Para Chayanov, a família constitui-se na unidade-chave para explicar o processo de tomada de decisões dos indivíduos no que se refere à produção, à alocação da força de trabalho, à utilização dos equipamentos e ao investimento. (SCHNEIDER et. al. 2009, p. 141)

Portanto, a família desempenha um papel fundamental na organização do trabalho, desde o processo de planejamento, a execução e a decisão de como fazer a comercialização de seus produtos. Do mesmo modo, a família se reorganiza conforme a disponibilidade da mão de obra, com a intenção de ocupação e geração de renda para todos os indivíduos. Foi possível perceber, em inúmeras famílias este tipo de arranjo, tanto quando um filho retorna para o serviço na lavoura, depois de ter ido fazer outras experiências, ou quando é inserida uma nova pessoa, como no caso do casamento.

Com os dados gerados na pesquisa, observou-se que todos os jovens, tem como mão de obra principal o trabalho familiar, caso necessário existe a contratação de diaristas, mas sempre priorizando pessoas da família (tios, primos, sogros) ou vizinhos, além disso, também ocorrem as trocas de serviço, com familiares e vizinhos. O Gráfico 6 representa a origem da mão de obra ocupada nas propriedades.

Gráfico 6—Formas de organização da mão de obra pelos jovens entrevistados, sendo mão de obra familiar, trocas de serviços e contratação de diaristas



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

De fato, o trabalho familiar tem grande importância para os jovens, pois além de ocupar a mão de obra de todos os indivíduos do núcleo familiar gerando renda, reduz também os gastos com contratação de mão de obra externa. Afinal, são apenas 25% àqueles que sinalizaram a contratação de diaristas, e ainda não ultrapassando 40% de todo o trabalho realizado na propriedade, sendo que isto ocorre somente em períodos de maior produção e de forma esporádica.

As trocas de serviço ainda ocupam parte deste percentual, embora tenham reduzido muito com o passar nos anos, em que outrora eram mais comuns nas comunidades rurais, ainda assim existe esta prática. Conforme o relato dos entrevistados, esta troca ocorre geralmente com familiares ou vizinhos, e até mesmo em forma de “mutirões”, no caso dos agricultores ecológicos. As retribuições destas trocas ocorrem de diversas formas, podendo variar no próprio dia de serviço, na utilização de maquinários (tratores, micro tratores e implementos) ou até mesmo em alimentos.

Sabourin (2011, p. 126) chama esta forma de trocas de serviço como “ajuda mútua de reciprocidade²” àquilo que ocorre não só como prestações materiais, esta

² Diversos autores tem estudado a reciprocidade, desde os clássicos europeus, como por exemplo, Émile Durkheim em sua teoria da troca social, até os mais atuais, como Eric Sabourin, que faz análises sobre a reciprocidade entre camponeses. A reciprocidade não sendo um tema central deste estudo, não será aprofundada, mas torna-se relevante sua menção, pois foi observado no processo de pesquisa, fortes relações de troca entre os sujeitos, o que pode ser tema de futuras pesquisas nesta região.

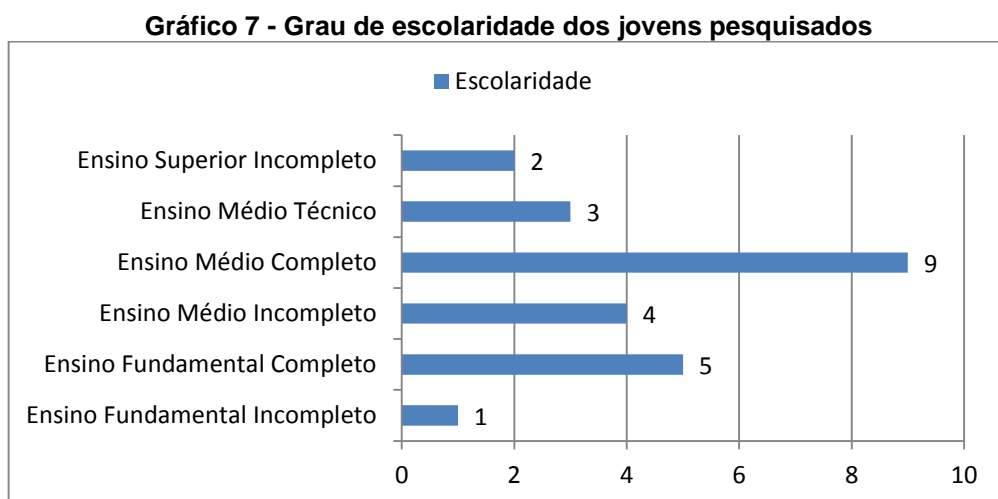
relação origina valores de confiança, responsabilidade e honestidade, que são fundamentais para as comunidades.

A relação de ajuda mútua é antes de tudo uma prestação humana, pois o trabalho é a mera expressão do esforço conjunto do corpo e do espírito. Sendo prestações mútuas de trabalho, trata-se de respectivas dádivas de si próprio, de entregas recíprocas do seu próprio corpo. [...]Estes valores humanos específicos contribuem, por sua vez, para a reprodução desses ciclos de prestações mútuas no seio dos grupos humanos. (SABOURIN, 2011, p. 126)

Portando, o trabalho, ocupa um lugar importante nas estratégias de permanecer no campo, sendo que é o emprego da mão de obra dos jovens nas atividades agrícolas, aliado com a possibilidade de geração de renda são garantias reais de que o jovem consiga se desenvolver e se reproduzir socialmente.

4.1.3.2 Escolaridade e formação humana

Assim como o trabalho, o nível de escolaridade é outro importante elemento para ser analisado dentro do capital humano, pois para Ellis (2000), quanto maior for a formação dos sujeitos, maior também será sua capacidade de escolher entre as diversas possibilidades, a superação dos limites e desafios encontrados. O Gráfico 7 expressa o grau de escolaridade dos jovens pesquisados.



Fonte: Pesquisa de Campo(2015)

Notou-se também uma relação entre o grau de escolaridade dos pais com seus filhos. Quanto maior a escolaridade dos pais, maior foi a frequência dos filhos na

escola. Se considerarmos os 14 informantes com Ensino Superior incompleto, Médio e Técnico completos, representam juntos 58%. Nota-se que a maioria dos jovens, quando questionados sobre seu grau de escolaridade, ou sobre a importância da educação, alguns mencionavam que a escola não corresponde à realidade rural. Assim como comenta o entrevistado:

Hoje em dia é assim, ou tu vai pra um lado, ou tu vai pro outro. Ou tu parte pro estudo e te dedica naquilo ali, e sai fora fazer faculdade e curso, ou tu pega e te dedica na agricultura. Negócio de escola, isso aí é mais pra estudo, tipo tu quer sair fora, tu quer pegar um emprego. [...] A escola lá não tem muito, é uma coisa fora do normal, porque trabalhar na roça e estudar... tu não precisa ser inteligente pra trabalhar na roça. (ISC 2)

Ao mesmo tempo, os jovens que tem maior escolaridade, a visão sobre a importância da formação é totalmente ao contrário. Enfatizando que embora morando no campo, e optando pela agricultura, a educação é fundamental, como se observa na fala desta jovem:

Como eu já cursei o ensino médio num colégio agrícola, e estou cursando graduação em agronomia, tudo que eu aprendi até hoje acaba sendo voltado para o trabalho que eu quero seguir, pra permanência na agricultura. [...] Mas eu quero profissionalizar a minha atividade, já comecei estudando. Então, já comecei este processo, para também dar oportunidade, caso eu tenha filhos, para que eles também tenham a oportunidade que eu tive de permanecer no campo, de expandir os negócios. (ISA 8)

Não só a educação formal é vista como importante, mas também a formação que ocorre em meio aos grupos e associações existentes, prioritariamente no sistema de produção agroecológico. Assim demonstra o jovem entrevistado, quando questionado sobre a contribuição do conhecimento e formação em sua permanência no campo:

Isso ajuda bem mais, porque senão fosse este conhecimento, era capaz até de desistir né. Tem muito da juventude aí, que em tanto dar murro em ponta de faca que desistiram, não procuraram alternativa, não fizeram um curso, ficaram só naquilo ali... Porque muitas vezes não é só trabalhar, trabalhar, tem que sair fora da propriedade e dar uma olhada né, que a gente faz muito isso aí. (ISA 9)

É muito comum entre os jovens do sistema agroecológico, uma maior valorização na formação, sendo ela formal (educação básica, superior e cursos técnicos) ou informal, na forma de seminários, participação em reuniões e intercâmbios. Para os entrevistados deste sistema esta formação contribui tanto para

a formação humana, quanto para aplicar estes conhecimentos numa melhor atuação na propriedade, como afirma este jovem:

Agricultura Biodinâmica, Melhoramento de práticas agrícolas, cursos oferecidos pelo Centro Ecológico. Participo da pastoral da Juventude Rural, que tem formação política. Ajuda porque, ajuda a melhorar as técnicas que tu vai trabalhar na agricultura, as vezes tu está fazendo uma coisa que tu acha que está certo, mas se tu fizer de um modo diferente, vai ficar melhor, tu vai ter mais lucro no que está fazendo. (ISA 1)

Neste sentido, é que se pode perceber que as políticas que garantem um melhor acesso a estes ativos, como um trabalho de qualidade e os direitos garantidos, a uma educação que favorece o pensamento crítico e uma formação humana que possibilita os sujeitos ampliarem seus conhecimentos, conseqüentemente possibilita um desenvolvimento rural mais amplo. O que Ellis (2000) chama a atenção, de que quando os indivíduos têm baixa escolaridade, e até mesmo condições precárias de trabalho, pode dificultar os avanços em termos de liberdade de execução de todas as suas capacitações.

Portanto, o conjunto de políticas que vem sendo desenvolvidas no campo, especialmente na última década, independentemente ligada ao setor agrícola ou não, contribuem para uma melhora na vida das pessoas. Os jovens afirmam que viver no campo hoje está muito melhor que na época de seus pais, os acessos a bens e serviços foram ampliados, a seguridade especial para os agricultores e a previdência rural, a universalização da educação, tanto na melhoria do acesso à educação básica, quanto a maior proximidade as universidades e aos Institutos Federais, que tem possibilitado uma elevação no nível de escolaridade destes jovens.

O que se quer afirmar é que os jovens mais bem esclarecidos, tanto de suas práticas, mas também de seus direitos, conseguem desenvolver melhores e mais variadas estratégias de permanência no campo. Conseguem vislumbrar um portfólio maior de atividades, como apresentadas no decorrer deste trabalho, como por exemplo, a instalação de agroindústrias, o turismo rural, uma maior diversidade na produção e também nos canais de comercialização, entre outras estratégias já apresentadas no decorrer desta pesquisa.

Ellis (2000) afirma ainda que embora a abordagem dos modos de vida tenham elementos da teoria de Sen, o capital humano expande a concepção seniana sobre as capacitações e a liberdade. Entendendo o capital humano, enquanto a

possibilidade dos sujeitos atuarem de forma mais significativa e transformando sua realidade, em prol da qualidade de vida e bem estar.

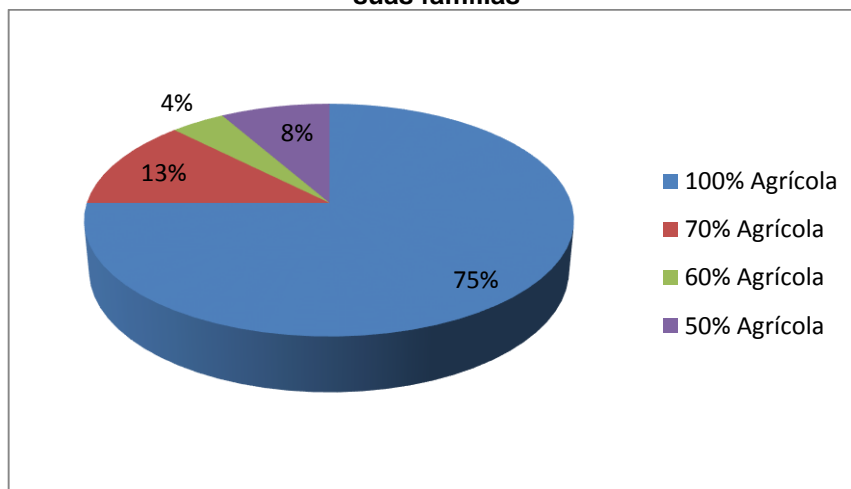
4.1.4 *Capital Financeiro*

Conforme aponta Ellis (2000, p.8, tradução nossa) “Capital financeiro refere-se a unidades populacionais de dinheiro que podem ser acessados a fim de comprar qualquer produção ou bens de consumo, o acesso ao crédito pode ser incluído nesta categoria”. Neste trabalho será abordado apenas a origem da renda familiar e o acesso ao crédito.

4.1.4.1 Renda

A renda será discutida nesta sessão, enquanto a origem da renda familiar, bem como a percepção pelos jovens de suas condições financeiras. Dos resultados da pesquisa de campo, 18 entrevistados manifestaram que a renda familiar é proveniente apenas de atividades agrícolas, outros 3 afirmam que a atividade agrícola é responsável por 70% da renda familiar, apenas 1 jovem afirma que a renda é 60% agrícola e para 2 jovens, a renda agrícola representa a metade da renda total da unidade familiar, o Gráfico 8, abaixo, ilustra esta divisão.

Gráfico 8–Percentual da renda agrícola e da renda não agrícola dos jovens pesquisados e de suas famílias



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

De acordo com as informações da pesquisa, é possível concluir, que grande parte dos jovens exercem apenas atividades agrícolas, e dela dependem totalmente, pois é sua única fonte de renda. Foram constatados que em nenhum dos casos existe, na renda familiar, recursos provenientes da aposentadoria rural, pois nos casos em que os jovens ainda residem com os pais, estes ainda são jovens e, estão em tempo de serviço.

Apenas um jovem afirmou que faz parte da renda familiar uma porcentagem de 30% de aposentadoria por invalidez, da tia que reside na mesma casa, porém, este recurso é destinado apenas a despesas com saúde e gastos domésticos. Outros dois jovens, já casados, indicaram que a renda de suas esposas (trabalhos não agrícolas) representam 30% da renda total, e que este recurso é aplicado nas despesas doméstica, como alimentação, vestuário, prestações e até mesmo lazer. Ambos afirmam, que esta renda torna-se importante, pois é uma renda fixa e a família consegue planejar gastos extras e investimentos, tanto na residência e até mesmo na propriedade. Um dos entrevistados afirma:

É importante, porque soma com o que eu ganho, e a gente consegue planejar um passeio, consegue pagar a prestação de um carro, é um dinheiro que é certo que a gente ganha, e a roça às vezes não dá. (ISC 4)

Outro jovem afirma que a renda agrícola não é certa, há meses que rende mais, e há meses que não entra nenhuma renda, e neste sentido a renda da esposa, que trabalha na cidade é importante para o orçamento familiar.

Ajuda muito né, porque o dela é todo mês certo, tipo eu, o cara não sabe, na roça, por nada não produz nada esse mês, depende do clima, do tempo também, ninguém sabe, o dela é pouco mais ajuda muito (ISC 6).

Neste sentido, cabe salientar que as atividades na agricultura devem ser planejadas, pois há muitas oscilações na renda, causados pelo clima, do mercado, principalmente no sistema convencional, onde existe a dependência pelos atravessadores, que muitas vezes não pagam no prazo combinado e até mesmo ocorre a mudanças no preço das mercadorias sem aviso prévio. Por este motivo, os jovens do sistema agroecológico afirmam que a variedade nos canais de comercialização (que será abordado no próximo capítulo, na seção 5.1) reduz os riscos desta deficiência de renda.

Uma das jovens, que ficou viúva recentemente, recebe pensão do marido falecido, o que segundo a entrevistada, representa 40% de sua renda. A mesma utiliza este recurso apenas para gastos particulares e domésticos. Sendo assim, afirma ela, o dinheiro da roça sobra mais e pode ser aplicado para melhoria da infraestrutura. A mesma, que faz parte do sistema agroecológico e afirma que coma renda agrícola pretende adquirir um veículo para a entrega de banana direto à mercados da região.

Outras duas jovens manifestaram que a renda agrícola representa a metade da renda não agrícola, pois em um dos casos, o marido de uma jovem agricultora é também vereador, e que esta renda é utilizada para capital e investida compra de terras. Em outro caso a mãe de uma jovem é professora, e sua renda incide nos gastos de custeio, investimento e capital. Inclusive foi através do emprego da mãe que a família conseguiu financiamento para a compra da terra, possibilitando a permanência dos filhos jovens na propriedade.

Schneider (2009) aponta esta diversificação das atividades econômicas, como uma estratégia de obtenção da renda e redução dos riscos inerentes às atividades agrícolas. “É nesse cenário que se sobressaem as famílias pluriativas, enquanto agentes capazes de frear a saída brusca da população das áreas rurais, dando um novo sentido ao processo de produção rural” (MATTEI, 2005, apud SCHNEIDER et al., 2009, p. 140).

Em relação à satisfação sobre sua renda, grande maioria disse que é muito satisfatório, enquanto alguns afirmam que é boa. Nenhum dos jovens mencionou que a atividade agrícola não traga satisfação em relação à renda, muitos jovens até afirmam que este não é um ponto chave em sua decisão de permanecer no campo, pois a forma como se trabalha também influencia, assim como pode ser observado no testemunho deste jovem.

Está bom, rico a gente não vai ficar muito. Eu já trabalhei fora, quando eu tinha 16, 17 anos. Eu levantava as 7 horas da manhã e trabalhava até as 23 horas da noite, pra ganhar a mesma coisa ou menos que eu ganho hoje aqui. Se eu quiser e se minha mulher tiver de folga, e eu quiser passear, a gente pega o carro e vai passear e pronto, serviço a gente faz amanhã. Essa forma a gente se incentiva de ficar aqui. (ISC 1)

Deste modo, pode se concluir que os jovens têm encontrado formas de adquirir uma renda que seja suficiente para manter o estilo de vida que julguem adequado, e até mesmo para buscar outros capitais, como afirma Ellis (2000) acessada através do

capital financeiro, como por exemplo, a compra de veículos, do uso da tecnologia, e até mesmo o investimento na propriedade e aquisição de mais terra. Para a maioria dos jovens entrevistados, gerar uma renda satisfatória é importante, mas precisa estar aliado à qualidade de vida, à autonomia, poder participar da vida comunitária, ter saúde e principalmente trabalhar em algo que dê prazer.

4.1.4.2 Acesso à crédito

Os dados apontados pela pesquisa de campo mostram que 75% dos jovens já acessaram algum tipo de crédito, sendo o percentual maior para jovens do sistema agroecológico, onde apenas dois jovens nunca acessaram crédito agrícola. No geral, são utilizadas linhas do Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF para custeio e ou investimento na propriedade, mas também o acesso do Pronaf Mais Alimentos, para a compra de tratores, micro tratores e implementos agrícolas foram apresentados por um grande número de entrevistados.

Embora o número de jovens que acessou alguma modalidade de crédito seja grande, alguns jovens mencionam as dificuldades de acesso a estes recursos, como por exemplo, não conseguem comprar uma área de terra, pois não tem garantia para dar em troca.

Não vemos muito incentivo para o jovem ficar, é mais incentivo para ir embora. Pelo que a gente olha para a televisão, no colégio também é mais para puxar o pessoal pra longe. É difícil pegar um financiamento, pra comprar um terreno, uma coisa, sair assim do nada, é mais fácil tu estudar, fazer uma faculdade do que tu pegar um crédito pra comprar um terreno. É mais difícil conseguir, se tu não tem nada o que tu vai dar de garantia. (ISC 9)

No entanto, muito jovens percebem a importância do acesso ao crédito, o que tem influenciado positivamente nas propriedades, gera mais renda, facilita o trabalho agrícola, possibilita uma maior independência, e amplia as possibilidades de trabalho. Além disso, muitos jovens, juntamente com suas famílias, tem adquirido com estes programas a compra de tratores e micro tratores, facilitando o trabalho nas propriedades.

Sim, investimento em compra de tratares, implementos. Do programa Mais Alimentos. Ajudaram para o desenvolvimento da propriedade, sem eles estaria mais atrasada, em consideração em quem poderia financeiramente poderia comprar, pagando a vista, teria que ter um trabalho mais braçal. (ISA 1)

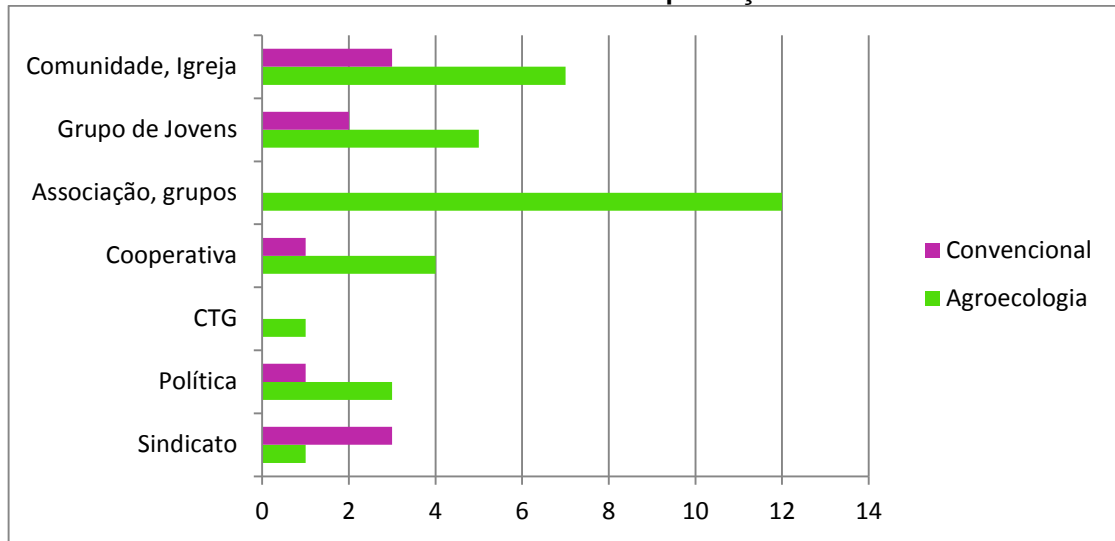
O que chamou atenção nos dados gerados através da pesquisa de campo é a posse compartilhada de maquinários e implementos agrícolas. Alguns jovens indicaram esta prática, pois muitas propriedades são pequenas, e ter um equipamento apenas para o uso de uma família poderia sobrar tempo ocioso destas máquinas. A posse compartilhada além de reduzir o investimento para sua aquisição é vista para os jovens como uma prática solidária de ajuda entre famílias.

Estes elementos permitem concluir que o acesso à crédito é importante, pois é uma forma de investir na propriedade, além disso, é visto também como um desafio, pois alguns jovens ainda não conseguem acessá-lo, principalmente para aquisição de áreas de terra, central no trabalho agrícola.

4.1.5 Capital Social

O capital social, segundo Ellis (2000, p. 8, tradução nossa) “refere-se às redes sociais e associações em que as pessoas participam e, a partir do qual podem derivar apoio que contribui para seus modos de vida”. Portanto, é determinado pelas diferentes formas de participação que os sujeitos interagem na sociedade. De tal modo, este trabalho busca apresentar as diferentes formas de interação social, e o que esta participação, ou até mesmo, a não participação influencia no processo de permanência dos jovens no campo, bem como na própria identidade de jovens agricultores familiares. O Gráfico 9, representa as diversas formas de participação que os jovens informaram, divididas entre agroecológicas e convencionais.

Gráfico 9 – As diferentes formas de inserção social que os jovens entrevistados afirmaram participar, divididos entre jovens inseridos no sistema agroecológico e jovens inseridos ao sistema convencional de produção



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Conforme os dados apresentados pelo gráfico, os jovens estarão inseridos em espaços diversos, tanto em entidades representativas, como por exemplo, o sindicato, cooperativa, associações e grupos de agricultores, mas também em espaços políticos, de lazer e cultura como o CTG, e da própria vivência comunitária, com a participação em grupos de jovens, comunidades e Igrejas. Segundo os jovens que indicaram alguma forma de participação, a participação social é uma das formas de se reconhecer enquanto parte da comunidade e dessa forma criar raízes, que dão sentido a sua permanência neste meio. Afirma este entrevistado:

Acho que participo de quase todos, menos a escola e sindicato. Nossa família sempre participou na comunidade, ajudando nas festas, na diretoria, na Igreja, temos também os grupos de família, um espaço de reza e partilha. Faço parte do grupo de jovens, atualmente tem 30 jovens participando, fui presidente do grupo durante dois anos, agora trocou, mas continuo ajudando, me proponho ajudar porque quero ver funcionar. Também represento no setor juventude da paróquia, vou representando todos os jovens nas reuniões que acontece na paróquia. Temos um grupo de agroecologia a APEMSUL – Associação dos Produtores Ecologistas de Morrinhos do Sul, que já existe desde 1997, mas nossa família entrou em 2002, há 13 anos. Acho que minha vida não teria sentido se não fosse à vivência comunitária, com todos os grupos e serviços que temos. (ISA 4)

Isso mostra a importância das comunidades rurais, enquanto espaço de construção coletiva, de inúmeras formas de inserção. No capítulo 3, quando apresentada a reconstituição histórica do local da pesquisa, foi possível perceber que uma das primeiras ações dos imigrantes nesta região foi a criação das comunidades,

como um espaço de interação entre as pessoas, de partilha, entre ajuda e oração. Com os dados apresentados, é possível ver que ainda hoje os valores comunitários são mantidos quando dez jovens afirmam participar ativamente nas comunidades.

Da mesma forma, foram sete jovens que dizem participar de grupos de jovens geralmente ligados às comunidades católicas e da Pastoral da Juventude Rural – PJR. Estes grupos proporcionam o lazer, a partilha e a oração, sendo espaços de formação, estudo e de luta por garantia dos direitos da juventude.

Estes jovens assumem tarefas políticas e passam a se preocupar com os problemas sociais enfrentados pela comunidade e pelo todo da sociedade. “E nesse processo de se expor e de se firmar como jovem e como jovem do campo, esses jovens se formam e acumulam experiências pessoais e coletivas” (SILVA, et al. 2006, p. 94). Na fala dos jovens entrevistados observamos uma preocupação com os problemas comunitários e de seu entorno, os mesmos se sentem comprometidos com seu lugar de vida. Notou-se um comprometimento maior entre os jovens pertencentes ao sistema de produção agroecológico, que também se preocupam com questões ambientais e o cuidado com a terra.

De ter sido criada dentro da Igreja Católica, que é que tem mais aqui na região, tem muito a valorização da terra, do alimento, e também a gente se inserir nisso tendo consciência de que faz parte desse mundo, que é só mais um pedaço na cadeia, não está alheio a isso, e muito menos superior. (ISA 8)

A participação em grupos, associações e cooperativas, presente prioritariamente aos pertencentes do sistema agroecológico, é vista pelos jovens como uma possibilidade real de trabalho coletivo, pois embora a produção seja de forma individual, apenas entre as famílias, mas os cursos de formação, a comercialização e certificação³ dos produtos orgânicos são pensados coletivamente. Os jovens mencionam que as reuniões são momentos de “discussão sobre as dificuldades, mas também nas formas de superação, ouvindo a ideia de cada um para poder avançar”.

Ele [pai] sempre me levava quando ele ia fazer curso de formação, no Centro Ecológico, lá em Dom Pedro, então eu me lembro que desde pequenininha eu sempre participei das reuniões, as vezes mesmo que eu não entendesse o que estava acontecendo, mas eu sempre estive neste meio, e de certa forma acredito que isto tenha sim influenciado na minha escolha. (ISA 8)

³ A participação social mais efetiva, principalmente nos jovens inseridos à agroecologia, pode ser conferida no Anexo B deste trabalho.

De outro lado, alguns jovens manifestaram que não tem uma participação ativa nos espaços sociais, que até participam, porém, não interagem. Como pode ser observado em relação ao sindicato (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), os jovens que afirmaram fazer parte deste segmento dizem ser apenas sócios, porém não vão às reuniões, se associaram apenas como uma forma de acessar a licença maternidade ou ter desconto em consultas, como afirma esta entrevistada:

No sindicato eu sou sócia, daí é só eu no sindicato. É que eu fiz pela licença maternidade, se tu não fizer sindicato, já fica mais difícil de tu receber, daí pra dar baixa é ruim, é bom porque daí tem desconto no médico, essas coisas... Mas também não é aquela coisa. (ISC 3)

Deste modo é possível concluir, que os jovens com maior participação social, tem acessado diferentes recursos e desempenhado atividades diversas enquanto estratégias de permanecer no campo, além disso, os jovens que participam, de algum grupo social têm maiores informações, conhecem seus direitos e os reivindicam, além de acessar as diversas políticas públicas para o campo (moradia, comercialização, investimento, etc.).

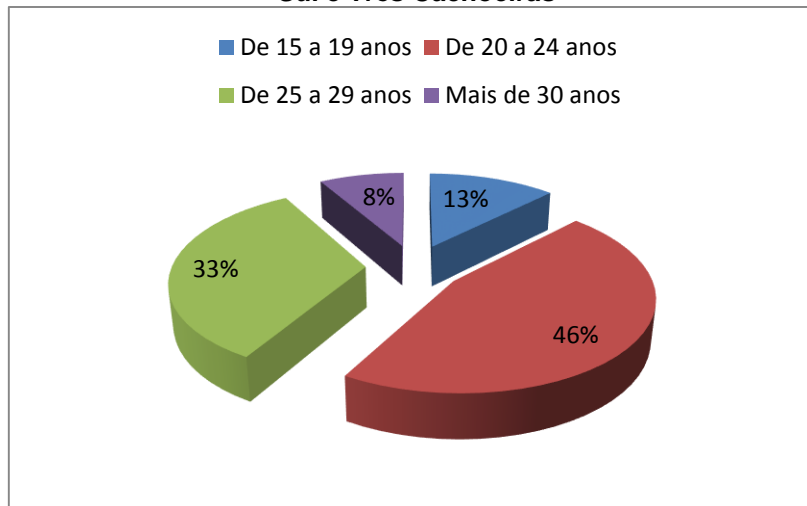
4.2 CAPACITAÇÕES

De acordo com Ellis (2000), as capacitações são importantes componentes dos modos de vida. São compreendidas pelas capacidades, as habilidades e as possibilidades que as pessoas têm de concretizar o seu potencial, enquanto seres humanos. Para isso, é fundamental que os sujeitos tenham condições de utilizar e expressar todo seu potencial, bem como de seus funcionamentos (as coisas que as pessoas consideram valioso, ter ou fazer). Estes funcionamentos variam, de acordo com seus valores individuais, bem como da sociedade que estão inseridos (RIBEIRO, 2009).

Neste sentido, esta sessão apresenta as capacitações que os jovens possuem, desde sua caracterização, suas motivações em serem agricultores, sua identidade, o autoconsumo, e suas habilidades.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram entrevistados 24 jovens nos três municípios (oito em cada município), sendo 15 do sexo masculino e nove do sexo feminino⁴, com idades entre 15 a 35 anos, conforme Gráfico 10.

Gráfico 10 – Representação da idade dos jovens entrevistados em Mampituba, Morrinhos do Sul e Três Cachoeiras



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Conforme critério previamente estabelecido, e já apresentado na introdução deste trabalho, os jovens entrevistados deveriam ser agricultores, que estivessem trabalhando com os pais e ou em sua propriedade. Foram identificados onze jovens solteiros, doze casados e uma viúva. Cabe ressaltar que os dados que seguem são de jovens pertencentes a ambos os sistemas de produção, agroecológico e convencional, e que são características gerais destes jovens.

Quando questionados sobre o tempo que desenvolviam atividades agrícolas, grande parte dos jovens respondeu “desde sempre”, “a vida toda” ou “desde que eu me conheço por gente”, o que mostra sua grande ligação com este trabalho. Como podemos observar na fala de um jovem:

Desde sempre, me criei desde os 8, 10 anos o cara já tinha que ir ajudar. Desde pequeno, a hora que aprender a caminhar, o primeiro caminho era levar café pra roça pros maior. (ISC 3)

Considerando o universo da pesquisa, 16 jovens (67%) responderam que sempre se consideraram agricultores, sete entrevistados (29%) informaram que foi

⁴ Pretendia-se na pesquisa respeitar a paridade de gênero, porém, atualmente, nas áreas rurais, o número de jovens do sexo masculino é muito maior, sendo difícil a localização meninas agricultoras para este estudo.

entre os 10 aos 15 anos esta identificação, e apenas um (4%) tornou-se agricultor após os 16 anos de idade.

No entanto, é importante saber os motivos pelos quais os jovens tomaram a decisão de permanecer no meio rural, e continuar o trabalho de seus pais na agricultura. Constatou-se duas motivações principais, primeiro o fato de ser uma tradição familiar, segundo pelo meio onde estão inseridos.

A tradição familiar é compreendida entre os jovens como uma forma de dar continuidade ao trabalho iniciado por seus antepassados, pais e avós. O trabalho na agricultura também é visto como uma herança, algo deixado pelos pais, foi o que aprenderam a fazer. Assim como expressa este jovem, “Sim, uma coisa que herdamos do pai, sempre se criamos na roça, é o que a gente aprendeu a fazer, é o que a gente gosta de fazer” (ISC 1).

O meio em que estão inseridos também se torna um fator motivador para os jovens, eles demonstram o gosto por viver no meio rural, em meio à natureza, um lugar tranquilo, com qualidade de vida e liberdade. Liberdade compreendida também para a realização de seu trabalho, desde a escolha por seu sistema de produção, os cultivos que irão desenvolver e o tempo que irão dedicar os serviços rurais. Eles se enxergam como donos de seu próprio negócio. Um dos jovens comenta:

Aqui na roça a gente tem mais liberdade, claro, o trabalho é pior, mas a gente tem liberdade de ir a hora que quiser e voltar a hora que quiser. Não tem ninguém mandando a gente, a gente sabe o serviço, as obrigações, o que tem que fazer. (ISC 6)

A principal é a qualidade de vida, já tive experiências, morando em outros lugares, na cidade, e a principal motivação é a qualidade de vida e, além disso, também é poder ser dono do próprio negócio, trabalhar com seus meios para si próprio, não precisar depender de alguma empresa, ou de algo assim. Acho também que permanência perto da família, tem tudo isso. (ISA 8)

A partir destes relatos é possível compreender que a sucessão rural não somente ocorre de forma material, com a passagem da posse de terra dos pais para os filhos, mas também de forma imaterial, que são os valores, a cultura e o trabalho. Pois quando os jovens revelam que são agricultores porque aprenderam isso com os pais, a herança mais importante não é a terra, mas sim o ensinamento e a sabedoria do cuidado com a terra. Este tema será retomado nas próximas seções, quando será discutido o Capital Humano.

Os jovens entrevistados, em sua maioria, 58,3% identificaram-se como agricultores familiares. O restante, sendo 41,7% identificou-se como pequenos agricultores. Notou-se, a partir da observação, que grande parte não compreende o termo “agricultura familiar”, e tiveram dificuldade de responder a questão.

Analisando a constituição das famílias, em que os jovens estão inseridos, foram identificados os seguintes casos nas Unidades de Produção Familiar: casal de jovens sem filhos – 2 pessoas (5 UPF); casal de jovens com 1 filho – 3 pessoas (5 UPF); casal de jovens que moram com os pais e mais um irmão – 5 pessoas (2 UPF); Jovens solteiros que moram com os pais, 3 pessoas (3 UPF); Jovens solteiros que moram com os pais e um irmão – 4 pessoas (3 UPF); Jovens solteiros que moram com pais e dois irmãos – 5 pessoas (4 UPF); Jovens solteiros que moram com os pais e uma tia com necessidades especiais – 4 pessoas (1 UPF) e, jovem que reside sozinha – 1 pessoa (1 UPF).

Estes dados demonstram que as famílias não são numerosas, variando de uma até no máximo cinco pessoas.

4.2.1 A produção para o autoconsumo

A partir dos dados gerados pela pesquisa de campo, é possível perceber a importância da produção de alimentos para o consumo familiar. O Gráfico 11 representa o percentual de informantes que realizam produção para o autoconsumo.

Gráfico 11 – Percentual de produção para o autoconsumo entre os entrevistados



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Dos 24 entrevistados, 20 jovens indicaram a produção de alimentos para o consumo familiar, representando 83%. A produção vai desde a horta do lado da casa, com a plantação de hortaliças, o milho, o aipim, feijão, arroz, tubérculos em geral, o pomar com frutas, até o beneficiamento de pão, farinha de mandioca, o açúcar mascavo, doces de frutas. Além disso, existe a criação de galinhas (postura e corte), porcos e gado, todos para consumo familiar. Ou seja, uma variedade grande de alimentos, “um pouquinho de tudo”, como afirma um dos jovens entrevistado. Outro jovem afirma que:

Já produz, nossa, não dou conta de cuidar, dá repolho, dá alface, dá aipim, banana, dá de tudo que tu pensar, dá arroz, pro gasto. Eu acabo vendendo a banana em abundância, assim um pouco de aipim, o açúcar eu vendo, não dou conta de comer tudo também e, acabo vendendo muita coisa. [...] então a maior parte das coisas é para sobrevivência. (ISA 9)

A prática da produção de alimentos não somente para a comercialização, mas também para o consumo familiar, faz parte das estratégias da família para sua reprodução social. Isso porque está ligado às necessidades básicas de alimentação diária (do arroz, feijão, salada e carne), garante uma alimentação saudável e, além disso, reduz os custos com a compra de alimentos externos à propriedade. Como afirmam Niederle e Grisa (2008) o autoconsumo também está relacionado com a identidade social do agricultor, pois é na produção de alimentos que eles se auto reconhecem.

No estudo dos modos de vida, o autoconsumo é visto como um processo de redução da vulnerabilidade (ELLIS, 2000), ao mesmo tempo em que providenciam seu próprio sustento, também garantem a segurança alimentar. Ainda, para o autor, a produção de alimentos para o autoconsumo proporciona uma maior *maleabilidade* dentro da unidade de produção, pois é visto como uma garantia, frente a períodos de risco, como imprevistos climáticos, ou até a queda de preços. Para Ellis (2000), o agricultor que planta de tudo, dos mais variados tipos de alimentos para o consumo familiar é que tem maior capacidade de adaptação, reduzindo assim sua vulnerabilidade.

Porém, dos quatro jovens entrevistados que não tem produção para o autoconsumo, dois deles afirmaram que dá muito trabalho, por isso não o realizam. Já os outros dois, são jovens casais que estão iniciando a produção em sua

propriedade e ainda estão se organizando. Reconhecem a importância do autoconsumo, como pode ser visto no relato que segue:

Eu tenho um cantinho de potreiro, mas não tenho criação, mas a ideia é ter. Acho que pra vender não, mas “pro gasto” em casa, plantar um aipim, um milho, uma coisa assim, pra subsistência. Mas também se tu mora na roça e não plantar um pé de aipim pra comer, aí não se mantém. Ter uma horta... (ISC 9)

Gazolla (2009) apresenta um estudo referente o processo de mercantilização do consumo de alimentos, o autor afirma que a perda da produção de alimentos para o consumo familiar tem fragilizado a segurança alimentar e reduzido sua autonomia. De fato, percebe-se que embora grande parte dos entrevistados afirme realizar a produção de alimentos para o autoconsumo, este hábito tem se reduzido na última década.

Para Gazolla (2009, p. 86) “A mercantilização refere-se à situação em que o agricultor passa a depender cada vez mais do mercado para executar a sua reprodução social”. Contudo, Ploeg (1992) aponta para graus diferentes de mercantilização. A pesquisa realizada apontou para isso, mesmo que as famílias conservem este hábito, tem crescido a procura da compra de grande parte de alimentos em supermercados. Este fato tem se caracterizado pelo padrão de desenvolvimento agrícola, que centra seus esforços no aumento da produtividade, em vista da comercialização, mas que vulnerabiliza os processos de produção para o autoconsumo, que possuem grande importância na segurança alimentar (GAZOLLA, 2009).

Sendo assim, a lógica do plantio para o autoconsumo é visto como uma estratégia, pois vai além da decisão de plantar ou não plantar, mas deve ser visto como parte do modo de vida herdado. Nota-se que, independentemente do sistema de produção adotado, grande parte dos jovens conserva este hábito também como forma de resistência.

4.2.2 *Habilitações Formais*

Considerando que as capacitações são o conjunto de habilidades que os sujeitos têm para realizar suas ações, pode-se dizer que quando maior o portfólio de processos de formação, cursos e experiências formais de capacitação, maior será a

capacidade das pessoas (ELLIS, 2000). Embora, isto seja relevante, não pode se dizer que um indivíduo que nunca participou de uma capacitação seja incapaz de realizar seus trabalhos. Porém, nota-se, através da pesquisa de campo, que quanto maior a participação em cursos de formação, maior também é a diversidade de estratégias geradas pelos jovens e por suas famílias.

Foi constatado que dos 24 entrevistados, oito jovens (33,34%) nunca participaram de algum curso. Isso pode ser um entrave para que utilizem todo seu potencial, bem como limita a ampliação de suas estratégias de reprodução social.

Os demais 66,66%, ou seja, 16 jovens já participaram de pelo menos uma atividade de capacitação. Se considerar os jovens pertencentes ao sistema de produção agroecológico, o percentual é 100%, todos eles já buscaram capacitação, sendo comum nos entrevistados, o curso de Princípios Básicos de Agroecologia, oferecido pelo Centro Ecológico (12)⁵. Os demais cursos são: cursos de formação oferecidos por movimentos sociais, MPA e PJR (5); curso de biodinâmica (3); preparados biodinâmicos (1); frutas nativas (1); curso de boas práticas para produção de alimentos (4); curso para jovens agricultores ecologistas (1); melhoramento de práticas agrícolas (1); gênero (1); hortas (1); informática (2); cursos do SENAR (1); treinamento profissional para técnicos agrícolas (1) e, curso de combate a incêndio (1).

Foi possível perceber, durante a pesquisa de campo, tanto na entrevista realizada, bem como na observação, que estes jovens que já buscaram capacitação possuem um leque de estratégias maior do que os jovens que não se capacitaram. Estes elementos serão apresentados nas próximas seções.

4.2.3 Os acessos, serviços e direitos dos jovens rurais

Para Sen (2010), a capacidade que um indivíduo tem de transformar um conjunto de bem em capacidades, está relacionada à liberdade aos acessos, bem como em sua capacidade de transformar potencialidades, ou mesmo uma limitação. Determinadas condições, podem diminuir a liberdade das pessoas de alcançar aquilo

⁵ Deve ser considerado também, que o fato de alguns jovens do sistema convencional, fazem certa resistência a agroecologia, sendo assim, não estão dispostos a fazer a transição, então não fazem cursos.

que elas almejam. Contudo, Ellis (2000) também aponta que os acessos ocorrem através da relação com o mercado, com o Estado e com a comunidade.

Portanto, podem-se constatar, através da pesquisa de campo, que para os jovens, ter acesso a diversos serviços, públicos e privados, como saúde, educação, segurança, moradia, transporte, políticas públicas específicas ao campo, estradas de qualidade, acesso a tecnologia, lazer, entre outros, são fatores que influenciam em suas decisões de permanecer no meio rural. Os mesmos apontam que, embora, estes serviços sejam fragilizados, são fundamentais para a garantia da qualidade de vida no meio rural.

O fato de a pesquisa ser realizada em municípios pequenos, recentemente tendo passado por processo de municipalização, e, além disso, próximos a rodovias importantes como a BR 101 que os aproxima de grandes cidades, tanto do Rio Grande do Sul quanto de Santa Catarina – constatou-se que isto favorece também o acesso a estes bens. O sistema público de saúde, embora questionado por alguns entrevistados, pelo sua demora no atendimento de alguns casos específicos, é visto com grande importância pelos jovens, pois está cada vez mais fácil o acesso aos postos de saúde, aos serviços de emergência como o SAMU, e o atendimento em hospitais da capital para o tratamento de especialidades.

A educação, também é vista pelos jovens como fundamental, principalmente as escolas do campo, pois estas operam a partir da realidade do campo, estão geograficamente localizadas no meio em que os estudantes vivem e favorecem a sua permanência. Além da educação básica, alguns jovens apontaram como positivo a expansão das universidades, que cada vez mais se aproximam do campo, possibilitando que o estudante de graduação possa estudar e ser agricultor ao mesmo tempo. A fala desta jovem sintetiza este debate.

É bastante relevante, porque a partir do momento que em determinado local, independente se no meio rural ou não, as pessoas não acessam o que elas buscam, elas vão sim buscar oportunidades em outros locais. Se eu não tiver acesso à saúde, educação aqui no interior, aqui no meio rural, certamente eu vou buscar em outro local, mesmo que na cidade, no meio urbano. (ISA 8)

Outro elemento é o acesso à informação e a tecnologia. Os jovens apontam a importância, afirmando que o campo não é um local isolado e atrasado.

Tem, a gente tem que estar ligado com as coisas, não pode ficar isolado. Se eu fico sem internet eu já sinto falta, não sei se é bom ou ruim, não só pelo entretenimento, mas para pesquisar, para estudar eu acho importante, tem coisa que a gente pode aproveitar. E rádio, daqui de Três Cachoeiras, a gente fica sabendo de um monte de coisa, da cidade. Eu acho importante, não é porque a gente está aqui, que tem de ficar isolado. Faz parte saber do resto do mundo. (ISA 12)

O acesso às políticas públicas específicas do campo também foi um elemento apontado pelos jovens. Afirmam que o crédito agrícola, tal como o PRONAF, por exemplo, possibilita um investimento na propriedade, e tem gerado benefícios variados, facilitando o trabalho e a vida no campo.

O que se pode afirmar, portanto, é que para os jovens, ter acesso aos direitos e as oportunidades no meio rural, é uma forma de ampliação de sua liberdade, para que os mesmos possam escolher as diferentes alternativas, num portfólio variado de oportunidades. Sendo assim, os diferentes acessos influenciam o modo de vida dos jovens. Nas próximas seções serão apresentadas as atividades que os jovens desenvolvem como parte das estratégias de resistência no campo.

4.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS: O “SABER FAZER”

Atividades, segundo Chambers e Conway (1992, p. 7) são “o que eles (agricultores) fazem” a partir do portfólio que dispõe. São as ações realizadas pelos indivíduos ou por suas famílias, como parte de suas estratégias de sobrevivência e reprodução. Podem ser parte das atividades agrícolas, de outras atividades que desenvolvem na propriedade, como forma de diversificação, ou até mesmo atividades não agrícolas.

A riqueza das práticas e iniciativas do modo de fazer agricultura transformam o mundo rural em um crescente processo de desenvolvimento, este conjunto de iniciativas, podem também ser chamadas de abordagem da produção de novidades (*novelty production approach*). Para Oliveira, Gazolla e Schneider (2011), a inovação vai além do resultado da introdução de novas tecnologias, ou de conhecimentos exógenos, a inovação é fruto de um processo contínuo, do trabalho cotidiano, onde os agricultores se ajustam as condições, de trabalho e manejo, e assim constroem estratégias para superação das adversidades.

Neste sentido, a heterogeneidade da agricultura e dos espaços rurais é fundamental para promover alternativas de construção de novos padrões de desenvolvimento, em que o local permanecerá como um ponto de referência relevante, inclusive para a tecnologia. (SCHNEIDER; MENEZES, 2014, p. 24)

A referência a esta abordagem tem o objetivo de compreender que as “engenhosidades” dos agricultores, fazem parte de um processo de construção de estratégias, não apenas como uma forma de superar algum problema, mas, especialmente pela sua capacidade de inventar e criar novas formas de sobrevivência. Esta capacidade está ligada à criatividade dos jovens, aos conhecimentos herdados de geração em geração, mas também gerados através das interações sociais estabelecidas em seu cotidiano.

Conforme a perspectiva de Ellis (2000), sobretudo, é fundamental entender o sentido das ações e atividades tanto dos indivíduos, como de seu grupo doméstico (*household*), enquanto um conjunto de estratégias de sobrevivência, que podem ser reativas, adaptativas ou até mesmo de diversificação. Enfim, são as inovações das próprias práticas produtivas, das relações sociais, da interação com o mercado, as trocas de saberes, que configuram esta heterogeneidade da vida e do cotidiano rural.

Segundo Kiyota e outros (2014), foi após os anos 1990, que inicia um processo de diversificação econômica e produtiva por parte das famílias rurais, e como parte deste movimento pequeno, porém contínuo de criação de novas atividades, agrícolas e não agrícolas no meio rural, a agroindústria familiar é uma das alternativas. Para estes autores, a novidade da agroindústria familiar surge dos próprios agricultores, na busca de soluções para os problemas enfrentados nos últimos anos. Ploeg (2008) chama isso de *squeeze* da agricultura, enquanto um processo de “estreitamento” de suas condições de reprodução social, no qual os mais prejudicados nos processos de crise são os agricultores.

Através dos dados obtidos na pesquisa de campo, cinco jovens⁶ estão engajados nestas atividades, sendo que todos estes são pertencentes ao sistema de produção agroecológico. Os jovens destacaram que embora a agroindústria familiar não seja a principal atividade da família, a mesma tem papel importante dentro da

⁶ Embora sejam considerados cinco jovens, são quatro unidades de agroindústrias familiares, pois as famílias de dois dos jovens trabalham de forma coletiva. As atividades vão desde a panificação, desidratação de frutas, como a banana, produção de doces de frutas, polpa do açaí Juçara, mel, melado, açúcar mascavo, sal temperado, farinha de mandioca, entre outros.

unidade familiar, e que tem trazido inúmeras possibilidades, tanto de renda, na ampliação de canais de comercialização, como no aprendizado de novas técnicas.

Porém, é importante destacar aqui, que por não ser a atividade principal das famílias, as agroindústrias são informais, ou seja, não tem nenhum registro de funcionamento. Os produtos são beneficiados de forma artesanal. Embora alguns jovens possuam um espaço adequado para isso, numa peça separada da casa, atendendo os requisitos sanitários, os jovens afirmam que os custos de manutenção de uma agroindústria registrada seriam muito altos (alvarás e licenças). Um dos jovens possui apenas o engenho, onde processa a cana-de-açúcar e fabrica açúcar mascavo e rapaduras.

A agroindústria familiar, como apontam os jovens, é uma possibilidade de agregação de valor aos seus produtos e o aproveitamento das frutas abundantes na região, principalmente a banana. Da mesma forma, como afirma Agne (2010), o beneficiamento, embora que artesanal tem o objetivo de prolongar a vida útil do produto, principalmente dos alimentos sazonais, como a goiaba e maracujá. Com o beneficiamento, garante-se a produção durante o ano inteiro, e possibilita a comercialização com um preço melhor do que o produto *in natura*.

Além disso, valoriza o conhecimento local, aliado ao “saber fazer”, pois grande parte dos produtos oriundos das agroindústrias preservam as receitas antigas, passadas de geração em geração. Ao mesmo tempo em que se busca resgatar e preservar a cultura local procura-se também o aperfeiçoamento e a qualificação do trabalho através da inovação, com a introdução de novas técnicas, porém sempre preservando a característica caseira e natural. Assim como indica esta jovem.

O que a gente tem dá pra viver, os equipamentos, tudo ajuda que contribui pra fazer o trabalho um pouco menos pesado. E vai melhorando conforme tem. Por exemplo, agora ficou mais fácil fazer pão, a gente comprou um forno que vai pouca lenha e liga o ventilador na tomada, antes era aquele forno de barro, nossa aquilo lá dava um trabalhão, agora eu acho mais fácil fazer pão, ates dava mais trabalho. (ISA 12)

As melhorias são vistas pelos jovens como uma redução da penosidade do trabalho. Isso se torna mais um atrativo ao jovem, que conhece as novas tecnologias, tem vontade de ficar no meio rural, e quer aplicá-las, visando sua permanência no meio rural e na melhoria da vida de toda a família.

Da mesma forma, isto se refere à valorização de seus próprios produtos, pois têm a consciência de que são produzidos de forma agroecológica, respeitando o meio ambiente e com alimentos de qualidade. Um dos jovens (ISA 9) afirma: “Eu tenho uma mini engenhoca, que eu faço umas rapaduras, umas puxa-puxa, um açúcar mascavo, é minha invenção”. E acrescenta: “Eu que coloco o preço, às vezes as pessoas acham caro, mas tem que ver o sabor, a qualidade”.

Os jovens destacaram ainda que a agroindústria, enquanto uma atividade complementar contribui para ocupação da mão de obra do grupo familiar, envolvendo desde os adolescentes, os jovens e principalmente as mulheres. Como pode ser conferido na fala desta jovem.

A gente faz um pouco de tudo, eu não vou fazer o serviço mais pesado, ir lá cortar banana, mas aqui em casa tem um monte coisa pra fazer, tem sal pra embalar, tem farinha pra embalar, tem alface pra semear, enfim, um monte de coisa. (ISA 12)

A comercialização dos produtos oriundos das agroindústrias familiares é basicamente em feiras, eventos da região e em vendas locais. Os jovens afirmam que estes espaços são importantes, pois têm contato direto com os consumidores, existindo a troca de conhecimentos e experiências, além disso, garantem um bom preço de seus produtos. Sendo assim, a agroindústria familiar, é uma atividade alternativa que contribui na escolha dos jovens de permanecer no meio rural.

Neste contexto, o meio rural não se apresenta somente como agrícola, mas também um cenário para o desenvolvimento de muitas atividades, antes desenvolvidas apenas nas áreas urbanas. Esse é o caso do turismo, que vem ganhando espaço em muitas regiões. No litoral norte gaúcho, existem diversas iniciativas nesta área, e por ser uma região limítrofe entre mar e serra, a localização e suas características ambientais favorecem a criação de roteiros rurais e novos pontos turísticos.

Entre os jovens entrevistados, apenas dois desenvolvem esta atividade, porém avaliou-se como importante o destaque, já que é uma iniciativa recente na região, sendo desenvolvida após os anos 2000. Os jovens envolvidos, um do sistema convencional, que está implementando pousadas na propriedade da família, e servindo café rural. O outro jovem, do sistema agroecológico recebe junto com a

família excursões e grupos de intercâmbio para almoços ecológicos e trilhas guiadas em sistemas agroflorestais.

O jovem afirma que após a construção da pousada, e a chegada de turistas, deu mais ânimo de ficar na roça. Pois estava terminando o ensino médio e precisava decidir o que fazer, a inserção da família no turismo rural foi um ingrediente a mais na sua decisão de permanecer no meio rural.

Ao mesmo tempo, em que o turismo rural proporciona uma melhoria na renda das famílias, e gera autonomia financeira, também garante trabalho para os membros das famílias, principalmente as mulheres, que geralmente tomam a frente nestas atividades. Assim como afirma os autores Silva, Lunardi e Carvalho (2014, p. 224) “Com o turismo, mulheres e homens estão envolvidos em uma mesma atividade produtiva, sendo a mulher ator indispensável para o turismo rural”.

Nestes termos, estas são umas das ações estratégicas de inovação pelos jovens, e conforme afirmam Schneider e Menezes (2014, p. 21), é preciso “Olhar de conjunto, integrado e sistêmico sobre as práticas, processo e formas de organização social e política, entendendo-as não apenas como respostas ou reações, mas também como proposições que integram mudanças de maior alcance”.

Outro elemento que influencia na reorganização do tempo e nas atividades dos jovens, é a proximidade com zona litorânea, alterando a organização social no período de veraneio. É muito comum, nesta região, a saída de muitos jovens e até mesmo famílias, para trabalhos durante o verão nas praias e balneários, o que exige um planejamento das propriedades para a redução de mão de obra neste período. Os jovens entrevistados não indicaram realizar a prática do trabalho temporário no verão. Porém, indicaram que no período do verão, as famílias costumam se organizar para tirar férias, geralmente nas praias do Litoral Norte.

Até aqui foram apresentados elementos que caracterizam o local da pesquisa, bem como dos jovens, suas propriedades e sua organização. Viu-se que os jovens possuem estratégias que demonstram os graus de diversificação das atividades, tem nas relações sociais, no valor cultural da terra e nos acessos a informação e tecnologias algo relevante para a permanência no meio rural. Estes jovens enxergam o trabalho na agricultura enquanto uma possibilidade de serem mais autônomos, como também de elaborar formas heterogêneas de inserção nos mercados, como estímulos fundamentais para a sucessão.

Desse modo, foram apresentados os resultados da pesquisa de campo a partir do acesso pelos capitais, capacitações e habilidades que as pessoas têm em enfrentar a realidade que é as apresentada, e assim encontrarem a maneira adequada de fazer uso das oportunidades em seus modos de vida (ELLIS, 2000). Viu-se que os jovens que acessam um número maior de capitais, conseqüentemente têm mais condições de criar mecanismos de resistência no campo. Como por exemplo, os jovens que tem maior escolaridade (capital humano), propriedades bem estruturadas (capital físico), renda satisfatória, acesso a crédito (capital financeiro), participação ativa de organizações sociais (capital social) e terra suficiente para desenvolver suas atividades agrícolas (capital natural) conseguem se estruturar nas propriedades a fim de seguir na agricultura.

O próximo capítulo tem o objetivo de analisar estas diferentes formas de atuação, e buscar compreender como dentro dos modos de vida dos jovens, tanto no sistema agroecológico, quanto no sistema convencional, quais são as estratégias desenvolvidas em vista da permanência dos jovens no campo.

5 A HETEROGENEIDADE DE ESTRATÉGIAS PARA APERMANÊNCIA DOS JOVENS NO CAMPO ESUAS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

No capítulo anterior foram abordadas as principais características dos sujeitos entrevistados por esta pesquisa, os limites e potencialidade que os jovens enfrentam em seus processos de decisão em ficar no campo, tais como os recursos, fatores mediadores e ativos que permitem sua reprodução social enquanto jovens agricultores. As formas como os jovens desenvolvem e criam seus modos de vida, são as estratégias encontradas que possibilitam sua resistência no campo e permanência nas atividades agrícolas.

Este quinto capítulo pretende compreender quais as estratégias possibilitam a permanência dos jovens, tanto para aqueles que implementam o sistema de produção convencional, quanto para os que implementam o sistema agroecológico. Embora pertencentes à mesma categoria, a agricultura familiar, os dois sistemas de produção se diferem, desde as atividades desenvolvidas, o acesso a mercados, sua inserção social, enfim, criam mecanismos diferentes buscando superar os obstáculos, se desenvolvendo e se reproduzindo socialmente. Portanto, a diferença com o capítulo anterior, a finalidade aqui é examinar os processos distintos que aparecem no sistema agroecológico e no sistema convencional.

Cabe aqui, salientar, que o conjunto de alternativas que os jovens criam ou reproduzem, são condicionados à sua realidade econômica, social e pessoal. Pois para Ellis (2000), as Capacitações são entendidas como habilidade das pessoas, a sua capacidade de enfrentar o estresse e os choques e de encontrar maneiras adequadas de fazer uso das oportunidades nos seus modos de vida. E até mesmo, a capacitação se centra nas habilidades das pessoas de levar o tipo de vida que considera ideal e aumentar as suas reais possibilidades de realizá-la. (SEN, 2010).

A partir da perspectiva de Ellis (2000), a vulnerabilidade, faz com que os indivíduos tenham menor condição de criar estratégias de sobrevivência e reprodução social. Pois afeta não só na busca por necessidades básicas, mas também na desigualdade de gênero, de acesso à justiça, de acesso à saúde, educação, de participação social e econômica na sociedade (RIBEIRO, 2009, p. 76). Neste sentido, a diversificação possibilita uma maior autonomia, o que reduz a vulnerabilidade, ocasionada pelas crises e choques (ELLIS, 2000).

Para os jovens participantes da pesquisa, o conjunto de estratégias, práticas e valores que ampliaram seus portfólios de possibilidades teve como resultado a sua permanência no campo. Para isso, este quinto capítulo foi organizado em quatro sessões, sendo o primeiro as relações mercantis, que é um dos elementos que diferem os dois sistemas de produção estudados, e tem forte relação com a permanência dos jovens no meio rural. Na sequência, serão apresentados elementos que caracterizam a identidade do jovem da roça. Conforme abordagem de Ellis (2000), as estratégias podem ser entendidas como adaptativas, reativas e de diversificação. No terceiro momento, são apresentadas as perspectivas futuras, ou seja, como os jovens sonham e planejam suas vidas como agricultores. E por último, o quarto elemento é o próprio modo de vida dos jovens, que é fruto de sua trajetória e de seus componentes, sendo as capacitações, os ativos e atividades.

5.1 AS RELAÇÕES MERCANTIS

Como já vimos anteriormente, a configuração da agricultura na região estudada, é basicamente formada pela agricultura familiar, e composta por dois sistemas de produção, o convencional e o agroecológico. Embora pertencentes a mesma categoria, é possível perceber uma heterogeneidade da agricultura, que é fruto das diferentes trajetórias, das relações sociais que estabelecem e das condições locais existentes (PLOEG, 1992).

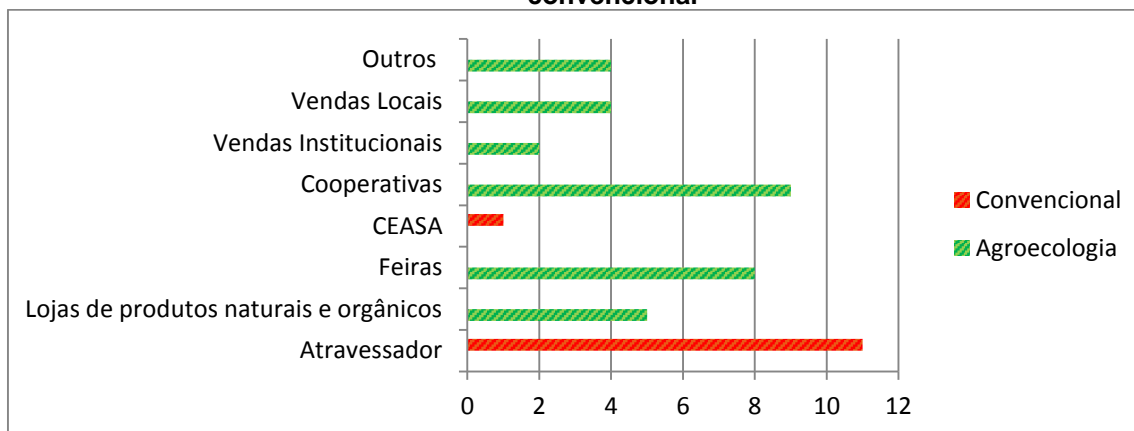
A inserção da agricultura familiar em espaços econômicos não deve ser visto como um processo de transformação em agricultura capitalista. Até mesmo porque, na história da humanidade, já existem trocas de mercadorias até mesmo antes da criação da moeda. Para Abramovay (2012), antes de um tipo econômico, a sociedade camponesa representa um modo de vida, e acrescenta: “ela se relaciona com o mundo exterior, também através dos vínculos econômicos dados pela venda de mercadorias” (ABRAMOVAY, 2012, p. 112).

Além disso, para Ploeg (1992), os diferentes modelos de desenvolvimento geram diferentes modelos de reprodução. Um modelo relativamente autônomo e o outro dependente do mercado. E pode-se constatar nesta pesquisa, que os modos de vida diferenciados resultam em diferentes estratégias de acesso aos canais de comercialização. Contudo, Abramovay (2012) afirma que a razão econômica é insuficiente para compreender o modo de vida camponês, e acrescenta:

Nada mais distante da definição do modo de vida camponês que uma racionalidade fundamentalmente econômica. Apesar disso, entretanto, o campesinato caracteriza-se não só por sua organização social específica, mas pela forma como se insere na sociedade global através de laços econômicos particulares. (ABRAMOVAY, 2012, p. 125).

O que se pode afirmar, portanto, é que existe uma diferenciação em relação aos jovens que implementam os sistemas de produção considerando o acesso ao mercado. Conforme os dados obtidos na pesquisa de campo, é possível perceber a lógica da diversificação muito mais presente no sistema de produção agroecológico, com o objetivo de não depender de apenas um canal de comercialização, e principalmente ter autonomia deste processo. Enquanto isso, de outro lado, os jovens pertencentes ao sistema convencional estabelecem apenas uma forma de comercialização, e na sua maioria, dependentes de um intermediador. O Gráfico 12 apresenta os canais de comercialização acessados pelos jovens entrevistados.

Gráfico 12–Representação dos canais de comercialização adotados pelos jovens inseridos no sistema de produção agroecológico e para os jovens inseridos no sistema de produção convencional



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Os canais de comercialização expressos no Gráfico 12 foram apresentados pelos jovens entrevistados nos três municípios estudados. Considerando o número de 12 entrevistas para o sistema convencional, todos eles utilizam apenas um meio para a venda de seus produtos. Sendo que 11 jovens fazem a entrega para o intermediador, ou atravessador, como é conhecido na região. Apenas um jovem faz a venda direta, o mesmo tem seu próprio meio de transporte e um ponto de venda dentro da CEASA/RS - Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul.

Quando questionado sobre sua percepção em relação ao canal de comercialização, o jovem afirma: “Não considero nem um pouco bom. Se não quiser, fica perdendo. Uma das questões pior de trabalhar na roça é essa.” (ISC 10). Observa-se nesse depoimento e nas falas de outros jovens, que grande parte dos agricultores não está satisfeita com a venda para os atravessadores, tanto pela dependência e perda da autonomia, quanto pela insegurança na venda de seus produtos.

Mas, ao mesmo tempo, partes dos entrevistados, embora tenham consciência de que o atravessador fica com parte de seu lucro, acreditam que esta é uma forma mais fácil de comercialização. Isso porque, não gera maiores compromissos e estes se eximem da tarefa de procurar comércio e vender seus produtos. Como se observa neste depoimento:

Porque, claro, sem dúvida se tu levar direto pro mercado, pra CEASA dá bem mais né, não tem nem comparação, mas hoje pra mim eu não quero isso, porque é muito compromisso, é muito trabalho. [...] Mas do jeito que eu estou vendendo, pro cara que pega, o atravessador, pra mim está bom (ISC 2).

Para Abramovay (2012), esta visão apresentada acima, mostra a flexibilidade nas relações com o mercado. Embora haja certa subordinação, aponta para uma particularidade da integração social, se estabelecendo, mesmo que de forma parcial, a confiança entre os agricultores com o atravessador. E caso não consiga se estabelecer esta confiança, ou não estejam satisfeitos com os preços, os agricultores se sentem a vontade para trocar o comprador de seus produtos, pois não existem contratos.

Contudo, o jovem entrevistado que produz de forma convencional, e não utiliza um atravessador para vender os alimentos que produz, se sente orgulhoso, pois diz ter autonomia, tanto na produção, quanto na comercialização. Embora nem sempre, mas geralmente consegue debater o preço dentro de seu ponto de venda. Pode-se perceber no relato que segue esta argumentação:

No atual sistema eu tenho domínio, pois eu mesmo planto e levo pra vender. [...] Pra comercializar é relativo, quando o preço está bom, é bom, mas quando o preço está ruim, tem que fazer o que... é assim mesmo, é a lei da oferta e da procura, Autonomia é grande, posso debater o preço (ISC 1).

Todavia, no sistema agroecológico, grande maioria utiliza mais de um acesso ao mercado. Entre os 12 entrevistados, apenas 3 jovens tem apenas a cooperativa de

banana orgânica de Três Cachoeiras como único acesso. Os demais jovens, totalizando 75% acessam diferentes formas. Um dos jovens chega a acessar até cinco canais de comercialização. Vejamos a seguir os diferentes acessos aos mercados:

- a) vendas institucionais (PAA e PNAE): dois, dos jovens entrevistados acessam este canal, entregando diretamente para a alimentação escolar em seu município. Os mesmos ressaltam a importância dessa venda, pois além de ser uma venda garantida e pagamentos regulares, as escolas do município oferecem alimentação saudável para os estudantes;
- b) lojas de produtos naturais e orgânicos: cinco jovens sinalizaram vender seus produtos diretamente para lojas de produtos orgânicos e naturais, cooperativas de consumidores¹, ou até pequenos comércios da região e na região metropolitana de Porto Alegre;
- c) feiras livres: seis jovens trabalham neste meio. O espaço das feiras proporciona uma relação direta entre o agricultor e o consumidor, maior confiança, socialização de experiências e preço justo acessível à população. As feiras, geralmente semanais, são realizadas em diversos pontos do estado, como em Torres, Capão da Canoa, Porto Alegre (em diversos bairros), Canoas e Caxias do Sul;
- d) cooperativas: nove jovens estão ligados a duas cooperativas que trabalham exclusivamente com alimentos orgânicos. São feitas entregas regulares de produtos para que as cooperativas organizem as vendas. Uma das cooperativas trabalha exclusivamente com a banana para vendas em grandes redes de supermercado. A outra, apesar de o principal produto ainda ser a banana, também comercializa o açaí da Palmeira Juçara (*Euterpe edulis*), maracujá, chicória, além de produtos agroindustrializados das agroindústrias associadas. O que tem dado maior visibilidade e crescimento à

¹ Na região estudada, existem duas cooperativas de consumidores, a COOPET – Cooperativa de Consumidores de Produtos orgânicos de Três Cachoeiras e a ECO TORRES – Cooperativa de Consumidores de produtos orgânicos de Torres. Ambas foram fundadas em 1999, a partir da necessidade e conscientização dos consumidores em relação ao consumo de alimentos saudáveis. Cada cooperativa conta com uma loja, em Três Cachoeiras e em Torres, e tem espaço importante dentro do comércio local.

- cooperativa é a participação nas vendas para Alimentação Escolar, PAA, e Chamadas Públicas² para aquisição de alimentos;
- e) outros: Quatro jovens ainda destacaram que se envolvem em outros canais de comercialização, sendo as vendas diretas, no qual vizinhos, parentes e visitantes vão até suas propriedades para adquirir os produtos. Estes, geralmente são produtos industrializados de forma artesanal, ou de origem animal, como é o caso do açúcar mascavo, melado, farinha de mandioca, mel, ovos, leite, queijo, entre outros. Além disso, um jovem destacou que faz a venda para um Grupo de Compras Coletivas de Florianópolis – SC.

Neste contexto, observa-se quanto mais diversificado são as possibilidades de inserção ao mercado, maiores são as possibilidades de ampliação da renda, diminui a dependência frente às regras competitivas do mercado, maior a autonomia, pois os jovens se consideram parte do processo, e não alheios a isso. Sendo válido destacar a importância da busca por mercados alternativos, de cadeias curtas, circuitos locais, baseados numa economia justa para todos, desde os agricultores até o consumidor final.

No Brasil, as feiras locais e os mercados de proximidade oferecem exemplos de produção e de mobilização do laço social, de sociabilidade, pelas relações diretas entre produtor-consumidor. Há, na ideia dos produtos territorialmente qualificados, um potencial de criação de territorialidades humanas, socioeconômicas e culturais, por meio de relações entre homens, territórios, produtos e identidade diferentes. (SABOURIN, 2009, p. 226)

Dentro deste foco, existem diversas alternativas conhecidas como “Economia Solidária”, (SINGER, 2002), e que para Sabourin (2009), correspondem a estruturas de reciprocidade, assim como as vendas diretas e cadeias curtas, que levam em conta o valor de responsabilidade e o valor de justiça. E acrescenta: “O comércio solidário ou justo constitui uma variante: propõe, na base de valores humanos de equidade e de justiça, uma remuneração privilegiada, na falta de uma relação humana direta entre produtores e consumidores” (SABOURIN, 2009, p. 227). Valores como estes e percebe da seguinte fala.

² A Cooperativa Econativa, com sede em Três Cachoeiras – RS, tem efetuado a venda de banana e chicória na modalidade PAA para unidades prisionais do estado, de Chamada pública para os Restaurantes Universitários da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o PNAE para diversos municípios gaúchos. Estima-se para o ano de 2016, a venda de aproximadamente 150.000 kg de banana e 75.000 pés de chicória.

Só o fato de não ter atravessador já é ótimo, pois temos uma relação direta com o consumidor, isso nos traz muito aprendizado. Nas feiras que a gente participa tem umas melhores e outras que não temos tanta autonomia, pois dependemos muito da prefeitura, como é o caso da feira em Caxias, onde a prefeitura dita muitas regras, até mesmo o preço. Já em Canoas e Porto Alegre, no bairro Menino Deus, temos mais autonomia, pois temos uma associação que coordena a feira (ISA 4).

E até mesmo neste depoimento.

Eu vejo que é a melhor forma, porque o consumidor está falando diretamente, no caso da feira livre, diretamente com o produtor, pode perguntar, ele vai de dizer como é usado, como foi feito. O atravessador, tu ia acabar perdendo, porque o atravessador teria que ganhar um pouco, todo mundo teria que ganhar um pouco, e quem seria mais prejudicando seria o agricultor, neste meio todo (ISA 1).

É importante destacar aqui, que os entrevistados evidenciaram que é a própria realidade quem demanda esta diversidade de acessos, e até mesmo eles têm se reorganizado em seus processos produtivos, se adaptando às novas demandas do mercado. Que, além de uma produção mais contínua, também requer uma diversidade maior dos produtos. Com exceção dos três jovens que apenas entregam seus produtos para a cooperativa, comercializando apenas a banana, os demais jovens, têm uma grande variedade de produtos que comercializam.

Bom, quando a gente diversifica, a gente não fica preso a uma só cultura, a gente sabe que muitas vezes num ano agrícola que uma determinada cultura sofre, outra não. Então a diversificação faz com que a gente consiga ter renda pelo menos de um lado, se algum foi prejudicado, o outro ainda está ali. Não sei se seria um risco, mas em função de ter diferentes culturas, a mão de obra também precisa diversificar, precisa aprender, por exemplo, antes meu pai produzia só banana, ele sabia produzir banana e pronto. Agora com a entrada das hortaliças ele está tendo que se especializar um pouco, está tendo que aprender a produzir coisas diferentes. No fim, acaba que não é um risco, que é também um benefício, aprender coisas novas (ISA 8).

Dentre as culturas apontadas pelos jovens do sistema agroecológico, a banana ainda tem plantio predominante, até por ser uma cultura perene, com baixo custo e poucos investimentos. Porém há a inclusão de outros cultivos, como as frutíferas perenes (maracujá, goiaba, pitaya), e também o manejo da Palmeira Juçara (*Euterpe edulis*) para a coleta do açaí. É produzida uma grande variedade de hortifrutigranjeiros, especialmente para as feiras. O gengibre, açafrão, inhame, yacon, e outras raízes e tubérculos também ganham destaque, pois são culturas que exigem pouca mão de obra, e tem bastante aceitação pelos consumidores. Os cultivos anuais,

como feijão, milho, arroz, cana-de-açúcar, aipim, amendoim, são produzidos principalmente para o consumo familiar, mas com a venda do excedente.

De fato, o que caracteriza este mercado atualmente é um processo de diversificação e segmentação de canais de comercialização, cada qual impondo um conjunto mais ou menos específico de exigências aos produtores: escala de produção, diversificação dos produtos, regularidade de entrega, padrões de qualidade etc. (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013, p. 26).

Já no caso dos jovens pertencentes ao sistema convencional, oito jovens comercializam apenas a banana, dois jovens comercializam banana e maracujá, e um comercializa banana e cana-de-açúcar. O outro jovem, o que possuiu um ponto de venda no CEASA/RS comercializa pimentão, tomate, pepino e abobrinha. Este último, recentemente iniciou o plantio de moranguinho orgânico.

É importante considerar a diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar ao pensar formas variadas e diversas na inserção dos mercados. E para tal é fundamental a organização dos agricultores familiares, para que as forças coletivas sejam somadas em busca a saídas comuns, em formas de rede, criando espaços alternativos de comercialização, adaptados a realidade de comunidade e grupo social envolvido.

Na pesquisa de campo, constatou-se que no sistema convencional, os jovens e demais agricultores tendem a se organizar menos em grupos, a serem mais individualizados, como diz um dos jovens (ISC 6): “Nós do convencional, é cada um por si.” O que é diferente do sistema agroecológico, em que são formados grupos, associações e cooperativas, com vistas a estar mais organizado para se inserir no mercado com maior autonomia.

Para Sabourin (2009), é preciso compreender quais os objetivos principais das unidades de produção unir-se em redes, que são geralmente para satisfazer as necessidades das suas famílias e da população local. O autor acrescenta ainda que, faz parte do desejo dos atores em manter e reproduzir um sistema de valor ético, manter relações humanas e ser parte de uma comunidade. E deste ponto, constatou-se na pesquisa de campo, que ambos os sistemas não se diferenciam, pois, embora mais presente no sistema agroecológico, em que são formadas redes de trabalho, desde a produção, a comercialização e até a certificação participativa de seus produtos orgânicos, o sistema convencional tem uma rede menor, porém muito

fortalecida, que é a própria família, mas que garante os mesmos objetivos, se reproduzir socialmente.

Nos últimos anos, tem aumentado o número de jovens e famílias que tem aderido à prática da agroecologia, o que resulta da redução da dependência pelo atravessador, na procura por outras formas de comercialização de seus produtos, e até mesmo para sair da forma cômoda de venda da banana, que é produzir, preparar e colocar na beira da estrada para que o atravessador leve.

A diversificação torna-se uma alternativa consistente por garantir maior estabilidade e autonomia frente a um contexto crescentemente incerto. Diversificar o leque de estratégias permite reduzir a instabilidade do processo de reprodução ocasionada por possíveis falhas em uma das rendas (perda de colheitas, por exemplo) ou pela variabilidade e sazonalidade das rendas durante o ano (NIEDERLE; GRISA, 2008, p. 50).

A busca por alternativas na comercialização é também uma forma de resistência aos mercados hegemônicos, ou como afirma Ploeg (2008), uma luta por autonomia. E para isso são construídos mercados alternativos, ou socialmente construídos. Estes têm como características principais, a valorização de produtos diversificados pelo seu modo diferenciado de produção, por produto, ou região em que é produzido; a atuação em redes e estabelecendo relações com os consumidores (relação de proximidade); valorização da territorialidade e identidades sociais dos atores; atuação em formas de cadeias curtas, fortalecendo a economia local e regional.

Para Schneider (2010, p. 526), “o desafio para a agricultura familiar consistiria na melhoria de sua capacidade de interação social e inserção em mercados locais”. Bem como de saber perceber as tendências e os gostos dos consumidores e saber usar seus conhecimentos para inovação e desenvolvimento de uma gama de possibilidades, gerando assim, uma maior qualidade e bem estar, tanto na propriedade familiar, como nas comunidades rurais. O testemunho deste jovem aponta para isso.

Sim, consigo, e bastante, a produção, comercialização também, aprendi muito a vender direto pro consumidor, não vender para o atravessador, isso eu tenho pavor. O outro negócio que estamos inventando aí é a produção biodinâmica, de parar esta "*compração*" de adubo, sai fora destes cara aí que só querem tirar o dinheiro da gente e praticamente fica trabalhando pra eles (ISA 9).

Não se trata de ignorar que os mercados também são formas de dominação, mas como afirma Garcia-Parpet, (2009, p. 85) “Um modo de dominação nem sempre se exerce da mesma maneira, mas que ele é o objeto de uma luta incessante entre os agentes que ocupam as diferentes posições do espaço social”.

Enfrentar a “ordem moral” do mercado também significa contrapor-se ao seu ideário e construir outro conjunto de valores. Além de recursos produtivos, a autonomia envolve a singularização, qualificação e defesa dos bens imateriais presentes nos territórios rurais. (CONTERATO et al., 2011, p. 84).

Construir novos mercados significa repensar a lógica de gerar renda, através de formas socialmente justas, de uma ressignificação da relação entre consumidores e produtores na lógica de cadeias curtas (CONTERATO et al, 2011). Significa também criar estratégias locais, pois cada comunidade e grupo social tem uma forma particular de se organizar e socializar suas experiências, de criar mecanismos que melhor se adaptem a seu contexto, desde pequenas feiras, entregas de cestas a domicílio, cooperativas de consumidores, compras coletivas, etc. Construir circuitos alternativos, eliminando assim, a presença do atravessador (WILKINSON, 2008).

A capacidade de inovar, a criatividade, a inventividade e criação de espaços de manobra, conferem aos agricultores flexibilidade, aprendizagem e conhecimento, que se tornam elementos-chave para sua interação com a economia e a sociedade mais ampla. (SCHNEIDER; MENEZES, 2014, p.14)

Reconhecer a importância estratégica da agricultura familiar é valorizar um conjunto de questões que estão alicerçadas em sua construção, desde a cultura, os saberes, a manutenção do espaço rural, o cuidado com a terra e a natureza como um todo, as relações sociais, a produção de um alimento saudável, enfim, considerá-la como um modo de vida. Daí a importância dos diferentes capitais e habilidades em Ellis. A relação da agricultura familiar com o mercado é fundamental e a chave de discussões nestes últimos tempos. Esta questão está diretamente relacionada a explicação da permanência da juventude no meio rural hoje, além das demais relações sociais que se estabelecem, o acesso a comercialização e a criação de espaços alternativos de mercado, possibilitam geração de renda e faz com que o jovem se estabeleça no campo, e tenha condições de reproduzir-se socialmente.

5.2 A IDENTIDADE DO JOVEM: AS ESTRATÉGIAS ADAPTATIVAS, REATIVAS E DE DIVERSIFICAÇÃO EM SEUS MODOS DE VIDA

A identidade, como sendo aquilo que identifica o indivíduo ou seu grupo social, é também, como afirma Ribeiro (2009, p. 242) “fruto de sua formação histórica, de sua posição geográfica, da sua ocupação territorial, da sua combinação étnica e das suas condições sociais, ambientais e econômicas.” Para tal, a recuperação dos diferentes momentos históricos do Litoral Norte do Rio Grande do Sul foi importante no terceiro capítulo, pois tem o objetivo de situar os sujeitos no tempo e no espaço.

A construção da agricultura contemporânea na região estudada tem uma história relativamente recente, são um pouco mais de dois séculos, e que ao longo do tempo foi se caracterizando por pequenas propriedades (média de 10 ha) e um vínculo familiar muito forte. Este fato justifica o porquê de os jovens, se autodenominarem agricultores familiares, ou mesmo pequenos agricultores.

Neste sentido, é que esta pesquisa buscou compreender, através da identidade do jovem, de como ele se vê neste processo, enquanto um ser inovador e proativo. Os dados dos entrevistados fornecem informações, pois, os mesmos demonstram, através de suas falas, e também de suas ações, o desejo de permanecer no meio rural, conservando os valores familiares, porém, inovando suas práticas.

As estratégias de caráter reativo podem resultar, num primeiro momento por uma necessidade, ou seja, as mudanças não estavam sendo planejadas, mas em virtude de alguma crise, ou problema enfrentado, teve a necessidade de ser discutido. Já, as estratégias adaptativas, são construídas ao longo do tempo, gradativamente, podem ser entendidas como um processo contínuo de mudanças visando à melhoria da qualidade de vida (ELLIS, 2000; PEÑAFIEL, 2006). E as estratégias de diversificação, enquanto uma possibilidade de ampliação das possibilidades de sobrevivência e reprodução social no campo.

Entre os diversos elementos obtidos através da pesquisa de campo, serão abordados alguns que mais influenciam na caracterização do jovem rural na região estudada.

5.2.1 *Relações familiares e comunitárias*

O primeiro elemento, que caracteriza o jovem desta região, é sua forte ligação familiar. Em entrevistas realizadas com os jovens nesta pesquisa, foi possível perceber a relação de sua permanência no meio rural com a manutenção dos laços familiares e comunitários, e também uma preocupação com a continuidade das comunidades rurais.

Para grande parte dos jovens, dar sequência ao trabalho da família é valorizar um conjunto de valores e saberes construído historicamente por seus antepassados, no sentido de não deixar o elo se romper. Expressões como “foi o que eu aprendi a fazer com meus pais”, ou até mesmo “é a herança que nos deixaram”. Quando compreendido desta forma, o trabalho passa a ser parte do patrimônio da família, que deve ser preservado e passado para as futuras gerações³.

5.2.2 *Disposição ao trabalho associativo*

Outra característica marcante, porém específica para jovens do sistema agroecológico é sua disposição ao trabalho coletivo, se organizando em associações, grupos e cooperativas. Na maioria dos casos, o trabalho coletivo ocorre no processo de comercialização, onde os agricultores somam forças para acessar os mercados, principalmente nas feiras.

Além disso, os agricultores agroecologistas possuem a certificação de produtos orgânicos, através da Rede Ecovida de Agroecologia, uma rede de certificação participativa. Este processo exige um esforço coletivo, segundo Radomsky (2013), o “custo” é da participação no efetivo sistema de garantia, pois faz parte deste processo participativo, que os agricultores visitem seus pares como forma de controle.

5.2.3 *Criatividade*

Outra característica marcante destes jovens, independentemente do sistema de produção é a criatividade. Para Ellis (2000), a criatividade é parte da estratégia de

³ Elementos como estes podem ser observados em uma das matérias publicadas pelo Centro Ecológico, no Anexo A, deste trabalho.

adaptação frente aos limites existentes, em que os agricultores alteram o seu ambiente e criam novas formas de manejo.

Além de desenvolver novas formas de manejo, visando evoluir nos cultivos, outras atividades também demonstram a criatividade dos jovens, como por exemplo, a agroindústria familiar artesanal, com receitas e instrumentos até mesmo inventados pelos jovens e suas famílias.

5.2.4 *Casamento*

Observou-se com esta pesquisa que os jovens no meio rural estão casando cada vez mais cedo. Esta realidade é parte de uma estratégia de ampliação da mão de obra, visto que as pequenas propriedades têm maior capacidade de ocupação de mão de obra, tanto pela diversificação das culturas, como pela baixa mecanização. Além disso, o casamento é considerado uma forma de garantir a preservação e perpetuação do patrimônio familiar, que é o trabalho e identidade de agricultor familiar. Cabe salientar que o casamento não se resume a uma estratégia, pois está ligada também valores, como por exemplo, o companheirismo.

“Isto significa que as características pessoais, os antecedentes sociais e as circunstâncias econômicas influenciam a manifestação plena das capacitações das pessoas” (RIBEIRO, 2009 p. 74). A partir destas características, que definem a identidade dos jovens rurais, é possível perceber que os mesmos incorporam atitudes, que embora sejam desenvolvidas com o objetivo de sua manutenção econômica, porém representam uma opção maior por um modo de vida e não apenas uma exploração econômica.

5.3 MOTIVAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Os elementos apresentados até aqui dão um panorama geral da maneira como os jovens constroem suas estratégias de permanecer no campo, e dar sequência ao legado familiar, o cultivo da terra e dela tirar seu sustento. Embora a pesquisa tivesse um recorte específico, sendo realizada apenas com jovens que já definiram este caminho para suas vidas, teve o objetivo também de questioná-los se esta escolha tem gerado satisfação.

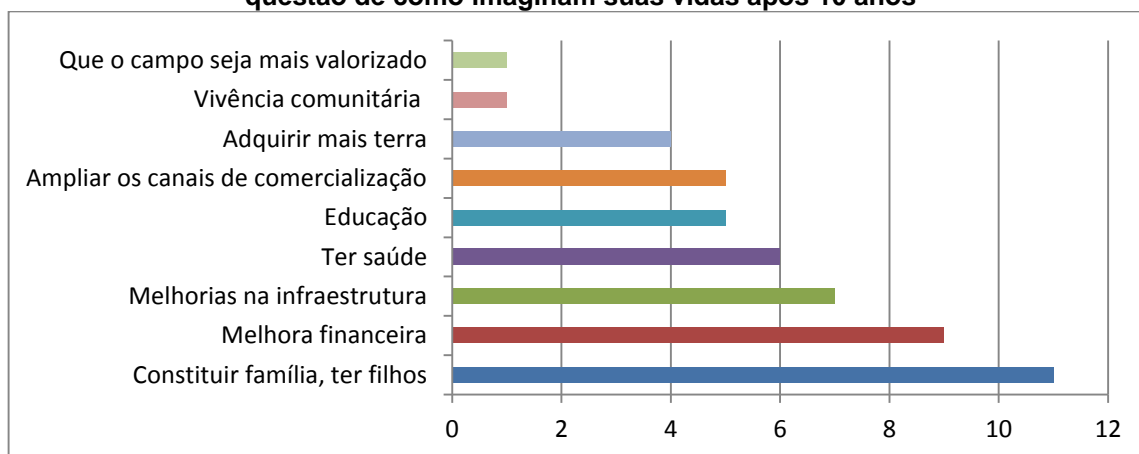
Quando questionados sobre suas motivações de permanecer no meio rural, todos os jovens, sem exceção, responderam que se sentem muito motivados em dar sequência ou encaminhar suas vidas para o trabalho na agricultura. Cabe ressaltar que esta motivação está fortemente relacionada à tradição familiar, em manter vivos as culturas e os conhecimentos gerados pela família. Da mesma forma, pelo meio em que se inserem, a ligação com a natureza, por desenvolver um trabalho a partir de seus meios de produção, ter autonomia e liberdade.

Assim como relado no decorrer deste trabalho, os jovens reconhecem, que apesar de algumas dificuldades de acesso a bem e serviços, de limitação da renda e até mesmo de certa penosidade do trabalho agrícola, os meios que estes desenvolvem, criam condições de planejar uma melhor vida no campo. E desta forma, apontam que não conseguem imaginar suas vidas longe do meio rural, pois isso faz parte, além de uma atividade econômica, um modo de vida.

Estas motivações fazem parte de um desejo de levar uma vida melhor, tal como demonstra autores como Sen (2010) e Ribeiro (2009), de ter o tipo de vida que julgam que vale a pena, uma compreensão mais profunda do processo de desenvolvimento de uma vida mais livre e mais digna.

Em relação às perspectivas para o futuro, todos os jovens vislumbram uma melhora em suas vidas, e, além disso, como muitos afirmaram, “fazendo o que eu gosto”. A partir das repostas, foi elaborado o Gráfico 13, que apresenta as diferenças de expectativas que os jovens possuem. No Gráfico, quanto maior o índice, mais vezes esta resposta foi gerada pelos entrevistados.

Gráfico 13 – As perspectivas para o futuro apresentadas pelos jovens entrevistados na questão de como imaginam suas vidas após 10 anos



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Esta diversidade de expectativas pode também ser ilustrada na fala deste jovem:

Vejo-me ao lado da família. Morando aqui, formando minha família. Contribuindo na comunidade, fazer mais cursos, capacitação na agroecologia, talvez um curso de informática, ou algo a distância, porque não posso sair e ficar um tempo fora. Ajudar mais na associação, trazer novos modos de comercialização, novas fontes de renda para a família e também para o grupo no qual faço parte, que possamos ter mais produtos... Vejo-me com uma vida melhor. (ISA 4)

Além da melhoria da qualidade de vida, e das condições que a geram, uma das jovens, estudante de agronomia, afirma que quer permanecer no meio rural, e pretende colocar seus conhecimentos em prática. Ficar no campo não é visto como a última saída para o jovem, mas sim, considerado uma opção. E para isso o jovem se capacita e busca profissionalização na atividade agrícola.

Eu pretendo ainda estar no meio rural, na atividade agrícola. Mas eu quero profissionalizar a minha atividade, já comecei, estudando então já estou começando com este processo, para também dar oportunidade, caso eu tenha filhos, para que eles também tenham a oportunidade que eu tive de permanecer no campo, de expandir os negócios. Eu não sei se agora dá pra chamar de negócio, mas é expandir a produção, aumentar a produção, e trabalhar com umas culturas alternativas, por que afinal de contas a gente busca a renda também. Isto faz parte da qualidade de vida. (ISA 8)

A profissionalização é entendida, como um processo de qualificação da atividade, para melhor gestão, aproveitamento dos recursos, otimização do trabalho, com redução de perdas e aumentando os ganhos. A mesma é buscada através de cursos formais, como cursos técnicos e graduação, mas também através de seminários, cursos de capacitação, palestras e intercâmbios, e que são geralmente práticas do sistema agroecológico.

Um dos jovens afirma que: “todos os conhecimentos são bem vindos, é uma questão a mais para eu não querer sair daqui” (ISA 9). Na agroecologia, grande parte dos produtos é comercializada em feiras diretas, esta forma de comercialização, segundo os jovens possibilita maior autonomia, bem como o diálogo e a relação com os consumidores também é uma forma de gerar conhecimento, assim como afirma este jovem: “Eu gosto de ir a feira, conversar com os consumidores, atender bem, entregar o que eu produzi na mão dos clientes, me sinto bem e valorizado” (ISA 1).

O jovem entrevistado de 21 anos, que desde os 15 anos é responsável pela propriedade da família, já adquiriu uma propriedade rural e está decidido a

permanecer na agricultura, como também na agroecologia, ele diz: “Eu me sinto bem aqui, nesta comunidade, me sinto 100% motivado a ficar, e a agroecologia faz parte desta decisão” (ISA 4).

Desta forma, é importante discutir as possibilidades dos jovens terem trabalho e renda no meio rural, trabalhando juntamente com a família, participando da vida em comunidade, de espaços de troca de conhecimentos. Assim estes jovens vão adquirindo valores e consciência, e percebem que vida e trabalho podem caminhar juntos, também no campo.

No entanto, alguns jovens, embora tenham a expectativa de melhoria tanto na vida, quando no trabalho, tiveram dificuldade de responder a questão sobre como imaginam sua vida após 10 anos. São oito jovens, o que corresponde a um terço dos entrevistados, que afirmam dez anos ser muito tempo para planejar algo. Este elemento reflete a dificuldade do planejamento em longo prazo. No geral, estes são jovens de menor idade e ainda solteiros.

Esta dificuldade de desenhar sua vida em longo prazo reflete também a pouca expectativa e aspiração nos planos futuros, assim como retrata este jovem: “Acho que a mesma coisa, por nada ter mudado a casa, lugar, mas o trabalho o mesmo. Uns três filhos” (ISC 4). Outro jovem responde a pergunta desta maneira: “Estar aqui vivo, com saúde, continuando... trabalhar enquanto tiver saúde pra viver e pra trabalhar, estar na lida” (ISC 5). Uma das jovens diz: “Daqui dez anos, é bastante, pretendo estar na roça” (ISC 8).

Embora os jovens do sistema agroecológico tenham mais facilidade de pensar ações para o futuro, não significa que os jovens do sistema convencional não tenham opções e planos em suas vidas. Pois planejar não é uma tarefa fácil, e para muitas pessoas é bom continuar a fazer as mesmas coisas, desde que tenham qualidade de vida. Além disso, Gliessman apresenta que esta dificuldade é parte de uma economia de mercado que estabelece prioritariamente metas emergenciais.

Um problema básico da economia de mercado é que ela cria um contexto no qual a visão de curto prazo eclipsa completamente a de longo prazo. Mesmo quando existe uma concordância de que as necessidades de longo prazo são importantes, as realidades econômicas acabam fazendo com que as metas de curto prazo [...] sejam priorizadas. (GLIESSMAN, 2008, p. 599)

Sendo assim, seguindo a ideia de Gliessman (2008), os entrevistados do sistema convencional demonstraram maior dificuldade em ter metas em longo prazo

por este sistema estar mais atrelado a economia de mercado. Ao contrário, os entrevistados do sistema agroecológico conseguiram elaborar metas em longo prazo, pois a agroecologia se baseia na sustentabilidade. “A sustentabilidade, ao contrário requer que o planejamento e a tomada de decisões aconteça num horizonte de tempo muito mais longo do que o considerado pela maioria dos programas econômicos” (GLIESSMAN, 2008, p. 599).

O que se pode afirmar, é que quanto maior a formação, os conhecimentos adquiridos, quanto mais acesso aos demais recursos, maior também foi o olhar e os sonhos dos jovens em planejar seu futuro, ou até mesmo sonhar com suas vidas daqui a 10 anos. Segundo Ellis (2000), estes são os processos, pelos quais os indivíduos e as famílias constroem portfólios cada vez mais diversificados de seus meios de vida, fazendo o uso de combinações cada vez mais diversificadas de recursos e bens. Sendo assim, quanto maior a capacidade de visualizar estratégias, melhores serão os resultados na diversificação dos modos de vida.

5.4 O MODO DE VIDA DOS JOVENS RURAIS NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

A partir dos elementos surgidos através da pesquisa de campo, em conexão com a abordagem utilizada, foi visto até aqui uma riqueza de detalhes que configuram a complexidade que são os modos de vida dos jovens. Os modos de vida, definidos por Ellis (2000) configuram, do ponto de vista teórico de diferentes estratégias para suprir suas necessidades ao longo das trajetórias. Os jovens, em sua busca pela afirmação de sua identidade, enquanto agricultores familiares, pequenos agricultores e camponeses, e que desejam reproduzir-se socialmente, criam mecanismos de sobrevivência.

O que este trabalho vem apontando mostra claramente a capacidade dos jovens em reorganizar suas atividades, repensar o seu agir, e estabelecer ações que visem uma maior autonomia e garanta muito mais do que sua sobrevivência econômica, como sugere Ellis (2000) percebemos que estes jovens estão implementando ações buscando o aumento de sua segurança e resiliência de seus meios de subsistência.

Portanto, esta seção tem o objetivo de analisar como dentro dos modos de vida que os jovens têm construído, quais são as estratégias e quais os capitais que tornam

possível a permanência dos jovens no campo nesta região. Não é possível afirmar que exista um único modo de vida, pois cada indivíduo decide acessar ou não os recursos disponíveis, e para Ellis (2000), nos estudos através desta abordagem é importante compreender o que as pessoas fazem para acessar os diferentes capitais.

Deste modo, dentro de um mesmo sistema de produção, seja o agroecológico e convencional, considerando elementos singulares de ambos os sistemas, foram percebidas diferenças na forma como estes jovens organizam seus modos de vida. Isso é possível, porque a forma como acessam é determinada por um conjunto de valores e habilidades que é individual de cada sujeito. Da mesma forma, é possível afirmar, que existem diferentes estilos de desenvolver a agricultura e que conseqüentemente, resultam em diversas estratégias e modos de vida diferenciados.

Durante a pesquisa de campo, encontraram-se diversas realidades, foi possível por meio da abordagem dos modos de vida descrever a forma como se organizam e, até mesmo fazer uma análise mais aprofundada, verificando que as estratégias variam conforme o acesso aos diferentes capitais. Da mesma forma, são três os elementos que são mais decisivos na construção de estratégias, sendo a terra (área da propriedade), a força de trabalho (número de pessoas envolvidas nas atividades agrícolas) e o capital (recursos financeiros disponíveis).

Estes três elementos, terra, trabalho e capital é o que diferencia estes diferentes estilos de agricultura. Analisando o perfil de cada jovem, percebeu-se que aqueles que têm menor área de terra (no sistema agroecológico) e mais força de trabalho, ou seja, mais pessoas trabalhando na propriedade, são os que mais diversificam a produção e as formas de comercialização. Desta forma, a estratégia é a própria diversificação, pois com uma pequena área de terra, não seria possível ocupar toda a família desenvolvendo uma única cultura. Sendo assim, as famílias optaram por desenvolver um manejo diversificado, com culturas que dão rápido retorno, principalmente para a comercialização em feiras.

A comercialização em feiras exige dos produtores uma diversificação de produtos, bem como de um planejamento para garantir a oferta semanal dos mesmos. Este elemento é observado nas pequenas propriedades, como por exemplo, uma área total de 12 ha na qual trabalham duas famílias e ocupam em média oito pessoas. Através do relato dos jovens é possível perceber, que a diversificação é fundamental para obter a maior renda possível com pouca área de produção.

Além disso, estas famílias, através da diversificação, produzem também alimentos para seu autoconsumo, que pode também ser considerada uma estratégia, pois é uma forma de garantia de segurança alimentar, é um meio de reduzir os gastos com aquisição de alimentos externos. As feiras também são espaços de trocas, entre os agricultores e consumidores, e entre os próprios agricultores, que realizam, entre si, a partilha e a troca dos alimentos, geralmente ao fim da feira.

Neste grupo ainda é observado a realização de outras atividades, como por exemplo, a agroindústria já citada nesta dissertação, que é uma forma de aproveitamento da produção excedente, bem como de agregação de valor ao trabalho. Outra observação, resultante da pesquisa de campo, é o fato de que a maioria destes jovens possui maior escolaridade, capacitação e participação em diversos cursos, possíveis através do grande número de pessoas na família, que torna plausível a divisão de tarefas, tanto para o planejamento e execução das atividades agrícolas, como também para as saídas em busca de formação.

Portanto, neste primeiro grupo observou-se com maior intensidade a presença do capital humano, pois segundo Ellis (2000), o trabalho, as habilidades, a criatividade e os conhecimentos, são elementos que possibilitam uma melhor atuação em seu meio, e assim, os sujeitos conseguem desenvolver mais estratégias. Neste sentido estes jovens tem um maior portfólio de estratégias em vista de sua permanência no campo, conseguem compreender seu papel de agricultores, têm maior autonomia e liberdade para desenvolver práticas de reprodução social.

Ainda analisando os jovens do sistema agroecológico, há outro grupo, porém pequeno, que possuiu maior área de terra e com menor força de trabalho, geralmente uma ou duas pessoas envolvidas. Desenvolvem apenas a bananicultura, visto que este cultivo não exige grande emprego de mão de obra, além de ser uma cultura rentável, o que resulta na opção, por parte dos agricultores em dedicar-se somente a banana e, sobretudo, não realizam o plantio para o autoconsumo. Desta maneira, analisando este modo de vida a partir da abordagem de Ellis, o planejamento é realizado a partir daquilo que se tem, e neste caso, como a terra é o capital em maior abundância, a estratégia é ocupá-la, visto que a renda é proveniente apenas de um único cultivo.

Estes mesmos elementos, já foram considerados por Wives (2013) que observou que são os menores produtores que desenvolvem um sistema de produção intensivo, explorando muito mais os fatores de produção terra, trabalho e capital, o os

maiores produtores sendo menos intensivos. Portanto, para Wives (2013), para garantir a reprodução social em propriedades pequenas, a intensificação é vista como o melhor caminho.

De outro lado, analisando o caso dos jovens pertencentes ao sistema convencional, foi possível observar que também são heterogêneos, pois se organizam a partir de diferentes condições e demandas, portanto, são constituídos grupos distintos. Um grupo menor tem em suas propriedades maior infraestrutura, tanto nas instalações, como em maquinários e veículos, o que tende a possibilitar a estes jovens ampliar as estratégias de ficar no meio rural. Visto que esses criaram alternativas frente a suas dificuldades, como por exemplo, o limitante de área de terra para um dos jovens, resultou na busca da tecnificação com a instalação de estufas, criando melhores condições na produção, bem como em realizar a venda diretamente no CEASA, obtendo maior lucro.

Para outro jovem, embora com acesso a terra e infraestrutura, há a dificuldade em relação à dependência pelo atravessador, que segundo o jovem, é um dos piores problemas da agricultura. Com isso, diversificou a atividade na propriedade, buscando no turismo rural, a partir da instalação de pousadas e o serviço de café rural, uma alternativa de melhoria na renda e até mesmo, uma forma de garantir a permanência dos jovens na propriedade. Desta forma, a comercialização é diversificada, pois passa a vender uma pequena parte de sua produção diretamente aos turistas.

Além disso, há jovens que, embora tenham a banana como fonte de renda principal, introduziram um novo cultivo, o maracujá. Por ocupar mão de obra em apenas um período do ano, o maracujá é facilmente conciliado a bananicultura. Essa é mais uma estratégia, principalmente para garantia de renda, não dependendo de um único produto.

Outro grupo dentro do sistema convencional está relacionado aos jovens com menor infraestrutura em suas propriedades, sem diversificação, venda para o atravessador, mas estes estão obtendo renda satisfatória para continuar no trabalho agrícola, pois empregam uma estratégia que visam ampliar suas áreas de terra.

Observou-se que a venda por intermédio do atravessador, não é vista como um limitante, já que estes não tem infraestrutura para acessarem por si próprios o mercado. Notou-se que neste grupo os jovens tem menor inserção social, e até mesmo baixa escolaridade, tampouco buscam por cursos de capacitação. Para estes jovens, o maior objetivo é aumentar a produção, para continuar se desenvolvendo, e

para isso, a estratégia encontrada tem sido a compra de terra, desta forma aumenta a produção, a renda, e conseqüentemente aumenta a capacidade de emprego da mão de obra familiar, garantindo não apenas um sucessor na família, mas também na permanência dos demais filhos e seus cônjuges.

Contudo, se a compra de terra não for possível, para garantir o emprego da mão de obra familiar, alguns casais de jovens, tem adotado como estratégia o trabalho não agrícola, em que as esposas realizam trabalho externo à propriedade, para assim gerar renda suficiente aos modos de vida ao qual eles julgam adequados.

Analisando o conjunto dos jovens, independente do sistema de produção, ainda é válido ressaltar, que a posse da terra tem ocorrido majoritariamente pela compra e não pela herança. Do mesmo modo as propriedades rurais se resumem em pequenas áreas, como já visto anteriormente, a média das propriedades é 10,63 ha, ou seja, áreas muito pequenas. Portanto, para garantir a reprodução e a permanência do jovemé preciso criar mecanismos que possibilite aos jovens sobrevivência. Estas estratégias ocorrem de diversas formas, para os jovens do sistema agroecológico a alternativa mais observada foi à diversificação, já no caso dos jovens do sistema convencional, que tem maior resistência a diversificação, sendo no máximo duas culturas, a alternativa encontrada é a compra de mais área de terra.

Pelos resultados de pesquisa de campo foi possível perceber, que para os dois sistemas de produção, a família tem desenvolvido um papel fundamental, assim como mostram os estudos de Ellis (2000), a família é também espaço de interação social, carregada de valores e conhecimentos, passados de geração em geração. Portanto estes valores são vistos como “sagrados” pelos jovens e devem ser preservados para as futuras gerações. Assim, é possível considerar que a manutenção destes valores é uma estratégia familiar. A família precisa garantir sucessores não apenas para garantir o cuidado da propriedade, mas para manter as tradições da família, ser agricultor é mais do que uma profissão, é um legado de seus antepassados, como também foi observado por Wives (2013) em pesquisa na mesma região.

A opção dos jovens em tornar-se um sucessor rural está muito ligada a isso, pois se reconhecem enquanto parte de um elo, mas ao mesmo tempo, compreendem que é possível preservar o valor do trabalho na agricultura inserindo novas atividades e inovando as estratégias, como a agroindústria, o turismo rural, a participação de cursos de capacitação. Enfim, estão dispostos a permanecer no campo com qualidade de vida, geração de renda e reprodução social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve como foco principal a investigação do processo de permanência no campo por jovens pertencentes ao sistema de produção agroecológico e o sistema de produção convencional. Além disso, buscou caracterizar a área de estudo e sua dinâmica histórica, visando um olhar amplo e sistêmico sobre o local pesquisado. Estes elementos contribuíram para, através da pesquisa de campo, com uma metodologia qualitativa, compreender as diferentes influências aos jovens, comparando estas estratégias nos sistemas de produção estudados.

A região de Torres, sendo representada aqui pelos municípios de Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul e Mampituba foi delimitada como área empírica desta pesquisa. Através da reconstituição histórica, foi possível observar quatro grandes períodos, que marcaram a vida de gerações nesta região, e são elementos que constituem hoje, as características deste povo, que desenvolveu uma agricultura a partir do tempo, e do espaço. Percebeu-se também que as mudanças histórico-culturais resultaram hoje na criação de novos modos de vida, visando à garantia do bem estar, da qualidade de vida e da permanência dos jovens no meio rural. A constituição das características da paisagem local, um misto de litoral e serra, bem como sua ocupação pelos imigrantes europeus, foram propícios para o desenvolvimento de uma agricultura de base familiar, constituída por pequenas propriedades.

A opção teórica pela abordagem dos modos de vida determinou também uma opção metodológica qualitativa, com base na observação, em entrevistas e na análise de discurso. As informações levantadas nesta pesquisa geraram um amplo cenário, que foi analisado e interpretado através da abordagem dos modos de vida, na conceituação proposta pelo economista Frank Ellis. Neste sentido, as seções sistematizaram a riqueza de elementos desvendados neste processo de estudo.

No primeiro momento, para descrever os processos sucessórios no meio rural, foram analisados os ativos, as capacitações e atividades desenvolvidas pelos jovens. E num segundo momento, a compreensão do conjunto de estratégias que garantissem a permanência do jovem no campo. Sendo assim, analisou-se as diferentes estratégias a partir das relações mercantis, da identidade dos jovens, de como planejam seu futuro e por fim, como se configuram estes modos de vida, nos sistemas agroecológicos e convencionais.

Como vimos, a agricultura familiar tem se fortalecido e se consolidado como uma alternativa viável de trabalho e renda para milhares de famílias. Da mesma forma, a agricultura familiar tem forte capacidade de adaptação a diferentes ambientes e condições. Na região de Torres, os agricultores familiares desenvolveram atividades a partir do ambiente que foram inseridos, e no caso dos jovens pesquisados, nas encostas da Serra Geral, o cultivo da banana foi o mais propício.

Ao longo do tempo os agricultores familiares foram desenvolvendo atividades e estratégias diversas, o que configura hoje, na existência de uma agricultura familiar heterogênea. Durante este trabalho, foi possível compreender que além da organização em dois nítidos sistemas de produção, o agroecológico e o convencional, existem ainda, entre eles diferenças, pois cada jovem e cada família carrega valores e uma bagagem de conhecimentos e habilidades, que vão configurando seus modos de vida.

Os resultados permitem concluir que os jovens tendem a se organizar e construir suas estratégias realizando um planejamento a partir dos capitais que lhes são mais abundantes, e estão ligados à terra, o trabalho e o capital. Estes três elementos articulados ou não, contribuem para que os jovens estabeleçam suas estratégias, com vistas a seguir nas atividades agrícolas. Foi possível concluir que os jovens com limitação de acesso à terra, porém com alto poder de trabalho, tendem a diversificar a produção e comercialização visando o emprego da mão de obra familiar e ao mesmo tempo gerar renda a toda a família.

Já aqueles que têm limite em mão de obra, mas possuem maior área de terra, tem como estratégia a máxima produção de até duas culturas. O que permite a geração de renda executando um menor trabalho. E por fim, outra estratégia é a aquisição de terras, já que grande parte dos jovens não tem acessado a terra por herança.

Através desta pesquisa foi possível perceber o papel importante da família, desde as motivações dos jovens em dar sequência ao trabalho familiar, enquanto força de trabalho, parceria e até mesmo como um grupo social fortalecido que desenvolve as atividades visando a superação das adversidades, em vista da reprodução social. É na família que os jovens encontram o alicerce para construir uma sólida sucessão.

Portanto, discutir a permanência dos jovens no campo, vai além do debate de sucessão rural, pois perpassa o fato da passagem de terra ou da gestão da

propriedade de pai para filho. O debate de permanência compreende que pais e filhos possam trabalhar em conjunto, sem que um tenha que ocupar o lugar do outro. Está ligada também ao trabalho enquanto um valor, uma herança deixada pelos antepassados e os conhecimentos transmitidos.

Entende-se, que esta pesquisa, junto a jovens que já assumiram a identidade de agricultores, contribui para os estudos em desenvolvimento rural. Estudar o campo, com todas suas características e riquezas, requer um olhar muito amplo, mas ao mesmo tempo, exige aproximação e um olhar cuidadoso para questões específicas, como é o caso da juventude. É preciso compreender como a juventude rural se organiza, como se articula e como desenvolve agricultura, quais são suas necessidades e também seus sonhos. Tenho este conhecimento, as políticas públicas, voltas principalmente aos jovens rurais, podem ser mais eficazes e atingirem melhores resultados.

Para os estudos em desenvolvimento rural, a abordagem dos modos de vida, é um dos possíveis olhares que contribui no processo de compreensão das dinâmicas que caracterizam e constroem a riqueza do mundo rural. A utilização deste ferramental teórico possibilitou compreender, como os jovens se adaptam ou reagem frente ao acesso, ou, até mesmo, a falta destes recursos que possibilitamos jovens rurais atuarem na construção de estratégias de superação dos limites existentes.

Compreender a forma como as pessoas organizam seus modos de vida é compreender um portfólio de estratégias criadas frente aos desafios impostos pela realidade em cada momento histórico. Para os jovens a escolha é de permanecer e resistir no campo, o que importa é a capacidade de construir estratégias para concretizar este desejo. E para isso eles se lançam a criar e recriar possibilidades, transformando o meio em que vivem, suas unidades de produção, a comunidade e a sociedade como um todo.

Nesta pesquisa pode-se perceber também que quanto maior é a aproximação e a relação dos jovens com suas comunidades, maior são as chances destes permanecerem no meio rural, pois se sentem parte do processo de transformação e construção de estratégias de melhorias que geram bem-estar ao conjunto dos indivíduos de uma comunidade.

Esta pesquisa possibilitou a percepção da relação da permanência no meio rural com a comunidade onde os jovens residem, uma preocupação também com a continuidade das comunidades rurais. Se continuarem os processos de permanência,

ou até mesmo de retorno de jovens para o meio rural, exercendo o trabalho na agricultura, em que os jovens assumam não apenas responsabilidades em suas propriedades, mas também nas suas comunidades, certamente a agricultura familiar será cada vez mais fortalecida e garantirá sua reprodução social.

Enfim, tendo finalizado este estudo, algumas lacunas podem ser encontradas, como por exemplo, o aprofundamento teórico e analítico de elementos principalmente voltados o sistema agroecológico, pois se viu que neste sistema a diversidade de estratégias é muito maior em relação ao sistema convencional, assim como o número de sucessores são maiores para este, o que torna a agroecologia nesta região, um importante tema de estudo. Ou seja, é preciso investigar com maior profundidade quais são as contribuições da agroecologia para a permanência dos jovens no campo, mas principalmente, jovens que assumam a identidade de agricultores e agricultoras.

Portanto, é possível concluir também, que a agroecologia possibilita aos sujeitos que se organizam a partir de seus valores, condições melhores de permanecer no campo. Principalmente por dois elementos destacados nesta pesquisa, a relação dos sujeitos com o mercado e a participação social dos jovens. Primeiro, a grande diversidade de canais de comercialização que os jovens agroecologistas desenvolvem estabelece uma nova relação com o mercado, diferente do processo de subordinação, onde se fica dependente deste, mas estabelece relações de confiança, de reciprocidade e de autonomia, gera renda satisfatória, mas principalmente estabelece uma rede de confiança com os demais sujeitos, baseados na economia justa e solidária. Segundo, porque na agroecologia, a participação social faz parte de seus princípios, faz com que os sujeitos participem ativamente de um grupo, de uma cooperativa, de reuniões e momentos de formação. Os jovens inseridos no sistema agroecológico se desafiam a atuar para fora da porteira, o que contribui em sua formação humana, no conhecimento mais abrangente não apenas sobre a agricultura, mas sobre a sociedade.

Cabe ressaltar, que a decisão por parte dos jovens em assumir a identidade de agricultores, em sua grande maioria, não é fruto da falta de opção, ou até mesmo porque não estudaram, e acabaram ficando na roça. Estes jovens optaram por ficar no campo, fizeram a opção por uma profissão, mas, sobretudo, por um modo de vida. Alguns decidiram permanecer no campo, para dar sequência ao legado familiar. Outros pela aproximação com a natureza, pelo cuidado com a terra, o ecossistema e a comunidade. Para outros, pela liberdade e autonomia que esta profissão

proporciona. Enfim, a escolha destes jovens, é permanecer no campo, mas sempre em busca de aperfeiçoamento, melhorias e qualidade de vida.

Por fim, é visto como positivo a escolha destes jovens em permanecer no meio rural, já que o caminho mais comum tem sido à saída de jovens do campo. Independentemente do sistema de produção adotado, estes jovens tem buscado estratégias de superação dos limites que encontram, e desta forma constroem seus modos de vida com base no desenvolvimento de uma agricultura voltada a produção de alimentos, que valoriza a cultura local e que enxergam na agricultura uma possibilidade não apenas de trabalho, mas de vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

AGNE, C.L. **Agroindústrias rurais familiares e a rede de relações sociais nos mercados de proximidade na região Corede do Jacuí Centro/RS**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular; AS-PTA, 2012.

BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. **World Development**, [S.l.], v. 27, n. 12, p. 2021-2044, 1999.

BECKER VIEIRA, A. C. **Contribuição da ACERT - Associação dos Colonos Ecológicos da Região de Torres - no processo de Formação da consciência agroecológica da juventude Camponesa**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo), UnB, Brasília, 2011.

BLUME, R.; SCHNEIDER, S. Sobre a delimitação do rural: atualizando o debate sobre as metodologias que desmistificam o fim do rural no Brasil. In: CONTERATO, M. A; RADOMSKY, G. F. W; SCHNEIDER, S (Org.). **Pesquisa em Desenvolvimento Rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. v. 1. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014.

BRACK, P. Vegetação e Paisagem do Litoral Norte do Rio Grande do Sul: patrimônio desconhecido e ameaçado. In: CECLIMAR, UFRGS. **Livro de Resumos do II Encontro Socioambiental do Litoral Norte do RS, 2006**: ecossistemas e sustentabilidade. Imbé: CECLIMAR – UFRGS. 2006. p. 46 – 71.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós modernidade. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais eletrônicos**. Quito, 2006.

CAREGNATO, R. T. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.

CASTRO, D. de; MELLO, R. S. P. (org.). **Atlas Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí**. Porto Alegre: Ed. Via Sapiens, 2013.

CENTRO ECOLÓGICO. **Participação de jovens agricultores é destaque no Encontro Ampliado da Rede Ecológica de Agroecologia**. Dom Pedro de Alcântara,

23 abr. 2015. Disponível em:

<http://www.centroecologico.org.br/noticias_detalhes.php?id_noticia=843> Acesso em: 07 out. 2015.

CENTRO ECOLÓGICO. **Trabalho de jovens agricultores sinaliza tendência entre a nova geração.** Dom Pedro de Alcântara, 23 dez. 2015. Disponível em: <http://www.centroecologico.org.br/noticias_detalhes.php?id_noticia=888>. Acesso em: 26 dez. 2015.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G.R. **Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century.** Brighton: IDS, 1992. (IDS Discussion Paper, 296).

CHAYANOV, A. V. **La organización de La Unidad Económica Campesina.** Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J.G.; STOLCKE, V. A. (Org.). **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163

CONTERATO, M.A. et al. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M. (Org.). **Os Atores do Desenvolvimento Rural.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011. p.67-89.

DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012).** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

DE GRANDE, P. B. Desafios da pesquisa qualitativa: um percurso metodológico inicial. **Língua, Literatura e Ensino.** São Paulo, v. 2, p. 101–109, mar. 2007.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, [S.l.], n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihoods diversification. **Journal of development studies**, London, v. 35, n. 1, p. 1 -38, 1998.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries.** Oxford: Oxford University Press, 2000.

ELLIS, F.; FREEMAN, H. Ade. **Rural livelihoods and Poverty Reduction Policies.** London: Routledge, 2004.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014. **O que é agricultura familiar?**. Roma: FAO, 2014. Disponível em: <www.fao.org/family-farming-2014>. Acesso em: 30 nov. 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável.** Brasília:FAO; Incra, 1994.

FRÖHLICH, E. R.; FRÖHLICH, C. Metodologia de pesquisa em Estudos rurais: investigando a partir de estudo de caso. In: CONTERATO, M. A; RADOMSKY, G. F. W; SCHNEIDER, S (org.). **Pesquisa em Desenvolvimento Rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. v. 1. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014.

FRANÇA, C. G. de; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. de A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2009.

GARCIA-PARPET, M.F. Mercados e Modos de Dominação: a feira e as vinculações de trabalhadores na Plantation Açucareira Nordestina. In: NEVES, DP & SILVA, M.A.M. (Org.). **Processos de Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa**. São Paulo: UNESP, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

GÖRGEN, S. A. **Os novos desafios da Agricultura Camponesa**. 3. ed. [S.l.: s.n.], [2004].

GROPPO, L A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Imagem**. Disponível em: <http://licenciamento.ibama.gov.br/Petroleo/Perfura%C3%A7%C3%A3o%20-%20Bloco%20BM-P-02%20-%20Bacia%20de%20Pelotas/EAP-RIAP%20P2/EAP/2.5_DiagnosticoAmbiental/2.5.2.2_Ecossistemas.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros resultados**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br> Acesso em: 18 jan. 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br> Acesso em: 20 jan. 2016.

HANN, L. J. Globalization, Localization and Sustainable Livelihoods. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 3, p. 339-365, 2000.

HOLZ, M. Sequence Stratigraphy of a Lagoonal Estuarine System: An Example From the Lower Permian Rio Bonito Formation, Paraná Basin, Brazil. **Sedimentary Geology**, Amsterdam, v. 162, n. 3-4, p. 301-327, Dec., 2003.

KIYOTA, N. et al. A Agroindústria familiar e a produção de novidades no desenvolvimento rural: uma análise comparativa entre o sul e nordeste do Brasil. In: SCHNEIDER, S. et al. (Org.). **Sementes e brotos da transição**: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014. p. 71-90

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

LIMA, C. M. H. de; et al. Jovens em movimento(s). In: CALDART, R. S.; PALUDO, C.; DOLL, J. (Org.). **Como se formam os sujeitos do Campo?** idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA/NEAD, 2006.

LONG, N. **Development sociology**: actor perspectives. London: Routledge, 2001.

LOUZADA BECKER, J. **O homem pré-histórico no Litoral Norte, RS, Brasil**: de Torres a Tramandaí. v. 1. Três Cachoeiras: Editora TC, 2007.

MARSDEN, T. Exploring a Rural Sociology for the Fordist Transition: incorporating social relations into economic restructuring. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 32, n. 2/3, p. 209-230, 1992.

MARSDEN, T. New rural territories: regulating the differentiated rural spaces. **Journal of Rural Studies**, Londres, n. 14, p. 107-117, 1998.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 23, p. 7-37, 1991.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporânea. **Revista de Economia do Nordeste**, v. 45, 83-91, out./dez., 2014. Edição especial.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Brasília: São Paulo: NEAD/ MDA; Ed. da UNESP, 2010.

MIGUEL, L. (org.). **Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários**. Porto Alegre: Ed: da UFRGS, 2009. (Série EAD/ SEAD/ UFRGS).

NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. **A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA/MAPA, 2010.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 5, n. 61, p. 41-69, 2008.

NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L. de. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 23-67.

OLIVEIRA, D.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Produzindo novidades na agricultura familiar: agregação de valor e agroecologia para o desenvolvimento rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 17-49, jan./abr. 2011.

PEÑAFIEL, A.P. P. **Modos de vida e heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssego da Região de Pelotas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PERONDI, M. A. A teoria das capacitações nos estudos sobre os meios de vida e desenvolvimento rural. In: CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S (org.). **Pesquisa em Desenvolvimento Rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. v. 1. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014.

PINHEIRO, S. L.; SCHMIDT, W. O enfoque sistêmico e a sustentabilidade da agricultura familiar: uma oportunidade de mudar o foco de objetos/sistemas físicos de produção para os sujeitos/complexos sistemas vivos e as relações entre o ser humano e o ambiente. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4., 2001. **Anais...Belém do Pará: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção – SBSP**, 2001.

PLOEG, J D. Van der. El proceso de trabajo agrícola y lamerchantilización. In: GUZMAN, E. E. (Ed.). **Ecología, Campesinato y Historia**. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1992.

PLOEG, J D. Van der. On rurality, rural development and rural sociology. In: HAAN, H.; LONH, N. (ed.). **Images and realities of rural life: wageningen perspectives on rural transformations**. Assen: Van Gorcum, 1997.

PLOEG, J D. Van der. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. Tradução de: Rita Pereira.

PLOEG, J D. Van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 15-56.

PLOEG, J D. Van der. Dez qualidades da agricultura familiar. **Cadernos de debate**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 7-14, Fev. 2014.

RADOMSKY, G. F. W. Certificações, sistemas participativos de garantia e agricultura ecológica: aspectos da relação entre agricultores e consumidores. In: NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. (Org.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 297-325

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, [S.l.], v. 35, p. 393-411, 2003.

RIBEIRO, C. M. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2009. p. 219-243.

SABOURIN, E. **Sociedades e organizações Camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

SCHAEFFER, I. J. **Três Cachoeiras**: breve relato histórico da fundação de Três Cachoeiras. Três Cachoeiras:[s.n.], 1985.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. et. al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 139-166

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Revista RURIS**, Campinas, v. 4, n.1, p. 85-131, mar., 2010.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. **La construcción del concepto de agricultura familiar em America Latina**. Santiago: FAO-Chile, 2012.

SCHNEIDER, S.; MENEZES, M. Inovações e atores sociais. In: SCHNEIDER, S.; MENEZES, M.; GOMES DA SILVA, A.; BEZERRA, I. (Org.). **Sementes e brotos da transição**: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014. p. 14-26

SCHNEIDER, S; FERREIRA, B e ALVES, F. (Org.). **Aspectos Multidimensionais da Agricultura Brasileira**: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília: Ipea, 2014.

SCOONES, I. **Sustainable rural livelihoods**: a framework for analysis. Institute of Development Studies. Brighton: IDS, 1998. (Working paper, 72)

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010. Tradução de: Laura Teixeira Motta.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituação e desconceituações. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 26, 1980. p. 41 -80.

SILVA, A.S. da et al. Sujeitos jovens do campo. In: CALDART, R.S.; PALUDO, C.; DOLL, J. (Org.). **Como se formam os sujeitos do Campo?** idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA/NEAD, 2006.

SILVA, A.; LUNARDI, R.; CARVALHO, A. Turismo e Inovação no meio rural: visões a partir dos Campos de Cima da Serra (RS) e do Catu (RN). In: SCHNEIDER, S.; MENEZES, M.; GOMES DA SILVA, A.; BEZERRA, I. (Org.). **Sementes e brotos da transição**: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014. p. 215 – 230.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

UFRGS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **12000 Anos de História**: arqueologia e pré-história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2013. (Catálogo de exposição organizado pelo Museu da UFRGS).

VERDUM, R; FONTOURA, L. F. M. **Temáticas rurais: do local ao regional**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000.

WANDERLEY, M. N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2001.

WEISHEIMER, N. A situação juvenil na agricultura familiar gaúcha. In: PICCIN, Maurício Botton (Org.). **A hora e a vez da juventude**: educação, trabalho e outros direitos da juventude para desenvolver o Brasil e o Rio Grande do Sul. São Paulo: Página 13, 2010.

WEISHEIMER, N. **Juventudes Rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WILKINSON, J. **Mercados, Redes e Valores**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

WIVES, D. G. **Funcionamento e performance dos sistemas de produção da banana na Microrregião do Litoral Norte do Rio Grande do Sul**. 2008.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

WIVES, D. G. **Fatores Influentes na Tomada de Decisão e Organização dos Sistemas de Produção da Base Ecológica da Banana no Litoral Norte do Rio Grande do Sul**. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

APÊNDICE A – Roteiro para entrevista semiestruturada

I – CARACTERIZAÇÃO INICIAL

1. Identificação Pessoal

- a) Nome: _____
 b) Sexo: () M () F c) Idade: _____ d) Estado Civil: _____
 e) Escolaridade: _____
 f) Endereço: _____
 g) Telefone residencial.: _____ h) Celular: _____
 i) E-mail: _____

2. Identificação familiar

- a) Com que termo a família se identifica?
 () camponeses; () pequenos agricultores; () agricultores familiares;
 () empreendedor rural; () outro _____
 b) Origem da família: _____
 c) Composição familiar

Nome (primeiro)	Parentesco	Idade	Escolaridade	Atividade	Trabalho	
					UPF*	Externo

*UPF – Unidade de Produção Familiar

3. Caracterização da propriedade

3.1. Área

- a) Área total da propriedade (hectares): _____
 b) Como é a forma de ocupação da terra?
 () própria; () arrendamento; () comodato; () doação; () outro: _____
 c) Caso tenha posse da terra, qual a forma de aquisição da mesma?
 () compra; () herança; () doação; () outro: _____
 d) Há quantos anos esta propriedade pertence à família? _____
 e) Há fonte de água na propriedade?

3.2. Processos produtivos na propriedade

- a) Qual o sistema de produção adotado?
 () agroecológico; () convencional; () em transição
 b) Houve mudança recente no sistema de produção, por quê? _____
 c) Há quanto tempo desenvolve atividades agrícolas? _____
 d) É produzido alimentos para o autoconsumo? () Não; () Sim
 e) Em relação a mão-de-obra, qual a porcentagem:
 () familiar; () contratada fixa; () contratada eventualmente/diaristas
 () trocas de serviço; () outros _____

3.3. Infraestrutura

- a) Que instalações existem na propriedade:
 () casa de moradia; () galpões; () cercas; () galinheiros; () outros: _____
 b) Qual estado de conservação:
 () péssimo; () ruim; () regular; () bom; () ótimo.
 c) Qual o tipo da casa de moradia? () alvenaria; () madeira; () mista?
 d) Possui veículos, máquinas e equipamentos?
 () Carro de passeio; () Caminhões/caminhonetes; () Tratores e/ou micro tratores;
 () Implementos agrícola, quais: _____
 e) Como é o abastecimento de energia elétrica? _____

- f) Acesso a telefone: () Não; () Sim, () fixo () celular
 g) Acesso a internet: () Não; () Sim, modalidade: _____
 h) Possui água tratada e encanada: () Sim () Não () _____
 i) Possui fossa séptica? () Não; () Sim

3.4. Renda familiar

- a) Qual o percentual da renda familiar: () agrícola; () não agrícola
 b) O recurso da renda não agrícola é utilizado nas atividades agrícolas? () Não;
 () Sim, para qual finalidade? () custeio; () investimento; () capital?

3.4. Comercialização

- a) A comercialização é realizada para os seguintes canais:
 () feiras; () Central de Abastecimento - CEASA; () mercados;
 () atravessadores; () cooperativas; () vendas institucionais – PAA, PNAE;
 () outros _____

II - ATIVOS

4. *Capital humano*

- a) A partir do ambiente ao qual está inserido, qual sua motivação para continuar nele?

 b) O teu desejo é continuar nas atividades agrícolas? Por quê? _____

 c) Qual a significação dos teus valores e crenças tem no processo de permanência no campo?

 d) Qual a contribuição do conhecimento intelectual (ensino médio, cursos técnicos, cursos de formação, etc.):
 1. No teu trabalho, na função desenvolvida na propriedade? _____
 2. Como influencia tua permanência neste meio? _____
 e) No seu núcleo familiar, as tuas opiniões e decisões são consideradas? Como/Por
 quê? _____

5. *Capital físico*

- a) De que forma a estrutura física da propriedade contribuiu na tua decisão de ser um sucessor rural?

 b) A sua propriedade tem capacidade de produção de mais de uma cultura? Quais:

 c) Conforme a questão 3.2 a, sobre o sistema de produção adotado, tu está motivado em dar seqüência
 neste? Considera que tens controle sobre este sistema?

6. *Capital natural*

- a) O que a natureza representa para ti? _____

 b) Qual sua relação com a terra? _____

 c) O conhecimento sobre as características naturais do meio em que vive (clima, solo, cultivos, etc.)
 foram relevantes na sua opção em permanecer no meio rural? ____

 d) De que maneira tuas práticas influenciam a biodiversidade natural na tua propriedade?

7. *Capital financeiro*

- a) A sua atividade agrícola tem retorno financeiro satisfatório? Como isso influencia, ou não na tua
 decisão de permanecer no meio rural? _____

b) Nos últimos dez anos, sua família contratou crédito, qual modalidade e para que o recurso foi utilizado? Quais foram os resultados deste recurso aplicado? _____

c) Qual sua percepção sobre as formas de comercialização adotada, considera satisfatório? Qual o nível de autonomia que tens? _____

d) Qual sua percepção sobre os riscos e os benefícios da diversificação de culturas? _____

e) De que forma a diversificação de culturas colabora financeiramente para sua permanência no campo? _____

f) Existindo renda não agrícola, qual importância que tu dá para a mesma? _____

8. *Capital social*

a) Qual sua participação social (comunidade, Igreja, Escola, Grupo de jovens, sindicato, associação, cooperativa, partido político, etc.)? O quanto tua inserção social influencia para que você fique no campo? _____

b) Qual foi o incentivo dado pela sua família para você permanecer no meio rural, sendo agricultor? _____

c) O quanto tua escolha em permanecer no meio rural foi pautada pela tua relação com as demais pessoas do teu círculo de convivência? _____

d) Para ti, ter acesso ou não aos meios de comunicação (televisão, rádio, jornal, telefone, internet, etc.) influenciou na tua escolha em continuar trabalhando no campo? Por quê? _____

e) O quanto você se sente motivado em permanecer no meio rural? Qual sentido tu dá ao teu trabalho na agricultura? _____

III - CAPACITAÇÕES

9. *Acesso*

a) O quanto é relevante para ti, ter acesso às necessidades básicas no campo, como por exemplo: saúde, educação, segurança, transporte, lazer, cultura, entre outros? _____

b) Conhece as Políticas Públicas para o campo, tu acessas alguma delas, quais? _____

c) Os conhecimentos adquiridos na educação básica (ensino fundamental e médio) contribuíram ou não em sua escolha de ser agricultor? _____

d) Você, ou sua família já participou de cursos e atividades de formação e ou capacitação? Quais? Estes influenciaram em tuas escolhas? _____

IV - PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

10. *Comente sobre como você imagina sua vida daqui a dez anos?*

ANEXO A – Notícia sobre a permanência dos jovens no campo, na região estudada

(23/12/2015) Trabalho de jovens agricultores sinaliza tendência entre a nova geração



Foto: três gerações da família Fernandes curtindo a vida do interior

Contrariando as estatísticas da sucessão familiar no campo, o trabalho de alguns jovens dos núcleos Serra e Litoral Solidário da Rede Ecovida de Agroecologia sinaliza para uma mudança nos valores da nova geração. Em abril de 2015, a grande participação da juventude durante os três dias do 9º Encontro Ampliado da Rede Ecovida já apontava que, entre as famílias ecologistas, muitos jovens estavam interessados em continuar a atividade dos pais.

Não é só na cidade que dá para viver. O campo também é uma forte fonte de renda. Se o campo não planta, a cidade não janta! diz o técnico agrícola e agricultor de 21 anos Natan Fernandes, de Três Cachoeiras, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Membro de uma tradicional família na Agroecologia, Natan observa que os jovens do Núcleo Litoral Solidário que decidiram ficar nas propriedades já estão trabalhando e empolgados. Mesmo assim, ele avalia como *devagar* o processo de sucessão na região.

A pouco mais de 200 quilômetros de Três Cachoeiras, no município de Ipê, na Serra Gaúcha, a família Zanotto já tem um sucessor. O estudante Gabriel Zanotto, 19, foi para a cidade trabalhar na indústria, mas decidiu continuar o trabalho da família no cultivo de hortaliças, frutas e temperos orgânicos. *Conseguimos gerar lucro e além do dinheiro a qualidade de vida melhora muito.* Conforme o técnico Cesar Volpato, do Centro Ecológico, a Escola Família Agrícola da Serra contribuiu para que Gabriel optasse por ficar no campo.

Decisão 16 anos atrás trouxe independência financeira

Elias Strege Evaldt, agricultor ecologista em Morrinhos do Sul, no Litoral Norte, conta que aos 14 anos decidiu continuar o trabalho dos pais. Hoje aos 30, além da independência financeira conquistada com muito trabalho, Elias tem a liberdade que não teria em outra profissão. *Gosto do interior e como faço feira a gente tem o prazer de oferecer o produto direto ao consumidor e fazendo isso criamos uma amizade.*

Exemplo da família pode ser decisivo

A estudante de Agronomia Raquel Fernandes, 21, prima de Natan Fernandes, ainda não sabe se vai continuar na propriedade. Mas pela atividade dos pais, tem certeza que a Agroecologia é a agricultura do futuro. *Cresci numa família que pratica isso há mais de 20 anos, então eu sei que dá certo. Não vejo motivos pra se dedicar a agricultura convencional.* Os irmãos mais novos da estudante, João Luiz e Ana Paula, também se interessam pela agricultura. *Meu irmão mais na parte agrícola mesmo, na plantação, cuidado com as plantas. Minha irmã se interessa pelos movimentos sociais ligados à Agroecologia e participa da Pastoral da Juventude Rural (PJR).*

Fonte:Centro Ecológico (2015).

ANEXO B – Notícia sobre a participação social dos jovens, na região estudada

(23/04/2015) Participação de jovens agricultores é destaque no Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia



Atualizado em 28 de abril de 2015.

A presença de aproximadamente 300 jovens agricultores ecologistas entre as 1mil e 500 pessoas que participaram do 9º Encontro Ampliado da Rede Ecovida, dias 20, 21 e 22 de abril em Marechal Cândido Rondon, no Paraná, sinalizou que, pelo menos nas propriedades agroecológicas, cada vez mais filhos têm a intenção de continuar a atividade dos pais.

Foi verbalizado isso lá. Teve um depoimento de um jovem falando que tem orgulho de ser agricultor. Nunca tinha visto isso em um encontro ampliado, disse o tecnólogo em Gestão Ambiental Cristiano Motter, que acredita ter participado de todos os encontros anteriores.

A agricultora e estudante de Agronomia Raquel Fernandes, atribui a maior participação dos jovens no evento à valorização que a Rede Ecovida dá a este segmento. *Tinha um seminário exatamente com esse assunto.* O primo de Raquel, Natan Fernandes, agricultor e técnico agrícola, participou desta atividade, denominada Seminário juventude e o futuro da Rede Ecovida: perspectivas futuras. Assim como Raquel, Natan observou que havia um número considerável de pessoas da idade dele e muitos querendo a sucessão familiar. Depois do seminário, os jovens sintetizaram os avanços e desafios para sua geração e definiram comissões para organizar um encontro ampliado somente para a juventude. *Foram feitas propostas para começar nos núcleos. Fiquei como responsável no Núcleo Litoral Solidário de levar essas propostas.*

Além dos primos Fernandes e de Anelise Becker Vieira, de Três Cachoeiras, dois jovens agricultores de Maquiné e dois de Osório viajaram entre os 42 ecologistas do Núcleo Litoral Solidário. Este núcleo abrange grupos, associações, cooperativas e agroindústrias ecológicas dos municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Já a Rede Ecovida conta com núcleos nos três Estados do Sul do Brasil e sua principal missão é promover a Agroecologia.

Fonte: Centro Ecológico (2015).